



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ - UEM
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



**ÁREA DE CONCENTRACAO: PRODUÇÃO DO ESPAÇO E DINÂMICAS
TERRITORIAIS**

HUGO SANTANA CASTELETTO

**ESTRUTURA SOCIOESPACIAL DE MARINGÁ E OS TERRITÓRIOS DE
CRIMINALIDADE**

Maringá, maio de 2014

HUGO SANTANA CASTELETTO

**ESTRUTURA SOCIOESPACIAL DE MARINGÁ E OS TERRITÓRIOS DE
CRIMINALIDADE**

Dissertação de Mestrado apresentada a Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia, área de concentração: Produção do Espaço e Dinâmicas Territoriais.

ORIENTADOR: Prof. Dr. César Miranda Mendes

Maringá

2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá, PR, Brasil)

C348e Casteletto, Hugo Santana
Estrutura socioespacial de Maringá e os territórios de criminalidade / Hugo Santana Casteletto. -- Maringá, 2014.
140 f. : il. (algumas color.), figs., tabs., gráfs., fotos

Orientador: Prof. Dr. César Miranda Mendes.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2014.

1. Maringá (PR) - Estrutura socioespacial. 2. Territórios de criminalidade. 3. Violência urbana. 4. Violência urbana - Maringá (PR). 5. Batalhão de Polícia Militar - Maringá (PR) - Indicadores criminais. 6. Batalhão de Polícia Militar - Maringá (PR) - Indicadores estruturais. 7. Batalhão de Polícia Militar - Maringá (PR) - Indicadores socioespaciais. I. Mendes, César Miranda, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

CDD 21.ed. 910.1303

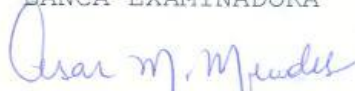
AMMA-001794

ESTRUTURA SOCIOESPACIAL DE MARINGÁ E OS TERRITÓRIOS DE
CRIMINALIDADE

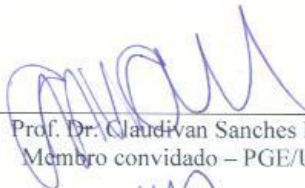
Dissertação de Mestrado apresentada a Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Geografia, área de concentração: Análise Regional e Ambiental, linha de pesquisa Produção do Espaço e Dinâmicas Territoriais.

Aprovada em **14 de abril de 2014.**

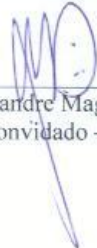
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. César Miranda Mendes
Orientador - UEM
Universidade Estadual de Maringá



Prof. Dr. Claudivan Sanches Lopes
Membro convidado – PGE/UEM



Prof. Dr. Alexandre Magnos Alves Diniz
Membro convidado – PUC/Minas

Dedico este trabalho a minha mãe e meu pai, Carmen e Sérgio.

AGRADECIMENTOS

Ao Prof.Dr.^o César Miranda Mendes, pela oportunidade e pela orientação em toda a pesquisa

A minha família, minha mãe, meu pai e meus dois irmãos que nesses dois anos foram meus pontos de descanso e conversa.

A CNPq pelo auxílio financeiro através de uma bolsa de mestrado desde o início da pesquisa.

Ao Departamento do curso de Geografia, ao Departamento do programa de Pós-Graduação e ao GEUR (Grupo de Estudos Urbanos) pelo atendimento de minhas solicitações e por fornecer o espaço necessário para que a pesquisa fosse realizada.

Ao Observatório das Metrópoles – Núcleo Maringá, que forneceu grande parte dos indicadores que deram base aos estudos.

Ao professor Dr.^a Ana Lucia Rodrigues do Departamento de Ciências Sociais e coordenadora do Observatório das Metrópoles – Núcleo Maringá que nesses anos de convivência foi de suma importância para que a pesquisa fosse iniciada.

Ao Prof. Dr.^o Claudivan Sanches Lopes pelas contribuições na banca de Qualificação.

A Prof.^a Ângela Maria Endlich pelas contribuições durante o Colóquio e nas reuniões com o GEUR (Grupo de Estudos Urbanos).

Ao Prof. Wesley Ferreira Souza pelo significativo auxílio com mapas em etapas importantes do trabalho.

Ao 4º Batalhão da Polícia Militar de Maringá pela ajuda com a sistematização dos indicadores solicitados, em especial ao Cb. Barros e ao Mal. Letrinta pelo esforço em viabilizar o mais rápido possível esses indicadores.

RESUMO

A violência urbana vem se tornando objeto de inúmeros estudos e pesquisas que visam entender, orientar e descobrir as causas e consequências dos inúmeros crimes, evidenciados em uma variedade de dados disponíveis cujos índices crescem a cada ano. Sendo assim, vemos que em grande parte dos trabalhos, há uma associação entre o crime (ou modalidade de crime) e áreas de classes de renda mais baixa, o que nos leva a uma interpretação errônea, uma vez que a violência urbana não é causa dela própria, mas sim consequência de uma série de fatores, muitos deles urbanos de caráter logístico e estrutural, que segregam pessoas em determinadas áreas, seja por pressão imobiliária e/ou governamental, ou ambas. O presente trabalho propõe um estudo de relação entre os dados de crimes (tráfico de drogas, furtos simples e qualificado, roubos, agressões e homicídios), através do banco de dados do 4º Batalhão da Polícia Militar de Maringá; com dados referentes à situação econômica e de infraestrutura de cada APOND (Área de Ponderação) de Maringá, dados esses obtidos através do Censo Demográfico do IBGE (em 2010), para que assim pudéssemos ver qual é a estrutura socioespacial de Maringá e qual relação existe entre essa estrutura e a formação de territórios de criminalidade na cidade. Desse modo foram mapeados os crimes por APOND's (Área de Ponderação) e também indicadores referentes ao total de população, renda per capita, escolaridade, saneamento básico entre outras variáveis que nos ajudou a mensurar a situação de cada APOND, observando o quanto à violência num certo território esta associada à característica socioespacial desse território. Foi observado que crimes contra o patrimônio, tais como furtos e roubos ocorrem em sua maioria nas APOND's que possuem características de alta renda e acesso a serviços públicos de qualidade, como os territórios que compõem a área central da cidade, tal como a Zona 1 – Zona 3; enquanto crimes contra pessoa ocorrem geralmente em locais periféricos onde a renda per capita declarada é relativamente baixa e o acesso a infra-estrutura de qualidade e educação são precárias, tal como o Jardim Alvorada – Liberdade e Jardim Diamante – Zona Rural Nordeste. Destacam-se a Zona 1 – Zona 3, APOND central que praticamente ocorre todos os tipos de crimes devido a suas características únicas que a faz de um local onde é possível encontrar todas as classes sociais.

Palavras-Chave: Maringá; Estrutura Socioespacial; Territórios da Criminalidade

ABSTRACT

Urban violence has become the subject of numerous studies and research aimed at understanding , guide and discover the causes and consequences of numerous crimes , evidenced in a range whose data available indexes grow every year. Thus , we see that there is an association between crime (or modality of crime) areas and lower income classes , which leads to a misinterpretation in most jobs, since urban violence is not concerned her own , but rather a result of a number of factors, many of urban logistics and structural character, which segregate people in certain areas , either by real estate pressure and / or government , or both . This paper proposes a study of the relationship between the data of crimes (drug trafficking , simple and qualified thefts, robberies , assaults and murders) through the database of the 4th Battalion of the Military Police of Maringá ; with data concerning the economic situation and infrastructure of each APOND (Area Weighting) of Maringa , these data obtained from Census of IBGE (in 2010) , so that we could see what the socio- structure of Maringa and what relationship exists between this structure and the formation of areas of crime in the city . Thus crimes by APOND 's (Area Weighting) and also indicators for the total population , per capita income, education , sanitation and other variables that helped us measure the position of each APOND were mapped , watching how violence in certain territory is associated with the socio-spatial characteristic of this territory. It was observed that property crimes such as burglaries and thefts occur mostly in APOND 's that have characteristics of high income and access to quality public services , as the territories that make up the downtown area as Zone 1 - zone 3 ; while crimes against person usually occur at peripheral sites where per capita income reported is relatively low and access to infrastructure and quality education are poor , such as Jardim Alvorada - Freedom and Diamond Garden - Northeast Rural Zone . Stand out from the Zone 1 - 3 Zone , Central APOND that occurs almost all types of crimes due to their unique features which makes it a place where you can find all social classes .

Keywords: Maringá; Socio-Spatial Structure; Territories Crime

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - APOND's (Áreas de Ponderação) definidas em Maringá.	26
Figura 2 - Malha das ruas do Município de Maringá e as Áreas de Ponderação definidas para o trabalho.	27
Figura 3 - Bairros que compõe as Áreas de Ponderação definidas para o trabalho.	28
Figura 4 - Organograma Teórico – Metodológico.	31
Figura 5 - Localização do município Maringá – PR e sua Região Metropolitana.	59
Figura 6 - Projeto Piloto da cidade de Maringá e sua divisão por bairros.....	61
Figura 7 – Porcentagem de Moradores por APOND, em Maringá.	72
Figura 8 – Porcentagem de Casas por APOND, em Maringá.	76
Figura 9 – Porcentagem de Apartamentos por APOND, em Maringá.	79
Figura 10 – Porcentagem de Domicílios que Possuem Renda Per Capita de 1/8 de Salário Mínimo até 2 Salários Mínimos, por cada APOND proposta, em Maringá.	85
Figura 11 - Porcentagem de Domicílios que Possuem Renda Per Capita mais que 2 de Salário Mínimo até 10 Salários Mínimos, por cada APOND proposta, em Maringá. ...	86
Figura 12 – Porcentagem de Domicílios que Possuem Renda Per Capita mais que 10 de Salários Mínimos, por cada APOND proposta, em Maringá.	87
Figura 13 – Porcentagem de Domicílios com Esgotamento Via Rede Geral de Esgoto, por APOND, em Maringá.....	90
Figura 14 – Porcentagem de Domicílios com Esgotamento em Fossa Rudimentar, por APOND, em Maringá.	91
Figura 15 - Porcentagem de Moradores Alfabetizados em Cada APOND, em Maringá.	95
Figura 16 - Domicílios Particulares Permanentes que Não Possuem Algum Tipo de Coleta de Lixo, Realizado por Empresa de Coleta de Lixo, por APOND, em Maringá.97	
Figura 17 - Número de Total de Ocorrências por 1.000 Habitantes, de cada APOND de Maringá.....	106

Figura 18 - Número Total de Ocorrências Registradas Pela Policia Militar de Maringá, Sobre Tráfico, Uso, ou Porte de Drogas, nos anos de 2011, 2012, até Julho de 2013, por cada APOND em Maringá..... 109

Figura 19 - Número Total de Ocorrências Registradas Pela Policia Militar de Maringá Sobre Lesões Corporais, nos anos de 2011, 2012, até Julho de 2013, por cada APOND em Maringá..... 113

Figura 20 - Número Total de Ocorrências Registradas Pela Policia Militar de Maringá Sobre Homicídios, nos anos de 2011, 2012, até Julho de 2013, por cada APOND em Maringá..... 117

Figura 21 - Número Total de Ocorrências Registradas Pela Policia Militar de Maringá Sobre Furtos Simples e Qualificados, nos anos de 2011, 2012, até Julho de 2013, por cada APOND em Maringá..... 123

Figura 22 - Número Total de Ocorrências Registradas Pela Policia Militar de Maringá Sobre Roubos, nos anos de 2011, 2012, até Julho de 2013, por cada APOND em Maringá..... 126

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Evolução da População Urbana e Rural de Maringá.....	65
Tabela 2 - Valor Adicionado Fiscal Segundo os Ramos da Atividade de Maringá - 2008.	69
Tabela 3 - Número de Moradores por APOND e o Numero de Moradores Alfabetizados em Cada APOND, em Maringá.....	94
Tabela 4 - Domicílios com Energia Elétrica e Domicílios Sem Energia Elétrica, por APOND, em Maringá.....	99
Tabela 5 - Taxas de Homicídios (Apenas em Municípios com mais de 10.000 hab.) dos Municípios da Região de Maringá).	118

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da população de Maringá (Elaboração: Casteletto, 2012). 65

Gráfico 2 - Produto Interno bruto (Valor Adicionado) de Maringá. 69

LISTA DE FOTOS

Foto 1 - Foto tirada do Jardim Alvorada, onde é possível ver duas casas ocupando mesmo lote.....	71
Foto 2 – Foto da casa no Jardim Alvorada, onde podemos ver uma outra casa ao fundo.	71
Foto 3 - Padrão das casas no Jardim Alvorada, bairro que compõe a APOND Jardim Alvorada - Liberdade.....	73
Foto 4 - Casa localizada no bairro Jardim Alvorada.....	73
Foto 5 - Verticalização no Novo Centro de Maringá, bairro que compõe a APOND Zona 1 - Zona 3	74
Foto 6 - Avenida Horácio Racanello Filho, próximo ao Novo Centro, área que compõe a Zona 1 - Zona3. Vemos a alta verticalização desse território.....	75
Foto 7 - Padrão de algumas casas encontradas no Bairro Liberdade, que compõe a APOND Jardim Alvorada - Liberdade.	77
Foto 8 - Padrão de algumas casas encontradas no Bairro Jardim Alvorada, que compõe a APOND Jardim Alvorada – Liberdade.....	80
Foto 9 - Casa localizada no Jardim Alvorada onde há existência de mais de uma família ocupando o mesmo lote.	81
Foto 10 - Grandes empreendimentos se localizam na Zona 1 - Zona 3. Na foto vemos a construtora WEGG - CCII e ao lado o Hipermercado Angeloni.....	82
Foto 11 - Foto que mostra outro grande empreendimento localizado na Zona 1 - Zona 3, o Shopping Center Avenida.....	82
Foto 12 - Foto em que podemos observar os condomínios verticais mais luxuosos de Maringá, que se localizam na Zona 1 - Zona 3.	83
Foto 13 - Recapeamento sendo feito no Jardim Alvorada, próximo a Avenida Alexandre Rasgulaeff.....	88
Foto 14 - Foto-montagem ilustrando o acesso a uma urbanização de qualidade nos territórios centrais de Maringá. (A) Terminal Rodoviário Urbano (B) Bancos das maiores agencias bancarias (C) Verticalização e demanda por espaços vazios (D)	

Shopping Maringá Park (E) Avenida Horário Racanello Filho totalmente reformada (F)
Paço municipal. 92

Foto 15 - Foto-montagem ilustrando o padrão das casa, a situação de alguns lotes,
empreendimentos e asfalto sendo recapeado no Jardim Alvorada - Liberdade. 101

Foto 16 - Foto ilustrando o padrão dos condomínios verticais, dos parques e das
avenidas com corredor verde, localizadas na Zona 1 - Zona 3..... 102

LISTA DE ABREVIATURAS

APOND (Áreas de Ponderação)

BNH (Banco Nacional de Habitação)

BOU (Boletim Unificado)

CEPAL (Comissão Econômica para América Latina e Caribe)

CMNP (Companhia Melhoramentos do Norte do Paraná)

FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço)

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)

IPARDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social)

IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada)

Jd. (Jardim)

PIB (Produto Interno Bruto)

PLHIS (Plano Local Habitacional de Interesse Social)

PM (Polícia Militar)

Pq. (Parque)

PR (Paraná)

RECOP (Registro e Controle de Ocorrências Policiais)

RMM (Região Metropolitana de Maringá)

RS (Rio Grande do Sul)

SP (São Paulo)

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	17
2. METODOLOGIA	24
2.1. Metodologia	24
3. REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO.....	32
3.1. Violência Criminal.....	32
3.2. Território	36
3.3. O Espaço Urbano e os Agentes Produtores do Espaço.....	44
3.3.1. Quem Produz no Espaço Urbano?.....	45
3.3.2. Como Atua os Promotores Imobiliários	45
3.3.3. Como Atua o Estado.....	47
3.3.4. O Estado Capitalista.....	50
3.4. Segregação Residencial no Espaço Urbano	51
4. ÁREA DE ESTUDO	59
5. INDICADORES SOCIAIS; DE INFRA-ESTRUTURA; E CRIMINAIS DOS TERRITÓRIOS DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ.....	63
5.1. Indicadores Sociais e de Infra-Estrutura para Qualificar as APOND's ..	63
5.2. Indicadores Criminais para Qualificar as APOND's	103
5.2.1. Tráfico, Uso e Porte de Drogas.....	107
5.2.2. Crimes Contra Pessoa	111
5.2.3. Crimes Contra o Patrimônio	119
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	129
7. REFERÊNCIAS	137

1. INTRODUÇÃO

Em grande parte das pesquisas voltadas aos problemas do espaço urbano identificamos a questão da violência como um fato notável desse espaço. Estudos mostram que nas cidades, tanto em localidades de renda alta como nas de renda baixa é possível observar intensas reclamações de moradores com relação à violência. Ao mesmo tempo nota-se que não apenas em Maringá - PR, mas em todas as cidades brasileiras, as melhores áreas urbanas (de maior infraestrutura) são destinadas à população de maior poder aquisitivo, que geralmente são de difícil acesso à população de menor renda. Esse é apenas um dos processos que influenciam diretamente na estruturação do espaço urbano das cidades, aumentando consideravelmente a segregação e conseqüentemente a violência entre classes, o que Dornelles (1992) chamou de um sistema de *apartheid* não assumido.

Para compreender como se dá a relação da violência com o espaço urbano, primeiramente devemos considerar que países subdesenvolvidos, como o Brasil, ainda estão muito distantes de superar problemas que já foram superados em países considerados centrais. Segundo Souza (2008), tais problemas muitas vezes estão vinculados à escassez de recursos por um lado, e ao acúmulo de capital nas mãos de poucos, por outro lado, gerando dramas tipicamente periféricos onde é muito significativo o percentual de pessoas que não possuem suas necessidades básicas atendidas.

Ainda segundo Souza (2008), alguns dados obtidos através da CEPAL (2007) e Rocha (2003) mostram determinadas realidades que são enfrentadas em países que não possuem o *status* de países centrais, como por exemplo, o Brasil.

Sejam fornecidos alguns dados, com o fito de se precisar melhor algo que, no fundo, é intuitivo e sobejamente conhecido. A propósito da distribuição de renda, em 1990 os 40% mais pobres detinham 9,5% da renda, enquanto os 10% mais ricos detinham 43,9; em 2005, os 40% mais pobres detinham os 11,9% e os 10% mais ricos detinham 44,6% (CEPAL 2007, p. 86).

Observa-se que a má distribuição de renda nos países subdesenvolvidos, está calcada na acumulação de capital por uma parte pequena da população, o que gera, de certa forma, sua distribuição desordenada no espaço urbano das cidades.

Destarte, para verificarmos os processos de urbanização nos países subdesenvolvidos, devemos buscar suas particularidades, primeiramente através de seu

processo histórico de consolidação urbana que, segundo Santos (1979), é possível revelar qual é a especificidade de determinados países com relação aos países desenvolvidos, principalmente com relação à questão econômica, que, por conseguinte afeta o espaço urbano. Essa busca pela particularidade na formação geo-histórica do espaço urbano é possível ser reproduzida em escala municipal para o entendimento de determinado problema social.

Para se compreender, portanto, a geo-história, distribuição de renda e consequentemente a consolidação urbana dos países subdesenvolvidos, não se pode deixar de passar pelo entendimento do padrão de consumo que uma sociedade capitalista impõe aos diversos grupos da sociedade em um determinado espaço e tempo. Assim, uma pessoa com poder de consumo menor que outra, busca através de uma variedade de modos (tais como a criminalidade) adquirir e consumir produtos modernos que a sociedade capitalista impõe, isso dependendo de uma série de fatores geo-históricos que levaram determinado grupo à marginalidade.

Desta forma, criam-se problemas sociais, e é essa relação de poder de consumo nos países subdesenvolvidos que pode nos dar subsídio para entender a urbanização e consequentemente a violência que ocorre nesse espaço, uma vez que esta disparidade não ocorre com grande frequência nos países desenvolvidos, dado ao fato do poder de consumo da sociedade ser menos desigual, como o próprio Santos (1979) lembra:

Enfim, o espaço dos países subdesenvolvidos é marcado pelas enormes diferenças de renda na sociedade, que se exprimem, no nível regional, por uma tendência à hierarquização das atividades e, na escala do lugar, pela coexistência de atividades da mesma natureza, mas de níveis diferentes. Essas disparidades de renda são menos importantes nos países desenvolvidos e influenciam muito pouco o acesso a um grande número de bens de serviço. Ao contrário, nos países subdesenvolvidos, a possibilidade de consumo dos indivíduos varia muito. O nível de renda também é função da localização do indivíduo, o qual determina, por sua vez, a situação de cada um como promotor e como consumidor. (SANTOS 1979, p. 21).

Assim, podemos pressupor que são vários os fatores, tais como falta de acesso à infraestrutura adequada, estudo e renda, a causarem a violência urbana no cenário dos países subdesenvolvidos, dado o fato da diferença de acesso a bens e serviços das diferentes faixas de renda que compõem determinada localidade, e que não afetam mais apenas as capitais, mas também cidades do interior.

Observando a urbanização diferenciada que ocorre principalmente em países subdesenvolvidos, onde a necessidade de ganhos é mais desigual, é possível ver que

esse modelo é uma das causas da violência criminal dos dias atuais. Vemos que esse tema vem emergindo nas propostas de políticas nacionais, estaduais e municipais, pelo fato de os crimes terem efeitos diretos sobre a vida econômica da cidade e na qualidade de vida de seus cidadãos.

Para observarmos o que estamos chamando de urbanização diferenciada, o estudo aqui proposto realiza um mapeamento da violência criminal na cidade de Maringá, lembrando sempre a importância de se associar esses dados aos processos sociais, econômicos e políticos que ocorrem na cidade, processos esses que se caracterizam pela diferença de acesso a bens de consumo e serviços. Desta forma, segundo Felix (1996), poderemos contribuir com um estudo geográfico do tema:

[...] se a Geografia está ou não conseguindo explicar convenientemente as causas do crime aplicado, ainda é prematuro afirmar. O que parece importante é que está investindo tempo e energia na compreensão de tópicos muito explorados por várias ciências, especialmente a Sociologia e Criminologia, mas abordados ainda timidamente pela Geografia (FELIX, 1996, p. 164).

A associação do fenômeno da violência, com variáveis sociais, econômicas e políticas, ou seja, variáveis que possam mensurar a qualidade de vida, vai permitir uma maior compreensão de como e quanto esse fenômeno interfere na dinâmica do espaço urbano. Devemos lembrar, segundo Melara (2008), que a organização social do espaço urbano pode também influenciar no aumento de violência, sendo a “segregação sócioespacial e a exclusão social fatores que podem contribuir para a ocorrência de alguns tipos de violência, como é o caso do tráfico de drogas, onde a pobreza torna-se funcional para o seu funcionamento” (MELARA, 2008, p. 17). Essa segregação nada mais é que o reflexo dos modos de acesso à terra urbana.

Para justificar esse estudo, notamos que o discurso que toma conta das agendas políticas e dos noticiários nos leva a crer o quanto a “geografia da violência” pode nos dar subsídios para compreender como essa violência influencia diretamente no cotidiano das pessoas que moram não apenas nas capitais, como também em cidades do interior. Assim, segundo Souza (2008):

um medo generalizado, ainda que matizado também ele (de acordo com a classe, a cor de pele, a faixa etária, o sexo e o local de residência), toma conta de corações e mentes, (re)condicionando hábitos de deslocamentos e lazer, influenciando formas de moradia e habitat e modelando alguns discursos-padrões sobre a violência urbana. (SOUZA 2008, p. 54)

Para Souza (2008), a construção de uma imagem de cidades ou territórios dentro da cidade, que são considerados violentos, acaba forjando e mascarando a realidade de que a violência se distribui homogeneamente no espaço urbano, ou seja: o fato de generalizarmos os dados, torna a percepção do cidadão de que apenas certos territórios sofrem com a criminalidade.

Podemos então identificar alguns padrões (que não podem ser consideradas regras) nos tipos de violências cometidas tanto em localidades abastadas como em localidades menos abastadas. Cano (1997, p. 38) lembra que:

dados mostram uma notável e inequívoca relação entre o nível de vida, medido tanto em termos de características das pessoas como do próprio espaço onde elas moram, e a violência letal. São os moradores de áreas pobres e com escassos serviços urbanos os mais expostos a uma morte violenta e, vice-versa, são as classes sociais mais privilegiadas e que moram nos melhores lugares da cidade as mais protegidas desse tipo de violência (CANO 1997, p. 38)

Dessa forma, os cidadãos mais ricos tendem a estarem melhor localizados e protegidos, seja pelo serviço privado de segurança, seja mesmo pela proteção da própria segurança pública.

Por outro lado, Cano (1997) lembra que embora as classes mais abastadas também não estejam livres dos crimes cometidos no espaço urbano, vemos outro padrão nos tipos de crimes que essas pessoas sofrem:

contrariamente aos homicídios, (...), são os moradores das áreas mais abastadas e com maior desenvolvimento urbano os que estão expostos a um maior risco de serem vítimas de roubos e furtos. A incidência desses delitos é especialmente elevada entre as pessoas do estrato social mais alto. As agressões, porém, não mostram um padrão claro de relação com o nível de vida. (CANO 1997, p. 38)

É importante, portanto, optar por indicadores que possam expressar a distribuição da criminalidade no território.

Desta forma, para Souza (2008, p. 52) “há uma ‘geografia da violência’ (...) que é normalmente bem complexa, o que convida a recusar simplificações”. Observa-se portanto, que a geografia da violência não ocorre com mesma intensidade no mesmo espaço e tempo, tornando seu estudo complexo, o que justifica uma atenção minuciosa sobre o assunto.

Assim, com o objetivo de se compreender a relação entre a estrutura socioespacial e os territórios de criminalidade de Maringá, foi elaborada uma

metodologia com base no estudo realizado em Santa Maria – RS, pela geógrafa Eliane Melara, que fosse capaz de nos mensurar quais os territórios de Maringá estão mais expostos a determinados tipos de crimes, e se esses crimes estão ligados à qualidade de acesso ao espaço urbano nesta cidade.

Para isso buscou-se caracterizar territórios de Maringá (APOND's) que consistem na condição social, econômica e de infraestrutura da população, além de caracterizar quais desses territórios possuem maiores taxas de crimes (furtos, roubos, lesões corporais, homicídios e tráfico de drogas). Desta forma, poderemos perceber que tipos de territórios estão mais expostos a determinados tipos de crimes, tendo como hipótese os resultados de Cano (1997), Francisco Filho (2004), Felix (2006) e Melara (2008) sobre seus respectivas cidades concluindo que crimes contra patrimônio ocorrem em maior frequência em territórios com condições socioestruturais melhores; e crimes contra pessoa ocorrem com maior frequência em territórios com condições socioestruturais menores.

Para este estudo, foram utilizados dados de ocorrências registradas pelo 4º Batalhão da Polícia Militar de Maringá, através do banco de dados criado no ano de 2011, o chamado RECOP 2 (Registros e Controle de Ocorrências Policiais), uma base de dados criada pelo próprio batalhão para uma melhor resposta às ocorrências registradas no município de Maringá e nas cidades em que ele atua.

Foi escolhido esse banco de dados para elaboração do trabalho pelo seguinte fato: casos de homicídios, por exemplo, que ocorriam em cidades vizinhas e o criminoso era preso em Maringá, acabavam sendo “creditados” ao município onde este criminoso foi preso, (no caso Maringá), dificultando assim sabermos a veracidade desses dados. Na base de dados Estadual, chamada de BOU (Boletim Unificado), foram observados tais problemas pelo batalhão. Por isso foi criada, em 2008, essa nova base de dados que apenas é alimentada pelas ocorrências a que a Polícia Militar de Maringá atende: o RECOP 1 onde eram apenas registrados os dados referentes ao município de Maringá; em 2011, foi criado o RECOP 2, ao qual foram acrescentados alguns municípios distritais de Maringá onde o 4º Batalhão atua. Assim foram utilizados dados de crimes referentes aos anos de 2011, 2012 e até Julho de 2013. Vale lembrar que no fundo somos reféns da qualidade e veracidade dos dados fornecidos pelo poder público, além da dificuldade de se conseguir registrar todas as ocorrências ocorridas no espaço urbano. Estatísticas mostram que apenas 30% dos crimes ocorridos, efetivamente são registrados como ocorrência. Além disso soma-se o fato da dificuldade de se padronizar

esses indicadores. Contudo devemos fazer com que ao menos os dados que temos a disposição possam ser lapidados e trabalhados, afim de cada vez melhorar mais as análises sobre a violência.

Com os dados do RECOP 2 em mãos, foram então utilizados também dados referentes ao Censo Demográfico realizado pelo IBGE em 2010, no intuito de mapear os territórios onde houvesse maior e menor problemas com relação à: infraestrutura, renda, escolaridade e densidade populacional, na cidade de Maringá, a fim de compará-las com os mapas de distribuição de crimes na cidade.

A cidade de Maringá então foi “dividida” em vinte APOND’s, que são Áreas de Ponderação (Figura 4 e 5) que nada mais são que um conjunto de setores censitários que possuem características homogêneas, ou seja, segundo o IBGE em Maringá foram encontradas vinte áreas onde é possível observar determinada homogeneidade com relação à infra-estrutura, renda, escolaridade e densidade populacional, entre outros fatores nesses território.

Assim, com o auxílio de programas de computador tais como ArcGIS 9 e CorelDraw X5, foi possível mapear, tanto os dados com relação a essas variáveis obtidas através do Censo Demográfico do IBGE de 2010, como as variáveis fornecidas pelo 4º Batalhão da Polícia Militar de Maringá (lesão corporal, homicídio, furtos, roubos e tráfico de drogas) através de seu RECOP 2, para que assim pudéssemos observar como se dá a relação entre os territórios de criminalidade e a estrutura socioespacial de Maringá, e quais áreas (APOND’s) são mais expostas a determinados tipos de crimes e quais os motivos que levam a isso.

Na segunda seção será exposto um breve histórico da cidade de Maringá para que possamos entender como surgiu o município, e como é o município nos dias de hoje, e também a metodologia utilizada para a elaboração do trabalho.

Na terceira seção serão levantados alguns referenciais teórico-metodológicos que nos ajudaram na compreensão do fenômeno da violência no espaço urbano e serviram de subsídio para a análise dos dados coletados durante a pesquisa.

Na quarta seção já será possível observarmos os dados coletados, primeiramente qualificando as Áreas de Ponderação de Maringá, de acordo com sua infraestrutura, renda e escolaridade, para que assim possamos observar quais as que possuem maiores privilégios no espaço urbano e quais áreas possuem menores privilégios com relação a questão socioeconômica e estrutural.

Na quinta seção observaremos quais Áreas de Ponderação possuem maiores taxas de crimes registradas desde 2011, para que assim possamos compará-las aos dados socioeconômicos e estruturais.

Na última seção teremos as considerações finais com relação à análise feita a respeito da relação da estrutura socioespacial de Maringá - PR e a formação de territórios de criminalidade.

2. METODOLOGIA

2.1. Metodologia

O objetivo geral do trabalho realizado é mostrar a relação da estrutura socioespacial com os territórios de criminalidade de Maringá – PR, a partir: da espacialização das taxas de crimes (crimes cometidos para cada 1.000 mil habitantes) por territórios (aqui chamados de APOND's¹) (Figura 3; 4 e 5) através do banco de dados fornecido pela pelo 4º Batalhão da Polícia Militar de Maringá (RECOP 2) dos anos de 2011, 2012, até julho de 2013; e do mapeamento das características sociais, econômicas e de infraestrutura de cada território, através dos dados do Censo Demográfico do IBGE, de 2010.

Optou-se por escolher dois anos e meio pelo fato de ser todo banco de dados que a Polícia Militar possuía, dado fato de o RECOP 2 (banco de dados utilizado para a pesquisa) ter sido criado em 2011, portanto, são dados recentes e pouco volumosos, por terem sido implantado recentemente, o que poderia ajudar em estudos futuros. Vale lembrar que as taxas calculadas nada têm a ver com as taxas anuais de homicídios, por exemplo, que geralmente são calculadas com base em um ano. São taxas calculadas para que pudéssemos ter noção de quantos crimes tínhamos para cada mil habitantes de cada APOND, dado o fato de cada APOND ter um número referente de moradores, o que não relativizaria o trabalho. Então optou-se por criar essa proporção entre as APOND's através do cálculo de proporção entre número de crimes para cada mil habitantes..

Especificamente objetivou-se: caracterizar todas as APOND's (Figura 4 e 5) da cidade, levando em consideração a condição social da população, as condições econômicas e de infraestrutura de cada uma dessas localidades da cidade de Maringá; delinear espaços dos dados de ocorrência criminal que ocorreram em cada um desses territórios, dados esses que foram transformados em taxas, ou seja, o total dos crimes para cada 1.000 mil habitantes que moram dentro da Área de Ponderação; observar, de

¹Para o georreferenciamento dos dados obtidos, será utilizado a base cartográfica do Observatório das Metrópoles – Núcleo Maringá, em que são definidas geograficamente as Áreas de Ponderação (APOND), que segundo Prof.^a Dr.^a Ana Lúcia Rodrigues, Coordenadora no núcleo em Maringá, são “agrupamentos de setores censitários definidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) como homogêneos com o intuito de garantir que informações amostrais coletadas sejam bem representativas”. Para maiores detalhes, consultar as Notas Metodológicas do Censo Demográfico de 2000 realizado pelo IBGE, onde são definidos os parâmetros de concepção das APOND's no Brasil. Disponível em http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/nupcialidade_fecundidade/notas.pdf.

acordo com os indicadores sociais, econômicos, infraestrutura e criminais, através de comparações e associações, a relação entre os territórios com melhores condições infraestruturas e sociais com os territórios de criminalidade formados no espaço urbano de Maringá – PR.; além de discutir as estratégias de ação dos promotores imobiliários e o Estado na produção do espaço maringaense para que possamos compreender como determinadas áreas ficam praticamente a serviço desses agentes que defendem, em sua maioria, interesses particulares.

Para poder realizar a pesquisa de forma satisfatória, tomou-se por base o estudo realizado pela geógrafa Eliane Melara no espaço urbano de Santa Maria – RS, onde a autora busca analisar a dinâmica da violência criminal e quais as consequências na organização social do município. Para a presente pesquisa definiu-se como área de estudo a cidade de Maringá – PR, trabalhando com a base cartográfica do município dividido em territórios denominados APOND's (Figura 4 e 5). Foram definidas 20 territórios (Figura 3; Foto 4 e 5), segundo o padrão homogêneo da amostragem. Para isso, cada APOND recebeu um nome, cuja definição foi da seguinte forma: cada uma possui um território, definido a partir de um conjunto de bairros inseridos dentro deste mesmo território; os limites de cada APOND são definidos por bairros, assim, cada uma possui de dois a três nomes como é possível ver na (Figura 4 e 5). Por exemplo, temos o Jardim Imperial – Laranjeiras, nome da respectiva APOND, que representa onde começa (primeiro nome) e onde termina (segundo nome). Assim vemos que o APOND Jardim Imperial – Laranjeira, começa no bairro Jardim Imperial e termina no bairro Parque das Laranjeiras (Figura 4 e 5).

Foram definidas, portanto vinte APOND's, como observado na figura 3, figura 4 e figura 5 que são: (1) Jd. imperial - Pq. das Palmeiras - Jd. Paris; (2) Jd. do Sol - Res. Copacabana; (3) Novo Oasis - Conj. Requião - Conj. Guaiapó; (4) Parque Arpoador - Monte Hermmon - Jardim São Silvestre; (5) Jardim Novo Horizonte - Porto Seguro; (6) Jd. Dias - Conj. Itaparica; (7) Conjunto Porto Seguro - Itatiaia; (8) Vila Morangueira - Pq. de Exposição - Centro Cívico; (9) Jardim Ipiranga - Jardim Universitario; (10) Zona 2 - Santa Felicidade; (11) Zona Industrial Sul - Tarumã - Zona Rural Sul; (12) Zona 4 - Horto - Iguaçu; (13) Zona 1 - Zona 3; (14) Vila Santo Antonio - Zona Industrial Colombo; (15) Jd. Canadá - Vila Esperança - Estádio; (16) Jd. Real - São Jorge/Hortência - Jd. Rebouças; (17) Zona 5 - Santa Isabel - Ouro Cola; (18) Zona Rural Noroeste - São Domingos; (19) Jardim Alvorada - Liberdade; (20) Jardim Diamante - Zona Rural Nordeste.

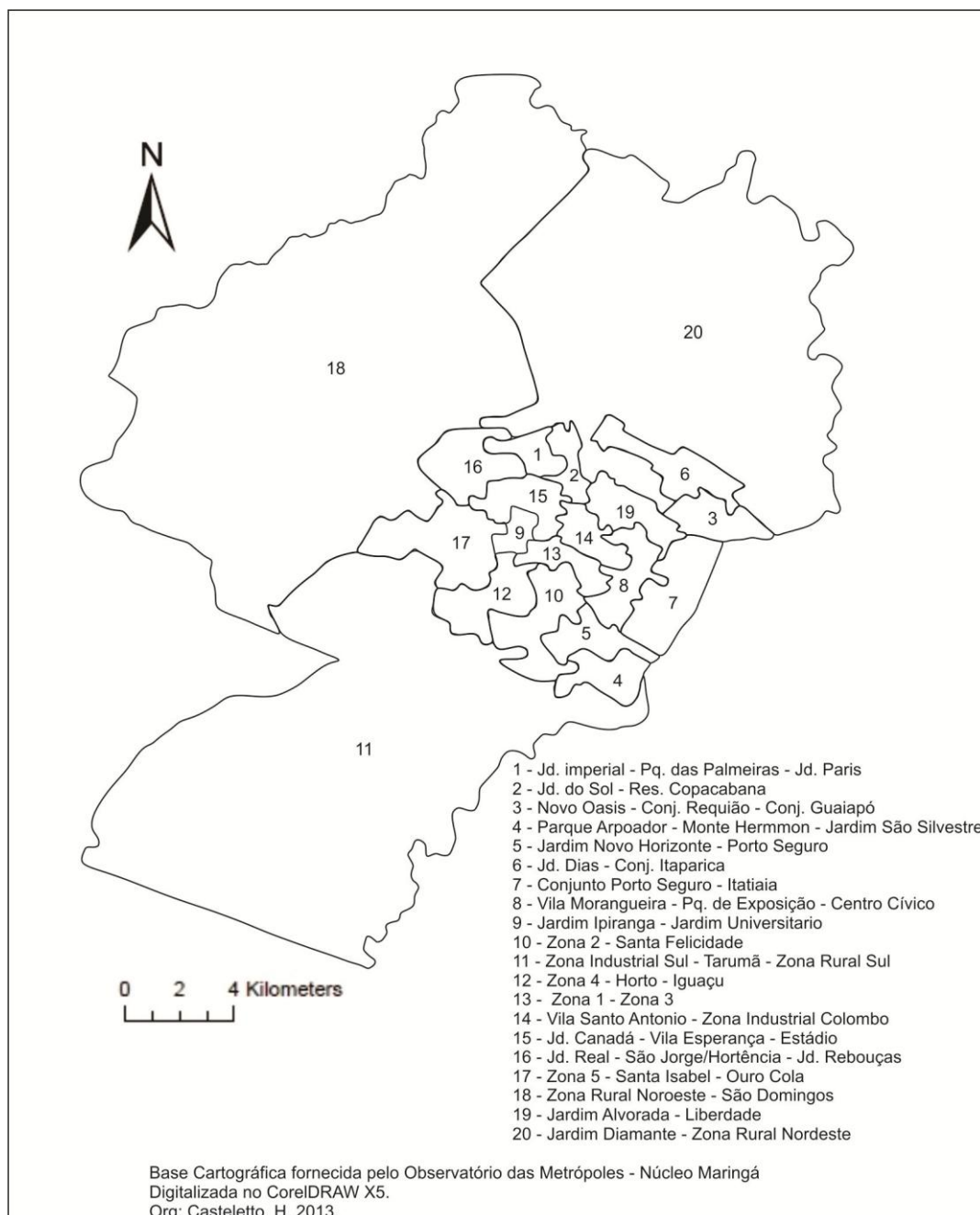


Figura 1 - APOND's (Áreas de Ponderação) definidas em Maringá.
FONTE: IBGE, 2010.

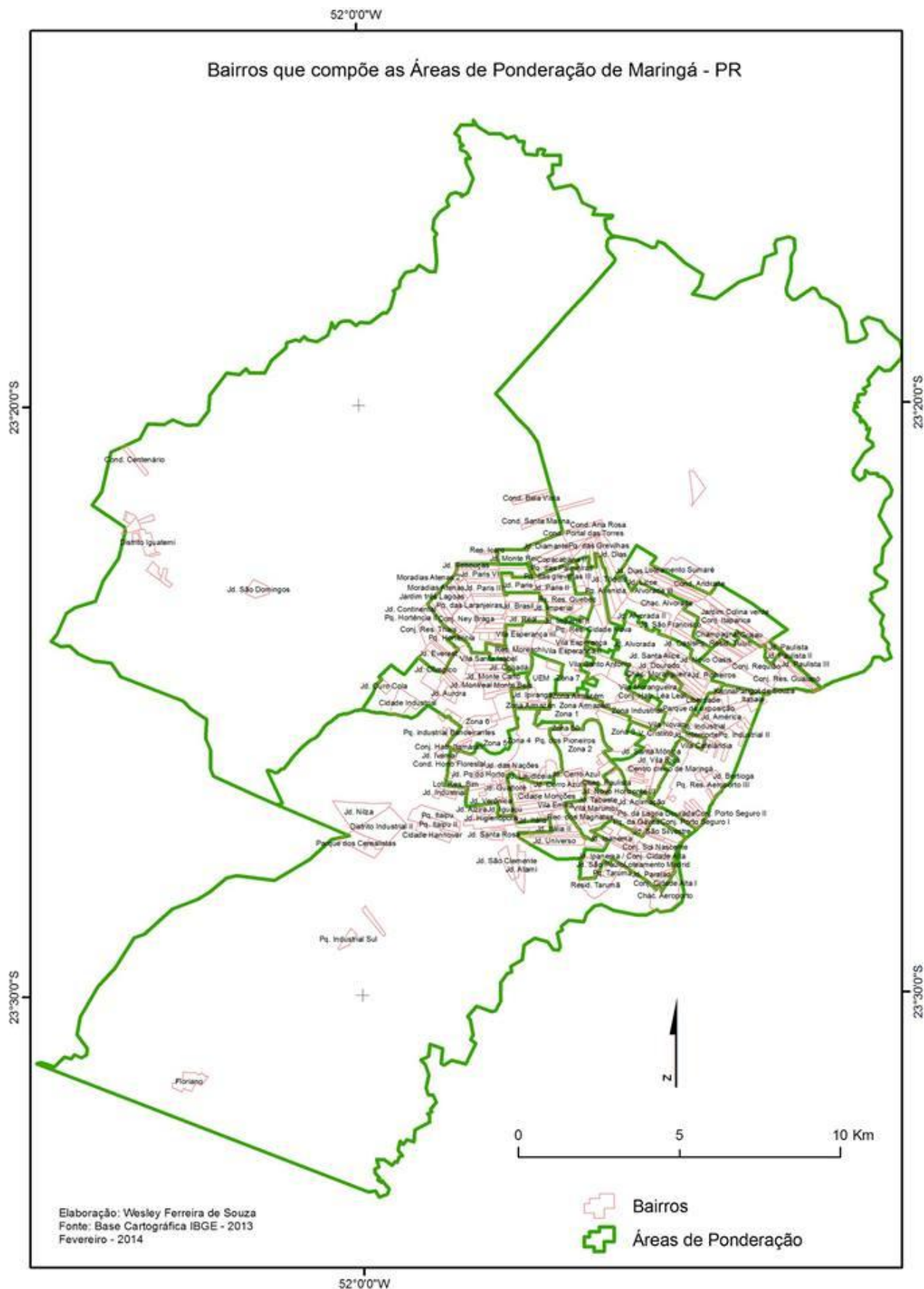


Figura 2 - Malha das ruas do Município de Maringá e as Áreas de Ponderação definidas para o trabalho.

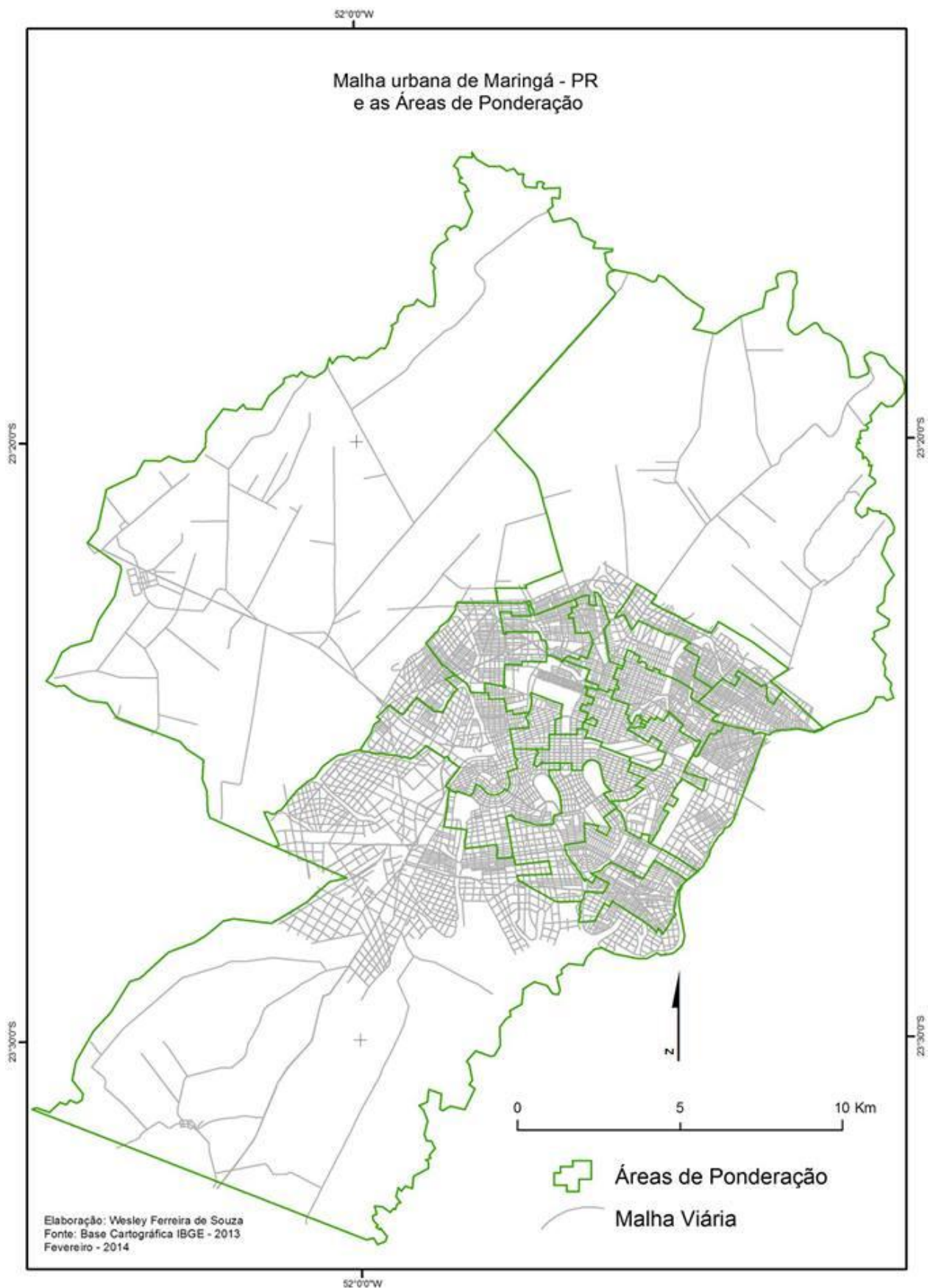


Figura 3 - Bairros que compõe as Áreas de Ponderação definidas para o trabalho.

Junto à Polícia Militar de Maringá foi realizado um levantamento de dados de crimes cometidos no município através do seu banco de dados próprio, o RECOP 2 (criado em 2011), para os anos de 2011, 2012, e julho de 2013. Foi escolhido esse banco de dados por dois fatores: o primeiro fator, como já foi explicado na introdução deste trabalho, refere-se à veracidade das variáveis do antigo banco de dados, o BOU (Boletim Unificado), uma vez que na base de dados utilizada pelo Estado (BOU – Boletim Unificado) havia alguns problemas com relação à entrada dos dados no sistema. Assim, dados referentes a um crime poderia alimentar duas vezes o mesmo banco de dados. Por exemplo, a Polícia Civil alimentava esse banco e a Polícia Militar também, isso com os mesmos dados. Assim, o volume de dados do BOU é muito superior ao do RECOP 2.

O segundo fator é a forma como os dados estavam disponíveis, ou seja, os dados do BOU eram dados gerais, tais como número total de furtos, enquanto no RECOP 2 era possível observar onde ocorreram esses crimes, tanto por bairros como por zonas administrativas, facilitando assim o mapeamento. Tais dados são referentes às modalidades de: crimes contra pessoa (homicídio e lesão corporal); crimes contra o patrimônio (furto simples, furto qualificado e roubo); e tráfico e consumo de entorpecentes.

Ainda foram sistematizados os dados do Censo Demográfico do IBGE (2010), com o intuito de especificar espaços indicadores referentes à questão econômica, social e de infraestrutura de cada APOND de Maringá (Figura 4 e 5). Para isso foram utilizados os indicadores: total de moradores, renda, escolaridade, e questões relacionadas a domicílios como esgoto, energia elétrica e padrão de casas, de cada território da cidade, além de outros indicadores que nos deram subsídios para elaboração da dissertação.

Foi realizada a elaboração de mapas, tabelas e gráficos com o intuito de especializar as informações utilizando os programas Microsoft Office Excel 2010; CorelDRAW X5; e o Arc Gis 9.1.

Desta forma, foi possível: mapear os territórios; identificar onde ocorre maior incidência de determinados tipos de crimes; encontrar as variáveis sociais, econômicas e de infraestrutura dessas localidades; observar quais APOND's possuem maiores ocorrências de determinados tipos de crimes e compará-las com os dados extraídos do Censo do IBGE, para que assim possamos ver quais localidades apresentam maiores

problemas com relação à criminalidade, quais tipologias de crimes e qual a relação disso com variáveis sócioeconômicas.

Com as análises e sínteses nas mãos, será possível identificar quais territórios estão mais expostos a determinados tipos de crimes, levando em consideração os estudos já realizados sobre o tema. Assim, poderemos mostrar se, em Maringá, territórios mais bem estruturados estão realmente expostos a crimes contra o patrimônio e se os territórios menos estruturados estão realmente mais expostos a crimes contra pessoa, como outros estudos realizados sobre o tema nos mostram, tais como Cano (1998), Francisco Filho (2004), Felix (2006) e Melara (2008).

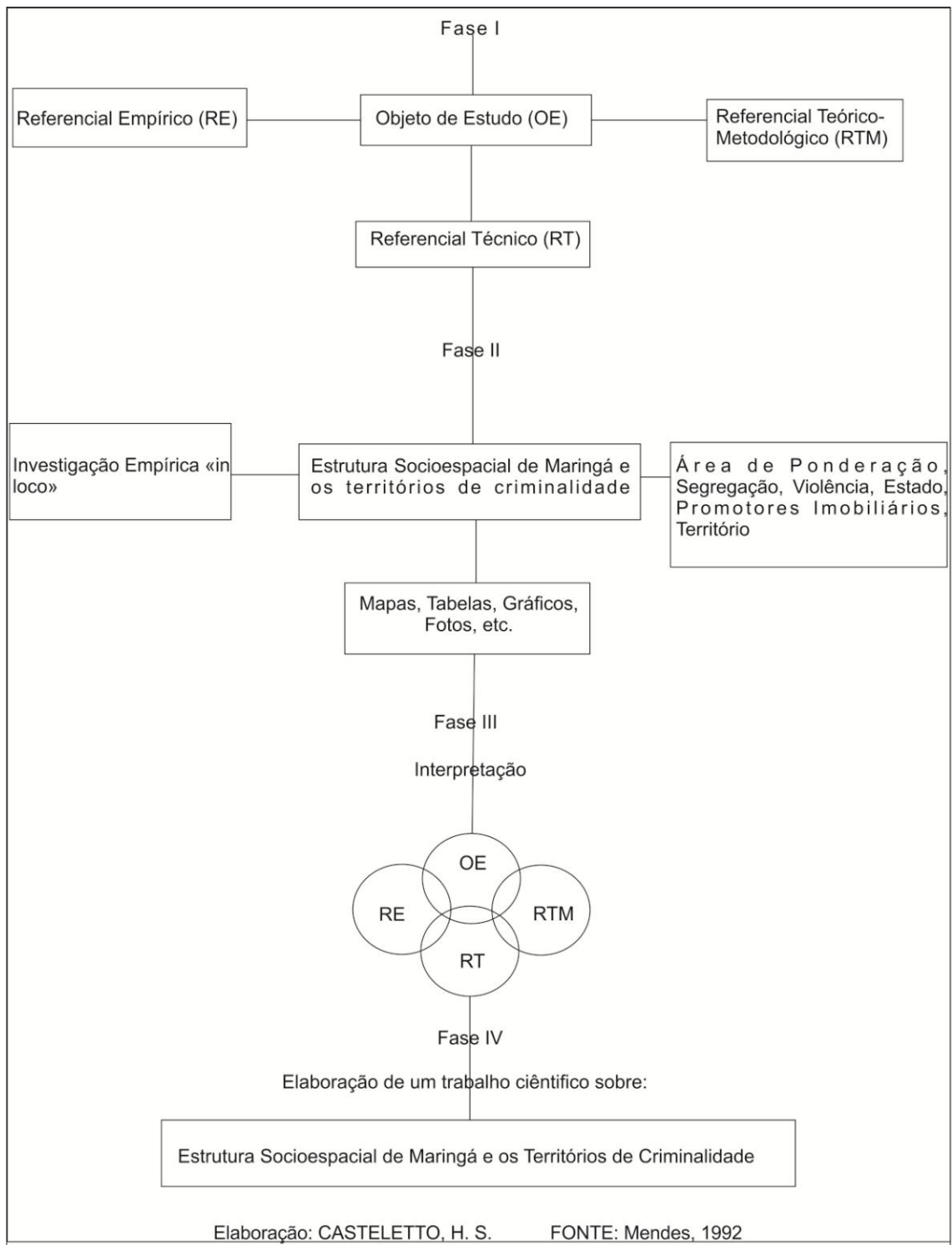


Figura 4 - Organograma Teórico – Metodológico.

Na próxima seção, discutiremos os conceitos que permeiam a questão da violência no espaço urbano, através de um levantamento teórico dos autores mais importantes que tratam sobre o tema.

3. REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLOGICO

3.1. Violência Criminal

As definições que vemos sobre violência e criminalidade são variadas, tendo as mesmas, muitas outras variações entre um e outro autor. Podemos apontar um elemento comum entre os vários autores: a de que existe uma diferença significativa entre quando falamos de violência e quando falamos de criminalidade. Segundo Moraes (1981), a violência pode ser tanto uma forma de degradação física como também psíquica do homem. Odália (1983) lembra que não é apenas o ato homicida ou mesmo um simples ato agressivo que é considerado violência, por mais que, segundo o autor, ainda se tenha no senso comum esta impressão. Para ele, o ato de violência pode ser considerado a partir do momento em que há uma privação desta pessoa de ir e vir, sendo uma forma de expressão das relações de diferenças que temos em nossa sociedade.

Segundo Melara (2008) (apud. Chagas Rodrigues, 2006), ao se tratar de violência, devemos estar atentos ao tipo do qual estamos falando, uma vez que este conceito abarca uma série de fenômenos que ocorrem na sociedade atual:

Por esse ponto de vista, é mais adequado falar de violências: violência urbana, rural, simbólica, cognitiva, física, instrumental, subjetiva, policial, intrafamiliar, doméstica, de gênero, esportiva, grupal, de massa, militar, bélica, entre muitas outras (MELARA, 2008, p. 25).

Podemos então, observar um primeiro passo na conceituação de violência e como esse fenômeno se apresenta na sociedade. Segundo Dornelles (1992) a violência criminal é uma das modalidades de violência que existem na atual conjuntura da sociedade, ou seja, uma violência tipificada pelo Código Penal. O autor lembra que o crime não é igual em todos os momentos da História do homem e nem em todas as sociedades existentes. Portanto, não é preciso uma vítima direta, como no caso do homicídio, pois existe violência de corrupção, da mídia, de saúde, entre outras.

Boisteau (2005) distingue muito bem a diferença existente entre o crime e a violência. Segundo o autor, cada sociedade vê de forma distinta um determinado ato violento, em função do regimento de lei existente no país. Melgaço (2005) explica bem esse fato:

[...] uma distinção de fundamental importância para este estudo é aquela entre violência e crime. Crime é qualquer infração a lei. É, portanto, um julgamento de uma ação com base em argumentos legais. Considerar a violência como sinônimo de crime é reduzir a discussão apenas aqueles atos que a lei prevê. A violência é uma noção mais ampla e sutil. Além disso, a confusão não se justifica também pelo fato de que nem todos os crimes são necessariamente violentos (MELGAÇO, 2005, p. 17)

Deste ponto de vista, temos a percepção de que a violência é um fenômeno muito abrangente, e que quase tudo que ocorre na sociedade, e que de alguma forma afete um determinado território ou um indivíduo dentro dela, é considerado violência. Segundo Souza (2005), a violência é ao mesmo tempo geral e específica, ou seja, pobreza e desemprego são sim casos de violência que pode ainda gerar outros tipos de violência. Porém, a pobreza não é considerada um crime perante a lei.

Ao falarmos que um tipo de violência mais abrangente pode gerar vários outros tipos, isso nos dá subsídio para entender a mesma. Segundo Melara (2008, p. 27), a criminalidade passou “de uma criminalidade caracterizada por regras e princípios, progressivamente para uma criminalidade afetiva, instintiva, violenta, e, aparentemente, irracional” (MELARA, 2008, p. 27), que dependendo de uma série de fatores, como vítima, local, causa, fica difícil de ser interpretada. Segundo a autora, essa falta de “lógica” (se é que existe “lógica” quando se fala em crime) acaba alterando a percepção da população sobre como anda sua segurança perante a sociedade, o que corrobora para que se torne um elemento essencial nos discursos de políticos e nas campanhas eleitorais de praticamente todos os municípios do Brasil, afetando diretamente o espaço urbano e o como seus agentes atuam.

Portanto, temos uma primeira ideia de que, quando tratarmos de violência, devemos ter noção de que este fenômeno se manifesta de várias maneiras, pois é um tema muito abrangente que abarca uma série de conflitos de cunho social, econômico e institucional. Em Moser (2006) pode-se observar uma tipificação muito interessante a respeito da violência, que nos mostra como este fenômeno pode atuar, não sendo apenas a do senso comum de que violência é o ato de agredir o próximo. Assim Melara (2008) resume:

[...] esta tipificação pode ser categorizada como: violência social, econômica, institucional ou política. A violência social refere-se à violência étnica, disputas territoriais, violência entre grupo, violência contra a mulher, abuso infantil. A violência econômica é manifestada por um ganho material associado a crimes de rua, roubos, assaltos incluindo mortes, tráfico de drogas entre outros. A violência institucional está vinculada a instituições do estado, bem como a polícia e o sistema judiciário, escolas, hospitais, empresas de vigilância. E a violência política está relacionada ao poder político, incluindo guerrilhas, conflitos militares, assassinatos políticos, entre outros fatos (MELARA, 2008, p. 28)

Segundo Souza (2005), a dificuldade dessa tarefa de se compreender a relação entre os territórios de criminalidade e a condição social e estrutural ocorre pelo fato de existirem crimes específicos, e cada local também possuir sua dinâmica própria, sendo mais difícil ainda comparar determinados crimes e em quais circunstâncias eles ocorrem. Entender determinado motivo de um crime é, segundo Cerqueira & Lobão (2004), muito mais complexo do que apenas culpar determinada localidade, determinada família, ou falta de infraestrutura. É compreender todas as diferenças que ocorrem na sociedade e mais, o quanto anda o psicológico de cada uma dessas pessoas que fazem parte desta sociedade. Assim Melara (2008) lembra que:

[...] como explicar, ou entender que, num mesmo espaço, numa mesma comunidade, estejam vivendo na mesma família dois irmãos gêmeos, e, um deles resolva entrar para o mundo do crime, enquanto que o outro prefira seguir o caminho da legalidade (MELARA, 2008, p. 28)

Contudo, ao tentarmos descrever a relação entre crime e estrutura socioespacial de uma determinada cidade, de fato, estamos tentando entender as nuances que ocorrem na sociedade, através de dados empíricos de violência e crimes (tanto dados sobre crimes como dados sobre violência e infraestrutura urbana), para podermos caracterizar os bairros da cidade (ou territórios) em que ocorrem maiores desigualdades sociais. Para isso, é necessário entender como ocorrem os fenômenos urbanos causadores de violência, tais como a segregação residencial, e a atuação dos agentes produtores do espaço urbano na reprodução do social do capital.

Estudos sobre o tema da violência já trazem algumas ideias de como essa relação em algumas cidades brasileiras. Contudo, não se deve tomar estas considerações como regra geral, uma vez que este fenômeno ocorre de forma diferenciada em cada cidade.

Felix (1996) crê que alguns crimes ocorrem mais em determinados territórios da cidade do que outros. Segundo ela, a área central da cidade possui maior número de crimes contra o patrimônio; as zonas periféricas possuem alta taxa de crimes contra

pessoa; e crimes contra a propriedade ocorrem, em sua maioria, nas áreas ricas da cidade. Brown (1982) nos fornece conclusões parecidas, onde ele constata que: crimes não profissionais e de baixo escalão cometidos geralmente por pobres, como furto, tendem a ocorrer em locais onde criminoso e vítima moram próximos (espacialmente) e são da mesma classe social; ao passo que crimes contra patrimônio, de alto escalão, ocorrem, em sua maioria, praticado por brancos e o criminoso e a vítima geralmente moram a uma distância significativa um do outro.

Melara (2008, p. 30) resumi o trabalho realizado por Felix (1996) da seguinte maneira:

[...] verifica-se de uma forma geral que os crimes ocorrem com mais frequência nas áreas mais pobres, ou nas zonas mais rurais, são crimes contra a pessoa. Já nas zonas mais ricas, o crime contra a propriedade tem maior evidência. Nas áreas urbanas, destacam-se tanto os crimes contra a pessoa, como também os crimes contra propriedade. Em relação a vítima e agressor, na maioria dos casos de crimes violentos (contra pessoa) observa-se que este ocorre entre pessoas próximas e da mesma classe social, geralmente de classe baixa. Os crimes de propriedade tendem a ocorrer mais entre pessoa de classes sociais diferentes, e que não distante no espaço. Mas estas considerações dependem muito das especificidades dos locais de ocorrência, dos tipos de crimes praticados, das pessoas e bens envolvidos (MELARA, 2008, p. 30).

Alguns autores ainda fazem algumas considerações com relação à densidade populacional de determinadas localidades. Neste sentido temos Mello Jorge (1997) que considera alguns fatores sobre a ocorrência de crimes no espaço urbano. Tais fatores são:

[...] concentração populacional elevada, muitas pessoas dividindo o mesmo espaço, desigualdades sócioeconômicas entre pessoas, iniquidade na saúde, impessoalidade nas relações, alta competição entre os indivíduos e grupos sociais, fácil acesso a armas de fogo, violência policial, abuso de álcool, impunidade, tráfico de drogas, estresse social, baixa renda familiar, formação de quadrilhas, entre outros fatores” (MELARA, 2008, p. 31)

Porém quando falamos de concentração populacional, não estamos falando apenas de uma determinada área da cidade, mas também de muitas pessoas dividindo a mesma casa, o que segundo Melara (2008, p. 31) “gera uma certa tensão que estabelece um comportamento característico do homem urbano”, isso associado à falta de emprego e de comida, a localidades insalubres, ao abuso de drogas, entre outros.

Nesta discussão observa-se que a temática sobre violência e crime é muito abrangente e pode ser vista e considerada de várias formas. Alguns autores acreditam no

crime como uma questão apenas do ponto de vista do Código Penal e o termo violência uma temática mais abrangente. Outros acreditam serem sinônimos. Contudo, o que mais vale nesta discussão é que quando falamos em violência estamos tocando praticamente todas as escalas sociais e todos os tipos de violência, desde o descaso com infraestrutura na atuação dos agentes que produzem o espaço e que é um indicador que pode nos mostrar a violência em determinados territórios, até o crime mais violento, o de homicídios, que pode ser reflexo da segregação imposta em determinadas localidades.

O presente trabalho priorizou o que Melara (2008) chamou de violência criminal. Segundo a autora, a análise da relação entre crime e estrutura socioespacial envolve uma série de fenômenos que por mais que não constem do Código Penal, são considerados violência, e de uma forma ou outra, acabam culminando no aumento dos crimes no espaço urbano. Melara (2008) coloca que a segregação sócioespacial, as péssimas condições de moradias e de infraestruturas urbanas, e a falta de renda no mercado formal, também são violência; e crimes como agressões e homicídios decorrem dessas condições. Daí o termo violência criminal, pois trata-se dos crimes previstos no Código Penal em relação aos indicadores sócioeconômicos e estruturais.

Na próxima seção, mostraremos como os agentes produtores do espaço urbano podem influenciar no aumento/diminuição dos crimes em determinadas cidades, uma vez que é através desses elementos que o referido espaço se transforma, pois eles têm influência direta nas decisões jurídicas, legislativas, e executiva.

3.2. Território

Ao longo dos anos, o conceito de territórios nas ciências sociais e suas novas tendências teóricas ampliaram as formas de como podemos interpretá-los. Existem muitas noções de territórios que surgiram a partir de uma série de novas concepções que no último século, culminou com o discurso da desterritorialização, dadas as novas formas espaciais que temos do território.

Sabemos que esse conceito é muito usado na Geografia e que existem também muitas formas de interpretá-lo, desde um território formado por elementos naturais até os territórios formados por elementos antrópicos, além das subdivisões que ainda existem dentro dessas formas de se ver o território. Segundo Haesbaert (2007), a partir de um levantamento mais detalhado foi possível agrupar o conceito de território em

duas grandes linhas de referencial teórico para que pudéssemos explicá-lo, tanto no que se refere à Geografia, como também à Ciência Política e à Antropologia.

Para Haesbaert (2007), podemos pensar os territórios a partir de um pensamento mais amplo em que os classificamos de uma forma materialista ou idealista, privilegiando o vínculo entre a natureza e a sociedade; ou podemos dar mais ênfase nas dimensões sociais, sejam elas econômicas, políticas ou culturais. Ainda, segundo o autor, também é possível explicar o território a partir de sua “historicidade”. Desta forma, o pensaríamos em dois sentidos: olhando sua abrangência histórica e observando se aquele território formado é apenas um componente da sociedade ou se ele está vinculado a algum período da História desse grupo/território; ou a partir de um caráter absoluto, sendo o território apenas um campo físico como uma “coisa”, ou a partir do seu caráter relacional, ou seja, a partir da relação da sociedade, desta forma o território é visto com um elemento catalisador dessas relações e não apenas como uma “coisa”.

A exemplo, Haesbaert (2007) fala de um marxista e o conceito que o mesmo traz sobre território. Segundo o autor, dentro do materialismo histórico-dialético, o território é visto sob a ótica do material, abordando de uma forma mais totalizante a dimensão econômica. Sobre a “historicidade”, vemos que na análise marxista ela está presente a partir de um caráter relacional caracterizado pelas relações entre as pessoas do mesmo território e de territórios diferentes.

Assim, podemos pensar o território de uma série de formas, e mais do que nunca, nos dias atuais e com a crescente descoberta de novas tecnologias, observa-se que existe uma tendência cada vez maior de termos um cruzamento entre essas correntes teóricas, devido ao fato de que os territórios de hoje poderem ser vistos sob a ótica de uma série de novas interpretações. As novas tecnologias acabaram quebrando as barreiras de muitos territórios, daí a defesa de muitos autores em superarem o conceito de território, dizendo que vem se transformando em “redes”, ou mesmo o de Chivallon (1999) que propõe a substituição da noção de território por “espacialidade”.

Contudo, o que discutimos aqui não é a questão da desterritorialização e sim a conceituação de território e de qual forma o presente trabalho trata esse conceito. Para isso, abordaremos as várias formas de se observarem os territórios, posicionando alguns autores que serão utilizados para a sua concepção neste trabalho.

A forma de se abordar o território mais utilizada pelos geógrafos, é a abordagem materialismo, principalmente tratando-se das dimensões econômicas e políticas. Esta forma de se abordar o território, justificada a partir das relações econômicas e da gestão

política, é talvez a mais utilizada pelos geógrafos, especialmente na Geografia Política e Geopolítica. Segundo Haesbart (2007), são antropólogos que preferencialmente costumam dar uma importância mais idealista ao território através da sua dimensão simbólica/cultural. Contudo, Maurice Godelier (1984) também faz referência ao território em uma perspectiva materialista. Segundo ele:

Designa-se por território uma porção da natureza e, portanto, do espaço sobre o qual uma determinada sociedade reivindica e garante a todos ou parte de seus membros direitos estáveis de acesso, de controle e de uso com respeito a totalidade ou parte dos recursos que aí se encontram e que ela deseja e é capaz de explorar (GODELIER, 1982, p. 112)

No campo do materialismo, Milton Santos (2007) mostra que prefere fazer uso dessa noção de território, pois segundo o autor, territórios se formam a partir de todas as ações que o homem realiza em determinado local, dando ênfase ao seu sentido relacional sem descartar o valor do território como mediador dessas ações. Isso fica claro quando o autor destaca que “[...] o território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas; o território tem que ser entendido como o território usado e não o território em si” (SANTOS, (2007), p.14).

Ainda segundo Santos (2007), durante a história de formação dos territórios tivemos a questão do dinheiro moldando a maioria desses lugares, que com o passar dos anos foram se transformando a ponto de mudarem a forma de como se estabeleceram os territórios. Contudo, nos dias de hoje, com livre circulação de dinheiro e sua dinâmica globalizada, acabaram imprimindo mudanças em muitas localidades; porém, segundo o autor, “[...] se o dinheiro que comanda é dinheiro global, o território ainda resiste” (SANTOS, 2007, p.17).

Como exemplo é possível observar que esse dinheiro globalizado nem chegou a todos os locais, existindo ainda territórios que se mantêm como eram. Assim, vemos que no Brasil, por exemplo, São Paulo possui todas as modalidades possíveis de dinheiro, enquanto existem ainda locais no país onde o dinheiro possível é apenas o dinheiro-moeda. Desta forma, para Santos (2007):

“[...] em outras palavras, o território também pode ser definido nas suas desigualdades a partir da ideia de que a existência do dinheiro no território não se dá da mesma forma [...] há zonas de condensação e rarefação de dinheiro (SANTOS, (2007) p.17)

Nesse campo do materialismo, o presente trabalho buscou, por meio da sistematização de indicadores, alguns territórios homogêneos em Maringá no que diz respeito às dimensões: social, econômica e estrutural. Tratar, portanto, de territórios desiguais, parece-nos estar relacionado com a forma como os indicadores espacializados nos mostraram, uma vez que foram divididos territórios homogêneos no que diz respeito à questão social, econômica e estrutural dessas localidades, sendo possível ver desigualdades entre elas. (APOND's)

Em outra perspectiva, o idealismo busca explicar o território através da apropriação por parte da sociedade dos símbolos e culturas que determinados territórios trazem para certas pessoas, grupos ou sociedades. Assim, mesmo quando analisamos o território por meio do materialismo, o mesmo ainda nos permite incorporar uma dimensão ideal em nossas análises a partir desses “poderes invisíveis” que têm relação direta na reprodução social de determinados territórios. Temos então localidades que por mais se formem a partir de uma dimensão política ou econômica (material) ainda existem nuances que fazem com que a sociedade ali instalada queira ficar no local, próximos uns aos outros, numa forma de reivindicar o local como dela mesma, tendo assim um valor simbólico, ou uma dimensão ideal do território.

Na Geografia, a dimensão ideal é a percepção do território menos utilizada. Segundo Haesbaert (2007), os autores Bonnemaïson & Cambrèzy (1996) buscam essa perspectiva idealista do território. De acordo com eles, a noção de território a partir do materialismo e sua representação dá pouca ênfase aos fluxos e movimentos de determinados territórios, sendo difícil de representar essa lógica culturalista em um mapa, por exemplo. Nessa perspectiva, o território teria uma representação cultural e não uma posição em um determinado espaço. Ainda segundo os autores, existe um “poder de laço territorial” que não representa valores materiais, e sim simbólicos e afetivos, e é dessa forma que a maioria dos territórios se formou, pois o “[...] território cultural precede o território político” (Bonnemaïson & Cambrèzy, 1996, p.10).

A forma de como o território, quando visto na forma idealista, é representado, fica clara na passagem dos dois autores:

Pertencemos a um território, e não o possuímos, guardamo-lo, habitamo-lo, impregnamos-nos dele [...] Enfim, o território não diz respeito apenas à função ou ao ter, mas ao ser. Esquecer este princípio espiritual e não material é se sujeitar a não compreender a violência trágica de muitas lutas e conflitos que afetam o mundo de hoje: perder seu território é desaparecer (Bonnemaïson & Cambrèzy, 1996, p. 13-14).

Portanto, deixarmos de ter uma visão do território através de sua dimensão ideal é deixarmos de olhar pelo lado da identidade que determinadas sociedades têm com certos locais. No presente trabalho, ao observarmos os diferentes territórios que compõem a cidade de Maringá por uma visão materialista através das dimensões sociais, não deixaremos de fazer as ligações pertinentes no que diz respeito a sua dimensão ideal das localidades que ali se formaram com o correr dos anos e se mostraram resistentes ao tempo, tais como a evolução geo-histórica nos mostra. Isso nos permitirá identificar quais as características de cada população que vive nos territórios de Maringá, principalmente ao espacializarmos os indicadores de violência da cidade, e assim percebermos qual a realidade de cada população está atrelada ao seu território.

Ao fazermos a abordagem do território a partir de uma visão materialista, estamos não apenas privilegiando a dimensão econômica, mas também a dimensão política da atuação do Estado e dos interesses privados de agentes que produzem o espaço. Ao espacializarmos esses territórios, foram utilizados indicadores que relacionavam espaços homogêneos no que diz respeito à dimensão social, econômica e estrutural. Contudo, nas análises dos territórios veremos que a atuação do Estado e dos mais variados setores econômicos, também influenciam na localização deles. Daí a importância de se ter uma visão integradora das diferentes dimensões sociais materiais.

Segundo Haesbaert (2007), nas discussões sobre território, principalmente quando damos privilégio para uma visão materialista, a questão do controle e gestão dele por parte dos agentes produtores do espaço sempre está presente, e nunca pode estar atrelada apenas à figura do Estado, pois hoje mais do que nunca, o papel dos gestores privados, em determinados territórios, é imprescindível para compreensão de certos fenômenos, que no caso do presente trabalho é a violência.

Ainda segundo Haesbaert (2007), esse tipo de visão integradora das mais diferentes dimensões sociais é muito utilizado pela Geografia, uns dando maior visão à questão política, outros dando maior visão à questão econômica, outros à cultural. Portanto, dentro de todas as concepções formadas durante os anos, para Haesbaert (2007) existem três vertentes de conceitos que podem ser trabalhadas para se definir um território: uma vertente jurídico-política; uma vertente culturalista; e uma vertente econômica. Contudo, o mesmo autor defende uma análise integrada entre essas três vertentes ao definirmos um território, pois são comuns posições múltiplas, abarcando mais de uma vertente. Assim, o presente trabalho busca, através dessa perspectiva, a

interpretação de alguns territórios homogêneos e sua relação com os territórios de criminalidade de Maringá – PR.

Em sua obra, Saquet (2003) procura resgatar as várias formas de interpretação do conceito de território, e toma por as referidas obras de Haesbaert, dando a entender a importância da interligação entre essas diversas dimensões sociais (econômicas, políticas e culturais) onde, segundo o autor, a apropriação desses espaços por essas forças econômicas, políticas e culturais acabam “formando territórios heterogêneos e sobrepostos fundados nas contradições sociais” (SAQUET, 2003, p.28)

Quanto à perspectiva histórica na definição do território devemos saber que as suas noções, quando o abordamos pelo viés histórico, nos trazem alguns problemas quanto à definição de determinada localidade como território, tanto quando abordado de forma mais restrita quanto ao ser abordado de forma mais específica, em apenas algum contexto histórico.

Assim, podemos definir território a partir de sua história política, podendo, nesse caso, ficar restrito apenas às sociedades modernas e à ação do Estado na formação desse território. Podemos também definir o território a partir da reprodução social, onde segundo Haesbaert (2007), uma noção mais ampla sobre ele muitas vezes se confunde com espaço geográfico. Outra forma de se abordar o território pelo viés histórico é a partir da definição das relações de poder que ali existem, o que não deixa de ser um território na forma idealista, pois esse poder acaba assumindo um sentido simbólico.

Contudo, para Haesbaert (2007), o território define-se, antes de mais nada, a partir das relações sociais, ou seja, claramente, para o autor, a formação de definição de territórios passa pelo entendimento das relações que ocorrem na sociedade, dando visivelmente um sentido relacional para o mesmo. Essa relação pode ser do homem e natureza, ou homem e homem, sendo essa última uma relação entre sociedades e ao mesmo tempo dentro das sociedades.

Nessa perspectiva, uma outra abordagem é referenciada por Haesbaert (2007). Segundo o autor, o território pode ser abordado tanto em seu sentido relacional (a partir das relações sociais que ocorrem na sociedade), quanto em seu sentido absoluto (como apenas um elemento, ou uma coisa, um “substrato concreto”).

Para Haesbaert (2007) podemos encontrar essas duas vertentes nos autores que procuram explicar o território através do materialismo. Segundo o autor, entre os “materialistas” existem os que afirmam que o território é apenas uma base sobre a qual se reproduz a sociedade; ao mesmo tempo existem aqueles que falam sobre um

território espacial mediador dessas relações e não apenas como uma simples “coisa”. Ainda segundo Haesbaert (2007), Souza (1995) faz uma crítica dura a Raffestin a respeito de sua abordagem absoluta do território, dizendo que este é sim um campo de forças e de relação de poderes e brigas sobre determinados espaços, não podendo ser descartado como um componente mediador e transformador de territórios.

Para Raffestin (1993), o espaço precede o território, ou seja, o espaço é apropriado por determinados agentes que o “territorializam”. Portanto, esse espaço nada mais é que o substrato onde se dão essas relações, mas elas são dadas pelas pessoas que reivindicam esse espaço, não dando ênfase ao território como algo que faz parte dessas relações. Mesmo abordando um sentido mais absoluto do território, Raffestin (1993) deixa claro que ao tratar de territórios, busca um elemento principal das dimensões sociais que os formam. Para o autor, a ênfase na dimensão política faz com que o território de fato se forme como um espaço onde existe uma delimitação ou uma ordem política ou jurídica. Portanto, para ele, as relações entre uma sociedade é que fazem do espaço, um território, e essas relações são baseadas na relação de poder que determinados grupos têm para com outros grupos. Assim, o poder e os territórios, por mais que sejam diferentes, andam juntos, para o autor. Nessa mesma perspectiva, temos Andrade (1995) que faz sua análise de território com base na abordagem econômica do espaço, tendo, o poder, a força capaz de formar território, pois para o autor o conceito está intimamente ligado às questões do domínio e da gestão de determinada área, e não está apenas ligada à questão do poder público, mas também do poder das grandes empresas que fazem e refazem determinados territórios.

Para Souza (1995) ao supervalorizarmos as relações sociais e tratarmos o território apenas em seu sentido absoluto, podemos estar de alguma forma “desgeografizando” o território, dando uma ênfase mais sociológica, o que para a Geografia seria um desastre. Porém, mesmo criticando a abordagem mais absoluta de Raffestin, Souza (2001) também acredita que território e poder estão ligados. Em suas abordagens, o autor procura conceituar território a partir das dimensões políticas, além de permeá-lo através da dimensão cultural, pelo fato de ter identificado grupos em determinadas cidades que formavam territórios pelas diferenças culturais. Para Souza, (2001) não devemos confundir a questão do poder com o Estado-Nação, pois “todo espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder é um território, do quarteirão aterrorizado por uma gangue de jovens até o bloco constituído pelos países membros da OTAN” (SOUZA, 2001, p.11).

Contudo, para ele, a questão do território ter importância nas análises, e não ser apenas um substrato concreto, passa pelo entendimento de que o mesmo é mutável, e ele se moldará pela forma das pessoas que ali vivem. Dai a existência de territórios temporários, como o território da prostituição, do narcotráfico, dos homossexuais, entre outros.

Para Godelier (1984), o sentido relacional de abordagem do território não pode ser visto apenas pelo conjunto de relações sociais, mas também no sentido de envolver todos os processos sociais e espaciais (materiais) que ocorrem no território, não o colocando apenas como um “campo” onde a sociedade se relaciona, mas também como mediador de seu formato. Nesse sentido, Haesbaert (2007) diz que “ao enfatizarmos o sentido relacional do território é a percepção de que ele não significa simplesmente enraizamento, estabilidade” (p. 56) e sim “movimento, fluidez” (p. 56).

Nas análises feitas a respeito dos conceitos de território, é possível observar que todos eles abarcam a questão da sua relação com o poder, contudo, em diferentes abordagens. Para Weber (1984), poder é uma probabilidade existente de certo mandatário ser obedecido por um grupo ou pessoa. Foucault (1975) já apresenta uma definição mais específica sobre o poder, dizendo ser mais uma estratégia que uma propriedade em si. Para Foucault (1975) esse poder se exerce mais do que se possui, não sendo um privilégio adquirido pelas classes dominantes e sim um efeito do conjunto de estratégias elaboradas para se ter esse poder, que em sua maioria privilegia os detentores de capital.

Sobre os autores, Raffestin enfatiza o caráter político do território. Souza mostra a existência de vários territórios dentro de um território maior, principalmente quando trabalhados os aspectos culturais. Saquet, junto com Hesbaert, enfatiza a questão do território numa visão integradora entre múltiplas vertentes; entretanto Saquet procura dar ênfase à natureza. Andrade claramente opta pela dimensão política e econômica do território, tanto quando falamos de Estado como quando falamos de grandes corporações. Para Santos, a abordagem política do território é mais presente, contudo deve-se ressaltar a sua história e como os territórios mudam durante os anos, e em virtude dessa evolução nas técnicas não devemos desprezar os seus aspectos sociais, econômicos e culturais. Já para Haesbaert, o território possui três tipos de abordagem: a jurídico-política, a econômica e a cultural. Contudo, devemos buscar uma visão integradora dessas três vertentes ao definir o território.

O trabalho vai abordar o conceito de território a partir da integração de algumas dimensões sociais. É com base nos indicadores do IBGE que foi possível mapear quais territórios possuem melhores condições no que diz respeito à dimensão social, econômica e estrutural. Assim foi possível ver quais territórios, com base nos setores censitários, eram homogêneos entre si quanto à renda, escolaridade, infraestrutura urbana, acesso a bens e serviços de qualidade, o que culminou na formação das Áreas de Ponderação. É uma visão com um caráter materialista, mas que integra ao menos duas vertentes das quais Haesbaert (2007) falava: a jurídico-política, através da discussão sobre a forma como os agentes produtores do espaço atuam nesses territórios, e econômicas-sociais, nas quais abarcamos quais territórios possuem melhores condições com relação a uma série de indicadores.

3.3. O Espaço Urbano e os Agentes Produtores do Espaço

Para compreender o que e quem são os agentes produtores e quais suas ações no espaço urbano, primeiramente devemos ter claro o que ele é. Dos estudos sobre o espaço urbano, iremos adotar a referida obra do Professor Roberto Lobato Corrêa, de 1995, intitulada “O Espaço Urbano”.

Segundo o autor, o espaço urbano tanto pode ser analisado como um conjunto de pontos, linhas e áreas, como também sob sua forma espacial, através dos processos e formas urbanas; e, no caso do presente trabalho, a partir da percepção dos habitantes e de certos segmentos, a partir de seus conflitos.

Já se sabem as formas de se abordar o tema “espaço urbano” e seus enfoques, contudo ainda não respondemos a duas perguntas: o que é o espaço urbano? quais são suas características? Segundo o autor citado, o espaço urbano, em termos gerais, nada mais é que um conjunto de usos do solo, que estão colocados ou juntos ou ao lado, articulando-se. Ainda segundo o autor, esses usos do solo urbano:

[...] definem áreas, como: o centro da cidade, local de concentração de atividades comerciais, de serviço e de gestão; áreas industriais e áreas residenciais, distintas em termos de forma e conteúdo social; área de lazer; e, entre outras, aquelas de reserva para futura expansão (CORREA, 1995, p. 7)

Suas características principais são: o fato de ser fragmentado e articulado ao mesmo tempo; ser também um reflexo social e um condicionante social; um conjunto de

símbolos; e por fim, um campo de lutas, tudo ao mesmo tempo. A partir desta definição apresentada pelo Professor Roberto Lobato Corrêa (1995), podemos inferir que o espaço urbano, é a materialização da sociedade em que vivemos, em determinado espaço e tempo.

3.3.1. Quem Produz no Espaço Urbano?

Corrêa (1995) enumera cinco agentes capazes de “fazer e refazer” as cidades e o próprio espaço urbano. Segundo ele, são: os proprietários dos meios de produção, sobretudo os grandes industriais; os proprietários fundiários; os promotores imobiliários; o Estado; e os grupos sociais excluídos.

O presente estudo buscou trabalhar com apenas dois desses agentes produtores citados acima. São eles, os Promotores Imobiliários e o Estado. A justificativa se dá pelo fato de observarmos que para o estudo da percepção dos habitantes e de certos segmentos da sociedade na cidade de Maringá, este caminho apresentará resultados melhores de se solucionar quando tratarmos do tema violência no espaço urbano. Assim, promotores imobiliários que também atuam na cidade como proprietários fundiários, podem nos fornecer algumas informações a respeito da valorização de determinados territórios, enquanto o Estado nos trará dados referentes ao investimento em infraestrutura e segurança.

Referindo-se aos agentes produtores e para compreendermos como eles agem em termos gerais, Corrêa (1995) procura nos alentar para as ações concretas que esse agentes desempenham nesse processo de fazer e refazer as cidades.

3.3.2. Como Atua os Promotores Imobiliários

Segundo Correa (1995), para ser considerado um promotor imobiliário, devemos observar qual o conjunto de agentes que realizam as seguintes operações: incorporação, que seria a forma de gerir o capital, em sua fase de transformação em mercadoria, levando em conta tamanho das unidades, qualidade, para quem vai ser construída, propaganda e venda das unidades; financiamento, ou seja, a facilidade de acesso a determinadas unidades, e a forma de construção de muitas delas por parte de investimento de pessoas físicas ou jurídicas; estudo técnico, que seria verificar a viabilidade da obra, sempre atentando aos parâmetros do incorporador, ou seja, se é um

empreendimento de luxo ou se de poucos recursos; construção e produção física do imóvel, que varia de acordo com a firma de incorporação, uma vez que algumas fazem a execução de obras enquanto outras fazem a parte de vendas, além das firmas que fazem os dois processos por si; comercialização ou transformação do capital-mercadoria em capital-dinheiro, processo esse realizado pelos corretores, os planejadores de vendas e os profissionais de propaganda, que são os responsáveis pelo lucro final do produto.

Essas operações são realizadas por diferentes tipos de agentes produtores. Tais agentes vão desde o proprietário construtor dono do terreno, às firmas exclusivamente incorporadoras: as que se especializam na construção, outras especializadas na corretagem, entre muitos outros tipos de agentes produtores, ou seja, “[...] há desde o proprietário fundiário que se transformou em construtor e incorporador, ao comerciante próspero que diversifica suas atividades criando uma incorporadora, passando pela empresa industrial” (CORREA, 1995, p. 21), além é, claro, dos grandes bancos e do Estado que atuam também como promotores imobiliários.

Sobre as estratégias adotadas por esses agentes, Corrêa (1995) lembra o argumento de Durand-Lasserve (1980) ao retratar que as camadas mais populares quase não têm casas produzidas para este tipo de renda. Segundo o próprio autor, na sociedade capitalista não cabe o interesse no envolvimento de produzir imóveis populares, devido ao baixo nível do salário, fazendo com que os custos em geral não compensem, dado o fato desses promotores sempre estarem inovando, no sentido de “[...] produzir habitações com inovações, com valor de uso superior às antigas, obtendo-se, portanto, um preço de revenda cada vez maior” (CORREA, 1995, p. 21).

O autor Henri Coing ainda indaga, se é possível haver produção de habitação para a parte não solvável da população, Segundo o próprio autor, só haverá este tipo de produção por parte dos promotores imobiliários, se essa habitação atingir ao menos uma de três exigências que dão uma rentabilidade ao negócio: será rentável se forem superocupadas por várias famílias ou por várias pessoas solteiras que alugam determinado imóvel; ou se a qualidade da construção for péssima, com o seu custo reduzido ao mínimo; ou quando se verifica enorme escassez de habitação, tornando assim qualquer tipo de habitação em custo alto, mesmo sendo destinada à população não solvável.

Fica claro neste momento qual a estratégia dos promotores imobiliários. É a de atender primeiramente a população que possui renda para comprar um imóvel de alto valor, e em segundo plano, obter ajuda do Estado para que ajude nos custos de tornar

determinada área melhor, investindo em infraestrutura, por exemplo, para que assim possa ser vendida para a parcela da população considerada de baixa renda. Essa ajuda vem através da criação de órgãos, como o Banco Nacional da Habitação (BNH), criação de fundos como Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), e até programas, como é o caso do Programa Minha Casa Minha Vida, facilitando créditos tanto para os promotores imobiliários como para a população mais pobre, dando subsídios para que empresas façam um trabalho que era para ser garantido pelo Estado, que muitas vezes até facilita a desapropriação de algumas áreas.

É desta forma que se pode compreender como atuam os promotores imobiliários ao fazerem e refazerem o espaço urbano de forma desigual, aumentando consideravelmente a segregação residencial no espaço urbano, tornando o urbano um espaço de conflitos e gerador de violência dado o fato de haver áreas com investimentos de melhor infraestrutura básica do que outras. Isso acaba criando uma diferença no tratamento com a população, principal ponto causador de diferença social, tendo consequência direta no aumento da criminalidade das cidades. Isso além de privar determinada parte da população de acesso a educação de qualidade, saneamento básico mínimo, e acesso ao mercado de trabalho formal, o que é o primeiro passo para que jovens entrem para o mundo do crime.

3.3.3. Como Atua o Estado

Muitos estudos trazem o Estado como principal agente que produz, não apenas o espaço urbano, mas também a vida em sociedade. Para pensarmos em Estado devemos lembrar primeiramente que ele é formado por leis e instituições, e estas têm como objetivo organizar a sociedade de uma forma que não haja diferença ao tratar cada cidadão, seja ele de classe alta, média ou baixa.

O Estado está representado através das leis, principalmente, pelos órgãos de produção jurídica, que têm como objetivo cria-las de formas cabíveis para que se tenha harmonia na sociedade. Já através das instituições o Estado atua por meio de alguns aparelhos ideológicos: escolas, igreja, prefeituras; e também por aparelhos repressores tais como a polícia, exército, entre outros. É através desses órgãos e aparelhos que o Estado busca mediar os conflitos existentes na sociedade como um todo. Ao mediá-los, o Estado cria leis que se tornam políticas públicas no intuito de melhorar a condição de vida de toda a população ou de parte dela. Assim, o estudo sobre o Estado não se remete

somente às políticas públicas, mas também aos conflitos de interesse que a elaboração dessas políticas pode gerar. Assim, podemos dizer neste momento que o Estado também atua na garantia de organização das cidades capitalistas.

Segundo Corrêa (1995), o Estado capitalista brasileiro atua nas diferentes maneiras de se produzir o espaço urbano, por meio de políticas públicas, ou seja, ele pode atuar como promotor imobiliário, proprietário fundiário, como grande proprietário industrial, além de ser alvo dos grupos sociais excluídos que reivindicam junto a ele melhoria na condição de vida de sua população. Portanto, o Estado está atrelado diretamente e indiretamente a todos os agentes produtores do espaço, sendo ele o alicerce que promove o aumento ou a diminuição de determinados agentes em determinado espaço.

Porém, ao tratarmos de um estudo sobre violência, a atuação do Estado na implantação de infraestrutura na cidade, nos parece mais permissível ao nos remetermos aos problemas urbano. Segundo Corrêa (1995), “[...] é através da implantação de serviços públicos, como sistema viário, calçamento, água, esgoto, iluminação, parques, coleta de lixo, etc., interessantes tanto as empresas como a população em geral, que a atuação do Estado se faz de modo mais corrente e esperado” (CORREA, 1995, p. 24). Assim, atuando no controle do uso do solo a partir de zoneamento é que o Estado acaba privilegiando desigualmente determinadas camadas da sociedade, sendo alvo de grupos sociais organizados que se sentem segregados, possibilitando que desta forma, tornarem-se geradores de violência, dada a diferença existente no tratamento de sua população toda.

Ainda segundo o autor, nos estudos de A. Samson (1980) o Estado dispõe de um conjunto de instrumentos de intervenção que pode ser utilizado no espaço urbano, sendo eles:

Direito a desapropriação e precedência na compra de terra; regulamentação do uso do solo; controle e limitação dos preços de terras; limitação da superfície da terra de que cada um pode se apropriar; impostos fundiários e imobiliários que podem variar segundo a dimensão do imóvel, uso da terra e localização; taxação de terrenos livres, levando a uma utilização mais completa do espaço urbano; mobilização de reservas fundiárias públicas, afetando o preço da terra e orientando espacialmente a ocupação do espaço; investimento público na produção do espaço, através de obras de drenagem, desmontes, aterros e implantação da infraestrutura; organização de mecanismos de crédito à habitação; pesquisas, operações-teste sobre materiais e procedimentos de construção, bem como o controle de produção e do mercado deste material (CORREA, 1995, p. 25).

Contudo, o autor ainda ressalta que as formas de atuação do Estado no espaço urbano, são muito mais complexas. Segundo ele, o Estado, além de atuar de todas essas formas citadas acima, ainda não atua de forma neutra, ou seja, o Estado atua de forma a privilegiar determinado grupo e excluir outro grupo, uma vez que existem em nossa sociedade vários conflitos de interesse, forçando o Estado a escolher o lado que vai ser privilegiado por determinada política, não havendo “racionalidade fundamentada nos princípios de equilíbrio social, econômico e espacial” (CORREA, 1995, p. 25). O autor ainda acrescenta que o Estado “tende a privilegiar os interesses daquele segmento ou segmentos da classe dominante” (CORREA, 1995, p. 25), podendo assim observar que ao privilegiar determinada classe social, ele acaba se tornando também produtor de violência, dado o fato de gerar diferenças e conflitos sociais através de privilégios dados a uma minoria, levando geralmente a maioria pobre da população à marginalização.

Assim, o Estado acaba criando condições para a reprodução capitalista, ou seja, ele oferece condições para que o capital seja reproduzido e o processo de acumulação aumente cada vez mais, refletindo também na reprodução social das classes sociais, mantendo a hegemonia da classe dominante. Desta forma, observamos que a atuação do Estado leva a uma segregação residencial, tendo assim uma ação direta também na segregação social, ao determinar, através de impostos a serem cobrados e equipamentos de consumo coletivo, o valor da terra, dotando determinada localidade de amenidades. Assim, apenas o grupo social dominante pode “morar” em lugares onde os equipamentos que deveriam ser públicos estão presentes apenas para uma minoria.

Um exemplo notável da atuação do Estado na produção do espaço urbano, que pode gerar segregação residencial e social, acontece em Brasília. A existência de oposição na ocupação do Plano Piloto e das Cidades Satélites é o exemplo acabado de como o Estado pode criar e reproduzir as diferentes classes sociais, gerando consequentemente áreas com maior e menor violência criminal.

Contudo, é importante ressaltar que o Estado atua em três escalas: a Federal, a Estadual, e a Municipal. Segundo Corrêa (1995), a cada um desses níveis, a atuação do Estado muda. Porém, é no nível municipal que os conflitos de interesses aparecem mais arraigados e visíveis, e é onde se observa melhor a atuação do Estado junto à classe dominante, e o discurso “para todos” parece mais claro que não é para todos. Assim, atuando de forma diferencial, o Estado e os Promotores Imobiliários, tornam-se responsáveis diretos na manutenção das taxas criminais de todas as cidades brasileiras.

Essa diferença ao privilegiar determinadas camadas, surge principalmente com o surgimento do Estado Capitalista, e para que possamos entender melhor como atua esse Estado, lembremos como ele age no Brasil.

3.3.4. O Estado Capitalista

Para entendermos como a ação do Estado é de grande importância na produção do espaço urbano, dado o fato dele atuar em muitas “vertentes”, devemos compreender como atua o Estado brasileiro na atual fase do capitalismo.

As novas modificações na economia urbana e na melhoria de novos espaços urbanos/metropolitanos induzem o Estado a novas formas de intervenção, podendo ser desde uma gestão participativa até uma ação própria para integração desses espaços nas várias escalas da economia. Assim, dependendo da ação tomada, o Estado pode criar conflitos entre determinados segmentos da sociedade, devido à própria existência dos conflitos de interesse, que fazem parte da organização social em que vivemos.

Segundo Oliveira (2009), ao enfrentar esses problemas sociais (tais como a violência, tema da presente pesquisa), o Estado atua com dois tipos de estratégias: a primeira é a produção de condição para o retorno de investimento na própria cidade, como parte de um plano para gerar dinamismo econômico, produzindo emprego e renda a parte da população; e a segunda estratégia se faz através da produção de políticas que garantam a legitimidade dos processos, aplicando instrumentos democráticos de gestão territorial, como Audiência e Conferências Públicas, Planos Diretores, estratégias que incorporem a população às decisões.

Mas, segundo Oliveira (2009) e Lencioni (2007), grande parte dos casos não ocorre bem desta maneira. Segundo os autores, em sua maioria acaba servindo para o uso do capital corporativo, através da produção de infraestrutura e equipamentos de consumo coletivo, transferindo para o Estado a qualificação de territórios que fazem uso do fundo público, indo desde a própria infraestrutura até a condição para reprodução da força de trabalho, tarefa essa que deveria partir do capital corporativo.

Segundo ainda os autores, a atuação do Estado em prol do capital corporativo nos leva a novas estratégias de organização social e à forma como se altera a atuação dos sujeitos não vinculados às classes hegemônicas, sendo que determinadas políticas neste caso sempre são elaboradas para favorecer o interesse do capital. Assim, Oliveira (2009) lembra que cada vez mais, as políticas públicas do Estado são menos destinadas

para a integração nacional do que para a regulamentação e controle, devido à alteração exigida pelo capital corporativo para essa demanda por novas estratégias, a que Harvey (1989) denominou “acumulação flexível”.

O Estado, dessa forma, sente-se pressionado para que deixe o capital fazer qualquer tipo de política pública que possa cada vez mais mudar essa acumulação flexível, o que gera, segundo Oliveira (2009), consequências nas relações de trabalho, tais como: desemprego, desvinculação da produtividade na produção de ganhos salariais, precarização das formas de contratação do trabalho, informalidade, terceirização, entre outros problemas urbanos. Nas palavras de Benko (1996), uma exploração da força de trabalho resulta na cidade, espaços exclusivos do capital.

O capital pressionando o Estado e a geração de problemas urbanos tais os citados pelo referido autor, leva-nos à principal característica destacada por Rolnik (2009) a respeito das cidades brasileiras. Segundo a autora, se tivermos que destacar um elemento apenas que possa caracterizar as cidades brasileiras, sem dúvida essa característica seria a existência de contrastes profundos entre as condições urbanas distintas, culminando na relação direta entre Estado e violência. Uma das formas espaciais relacionadas à violência e atuação do Estado seria a segregação, ou segregação residencial, que nada mais é que a espacialização dessa diferença social, dentro do espaço urbano.

Na próxima seção entenderemos o que é segregação residencial, como ela é gerada, e como ela pode gerar violência no espaço urbano, uma vez que a mesma surge principalmente pela atuação do Estado e dos Promotores Imobiliários.

3.4. Segregação Residencial no Espaço Urbano

Segundo o professor Roberto Lobato Corrêa, o conceito de segregação residencial começa a surgir primeiramente na Escola de Chicago, com Robert Park que a define como sendo um processo que acaba por concentrar determinados tipos de “população” em determinados territórios do espaço urbano. Ainda segundo o autor, esse processo de segregação é representado pela forma espacial urbana, denominada por ele de “áreas naturais”, o que surgiu com Zorbaugh, um naturalista que acreditava poder reproduzir o que ocorre no mundo vegetal, no nível de cidade. Segundo ele, a segregação seria um processo capaz de produzir uma competição impessoal que acabaria por gerar espaços que seriam dominados pelos mais fortes (ou seja, classe

social mais rica) como ocorre no mundo vegetal, sendo esse o primeiro passo para que possamos compreender a relação da mesma com a violência.

Mais tarde, este conceito elaborado por Zorbaugh sobre as “áreas naturais” ressurgiu, marcado pelas observações de Shevky & Bell sobre a uniformidade da população em determinadas localidades do espaço urbano. Segundo os autores, a segregação acaba criando as chamadas “áreas sociais” que têm tendência de serem uniformes com três características básicas: status sócioeconômico; urbanização; e etnia, ou seja, cria “bairros homogêneos, segregados, como por exemplo, bairros operários com modestas residências unifamiliares, de empregados de setor terciário residindo em edifícios de apartamentos, de diretores de empresa em suas residências suntuosas” (CORREA, 1995, p. 60).

Desta forma, vamos acabar percebendo que o espaço urbano se torna segregado, ou seja, processos sociais (como a autosegregação e os enclaves territoriais dominados por grupos violentos) que são criados pelos agentes produtores do espaço urbano (como por exemplo, os promotores imobiliários), acabam por diferenciar áreas no que diz respeito “divisão social do espaço” e não necessariamente a “divisão econômica do espaço” ainda que não estejam desvinculados. Assim, para este autor, quando trabalhamos com segregação, devemos saber que tanto sendo induzida como forçada, ela não deve ser tratada como uma fragmentação do espaço urbano. Quando falamos que o espaço urbano segregado não deve ser sinônimo de fragmentação, devemos lembrar que esse termo vem sendo abusadamente utilizado, padecendo de uma polissemia que dificulta a compreensão do fenômeno.

Para Harrison (2003), o termo “fragmentação” assumiu a mesma forma que o termo “globalização” tem de explicar quase todos os fenômenos que ocorrem no espaço urbano. Como Souza (2008) exemplifica, a fragmentação nada mais é que vários fragmentos que fazem parte de um todo, contudo esses fragmentos não se tocam ou quase não se tocam. Desta forma, quando visto por esse olhar, percebe-se o espaço urbano como um processo de segregação e não de fragmentação. Assim segundo o autor:

[...] pode-se dizer que esta diante de um processo de segregação residencial de um grupo social por outro quando uma parcela da população é forçada ou induzida, em princípio contra a vontade, a viver em um local no qual, se pudesse escolher, não viveria – ou pelo menos, não viveria confinada aquele local, ou ainda melhor aquele tipo de local (SOUZA 2008, p. 56)

Ainda segundo o mesmo autor:

[...] em muitas situações, a segregação especialmente quando não é imposta por leis pelo próprio Estado, apresenta uma dupla face: mesmo quando o indivíduo bem-sucedido tem a chance de ‘sair do gueto’, nem sempre o fazem, temendo desajuste social ou pressão(...) entretanto, isso não elimina o fato de que a margem de ‘livre-arbítrio’ se circunscreve a limites bem estreitos, e de que fatores políticos, étnicos-culturais e/ou econômicos respondem por um quadro no qual nem todos possuem o mesmo poder, o mesmo prestígio e a mesma liberdade de morar onde desejarem (SOUZA 2008, p. 57)

Portanto, se observarmos como se dá a segregação do espaço urbano através da pouca mobilidade que tanto a elite como a periferia impõem a sua população, podemos entender a fragmentação como sinônimo da segregação, como exemplifica:

[...] é evidente que, no caso em tela, não se trata de presumir que as partes ‘não se conectam mais’ umas com as outras. Contudo, quando se observam os processos de territorialização de favelas por traficantes de varejo, com isso se convertendo estas em enclaves territoriais em meio a uma dialética abertura/fechamento – organização em redes e abertura em face dos consumidores e fornecedores de drogas e armas convivendo com o controle territorial que desafia a face oficial do Estado – e, quando a isso se acrescentam a autosegregação das elites e toda uma sorte de fenômenos de auto-enclausuramento e artifícios espaciais de proteção (...) percebe-se que vários tipos de interação espacial diminuem ou tornam-se mais seletivos (SOUZA 2008, p. 58)

Vemos assim que a fragmentação se mostra como um termo que pode ser considerado de certa forma, um sinônimo da segregação residencial do espaço urbano, desde que não sejam esquecidos dois fatores, que segundo o autor citado não podem passar despercebidos: o fato de essa fragmentação ser um processo e não um estado absoluto e o fato de este termo ser uma metáfora e como tal possuir virtudes e limitações.

Assim, esses dois fatores vão desde a apropriação do espaço por grupos violentos, em busca de praticar uma economia com base nos crimes cometidos, até a busca por segurança e manutenção de determinados privilégios que as elites buscam.

[...] a referida segmentação reduz a mobilidade espacial intraurbana – tanto de pobres (por exemplo, quando os moradores de uma determinada favela territorializada por uma quadrilha ligada a uma certa ‘facção’ do tráfico de drogas de varejo se veem desencorajados ou impedidos de visitar amigos ou parentes que moram em outra favela, controlada por uma ‘facção’ rival) quanto da classe média (que vai deixando de frequentar vários espaços, por medo da violência). Com isso, exclusões e autoexclusões são criadas ou reforçadas. (SOUZA 2008, p. 59)

Vemos, portanto, um primeiro ponto que torna o espaço urbano segregado e por que não dizer, fragmentado. Este primeiro ponto são os enclaves territoriais ilegais, assim chamados por Souza (2008), que tornam (em parte) a cidade segregada.

Segundo o autor, ainda podemos olhar o fenômeno pelo ponto de vista das elites da sociedade. Assim, não apenas Souza (2008) como Corrêa (1995) chamam este tipo de fragmentação do espaço urbano como autosegregação que parte diretamente das classes sociais mais abastadas.

A forma mais comum, no Brasil, de autosegregação é bem representada pelos condomínios fechados, a que Caldeira (200) chamou de “enclaves fortificados”, que surgem em meados dos anos 70 nas metrópoles brasileiras, o que mostra que “[...] não se trata meramente de uma reação ao outro componente da fragmentação, a formação de enclaves territoriais controlados por traficantes de varejo” (SOUZA, 2008, p. 70).

A autosegregação acaba causando a segregação do espaço urbano, por menor que seja seu efeito em comparação com a segregação induzida aos menos favorecidos, isso porque a vida cotidiana das classes mais favorecidas não se apresenta tão afetada quanto a vida da maior parte da população que vive no urbano, e é representada pelas classes menos favorecidas. Vemos aqui dois extremos na territorialização do espaço urbano: um sendo contido por territórios ilegais conseqüentemente menos protegidos, e um segundo contido por uma população mais abastada protegida pelos seus aparatos de segurança. Em meio a esses dois extremos vemos:

[...] aqueles espaços (bairros comuns de classes médias, áreas comerciais, espaços públicos) que, por serem mais desprotegidos ou não estarem diretamente territorializados por nenhum grupo social, apresentam-se mais expostos a diversos tipos de criminalidade violenta (SOUZA, 2008, p. 72)

Em Maringá, por exemplo, vemos em meio a essas duas facetas os centros comerciais, as praças públicas, e os bairros de classes média como a Zona 7, que passam por inúmeras taxas criminais que se acumulam durante os últimos seis anos.

Assim, segundo Souza (2008), este tipo de autosegregação criado pelas elites, não representa de fato um enfrentamento da problemática da violência, e sim representa uma fuga dos problemas que tangem o espaço urbano, pois se de um lado esses condomínios prometem solucionar os de segurança das classes abastadas, de outro lado deixam de solucionar as causas da violência no espaço urbano, ou seja, acabamos vendo

que as raízes da violência que deveriam ser de fato combatidas, acabam sendo deixadas de lado pelo fato das elites se sentirem seguras, criando uma ideia de que o poder público não precisa de fato solucionar o problema, uma vez que essa classe social já se sente segura perante a segurança privada.

Pior: este tipo de autossegregação ajuda a reforçar a ameaça gerada, contra a civilidade do cidadão, uma vez que isola um determinado grupo social de uma boa parcela da população, reforçando os preconceitos existentes em nossa sociedade. Este enclausuramento voluntário só tende a aumentar a diferença, o ódio e desrespeito para com outras classes sociais.

Assim, o autor conclui que este tipo de autossegregação acaba distorcendo o espaço urbano no sentido de trazer certo individualismo da elite uma vez que os mesmos sentem que não há problemas com relação à violência. Nas palavras do autor, vemos claramente como isso ocorre:

[...] em sentido estritamente empresarial, os ‘condomínios exclusivos’ vem dando certo, tanto é que proliferam ate em cidades de porte médio. Mas, quanto mais esse modelo ‘der certo’, mais o Brasil urbano ‘dará errado’(...) Para indivíduos de classe média, os ‘condomínios exclusivos’ podem ser uma solução, ou parte dela, ainda que muito imperfeita e um tanto ilusória. Do ponto de vista coletivo (geral), porém, ele é, seguramente, antes parte do problema que da solução (SOUZA, 2008, p. 75)

O caso dos condomínios exclusivos em que a insegurança afeta diretamente os valores do solo urbano é um ingrediente que deve ser levado em consideração nos estudos sobre segregação, uma vez que a adição de benfeitorias e a “exclusividade” desses locais os tornam mais valorizados, independentemente, quase sempre, da localização, uma vez que é vendido um bem em que está “embutido” o fator de segurança.

Contudo, devemos ressaltar que não são os condomínios exclusivos a maior causa da segregação do espaço urbano. Souza (2008) considera-os uma das causas da diferenciação que ocorre neste espaço urbano, seja pelo aumento das distâncias sociais, seja pelo aumento das distâncias físicas, seja pelo descompromisso das leis constitucionais que regem o País.

Podemos pensar aqui, como já dito acima, que essa solução escapista, de auto-enclausuramento, acaba minando o sentido coletivo do espaço urbano, uma vez que se busca através desses condomínios fechados a auto-proteção, que nada mais é que uma solução individual e não coletiva, ocorrendo uma “maximização de benefícios individuais” e “minimizando os benefícios coletivos”, uma vez que se paga por uma

segurança que deveria ser fornecida pelo Estado, isentando o mesmo de seus deveres. Isso acarreta aos demais uma diminuição do contingente policial que deveria de fato realizar a segurança “pública”. Assim, enquanto as elites continuarem a se proteger atrás de seus muros e cercas, tais medidas policiais se tornam desnecessárias, o que acaba refletindo na parcela da população que não possui poder aquisitivo para tal proteção.

Contudo, podemos salientar um ponto comum entre as diferenças que existem quando falamos da forma espacial que o processo de segregação pode gerar: é a tendência que esse processo tem de organizar determinados territórios internamente muito homogêneos e externamente muito diferentes dos demais territórios, como foi apontado por Castells (1983), sendo um produto da diferenciação de classe existente em nossa sociedade e no mundo capitalista como forma geral. Trata-se, portanto, de um processo que ocorre muito antes do surgimento e da consolidação da sociedade capitalista, entretanto é nesta sociedade que ela surge como grande problema do urbano e do aumento principalmente da violência nesse contexto.

Para analisarmos melhor como a segregação residencial interfere diretamente no espaço urbano capitalista, relembremos como o capitalismo e as classes sociais foram estruturadas.

Corrêa (1995), Marx, Poulantzas & Giddens, Harvey, dissertam sobre as três forças que estruturam a formação das classes sociais, que são: a força primária, que vem das relações dos detentores dos meios de produção e os trabalhadores que vendem sua força de trabalho; a força residual, que vem de tempos passados, quando determinado grupo acumulou capital e bens deixando que outro grupo deixe de fazê-lo; e uma força derivada, que vem com as inovações tecnológicas e a apropriação desse conteúdo por parte dos que detêm o capital. Ainda, segundo o autor, quando essas forças agem durante um determinado tempo, acabam por fragmentar o tecido urbano, dando certa localização diferenciada das classes, emergindo a segregação residencial na sociedade capitalista. Tais problemas nada mais são que: fragmentação da classe capitalista e proletária; classes distintas de consumo; aparecimento de uma classe média; desvio de consciência da classe proletária, ao entender que apenas trabalhando poderá chegar ao status de detentor dos meios de produção; controle da mobilidade social e espacial através da criação de barreiras, dentre outros problemas.

Tais problemas geram tensão entre determinados grupos que se sentem acuados perante a diferenciação radical existente no espaço urbano, o que acaba por abrir portas

para a marginalização e o aumento da violência urbana entre pessoas do mesmo grupo social e entre pessoas de grupos sociais diferentes.

No espaço urbano, o problema gerado pelo processo de segregação é apresentado na forma de áreas sociais. Tais áreas sociais nada mais são do que resultado “[...] das diversas soluções que as classes sociais e suas frações encontraram para solver os problemas de como e onde morar” (CORREA, 1995, p. 62). O grande entendimento de como a segregação pode gerar áreas sociais para diferentes classes se dá no momento em que compreendermos que a habitação necessita de outra mercadoria, que segundo o autor é uma mercadoria com um “caráter especial”: a terra urbana, que se caracteriza por ser limitada e de produção lenta; junto a essa característica soma-se o fato de determinadas localidades possuírem mais amenidades que outras, havendo diferenciação de preço de solo urbano. Além disso ainda temos a intervenção do Estado, seja direta (através da criação de habitação) seja indireta (via financiamento através de empresas particulares do ramo da construção).

Somando-se todos esses fatores vemos que “[...] em relação a onde morar é preciso lembrar que existe um diferencial espacial na localização de residências vistas em termos de conforto e qualidade” (CORREA, 1995, p. 63).

Percebemos neste momento que a segregação é um processo corrente no espaço urbano, produzido por agentes e de uma forma espacial. A respeito do como ele se reproduz, podemos salientar que a classe dominante tem papel importante na reprodução desse processo, na medida em que atua de forma direta e indireta, como também atua o Estado como já dito nos parágrafos acima, porém de uma forma diferente. A classe dominante, de forma direta, atua se autosegregando, “[...] na medida em que ela pode efetivamente selecionar para si as melhores áreas, excluindo-as do restante da população irá habitar onde desejar” (CORREA, 1995, p. 64). Isso se traduz nos condomínios exclusivos, que existem não apenas nas cidades grandes como também em cidades de porte médio. Já na forma indireta, a classe dominante se traduz na medida em que “[...] controla o mercado de terras, a incorporação imobiliária e a construção, direcionando seletivamente a localização dos demais grupos sociais no espaço urbano” (CORREA, 1995, p. 64) atuando, ainda segundo autor, indiretamente através do Estado.

Neste sentido, a segregação residencial no espaço urbano se torna um meio de reprodução social por meio de um elemento que condiciona isso, que é o próprio espaço. Assim, “enquanto o lugar de trabalho, fábricas e escritórios, constituem-se no

local de produção, as residências e bairros, definidos como unidades territoriais, e sociais, constituem-se no local de reprodução” (CORREA, 1995, p. 65). Conclui ainda o mesmo autor, que esse processo de segregação não é apenas para manter os privilégios da classe dominante no presente, mas também pra controlar a reprodução social em um futuro próximo, mantendo um sentido de “ordem”. Assim entre lutas por melhorias, vemos como o espaço urbano e a sua segregação afetam diretamente a violência urbana e conseqüentemente a vida de quem habita esse espaço, podendo ser um dos motivos do alavancamento da violência nesta última década nas cidades do interior do Brasil.

Na próxima seção veremos, através de dados do Censo Demográfico realizado pelo IBGE em 2010, como é a distribuição da população no município de Maringá no que diz respeito à infraestrutura, renda, escolaridade e densidade populacional. Por conseguinte, analisamos quais dessas áreas sofrem mais com determinados tipos de violência.

4. ÁREA DE ESTUDO

A respeito do município de Maringá, sua geo-história remete principalmente ao surgimento do plano de ocupação da Companhia de Melhoramento do Norte do Paraná na década de 40, que facilitou a vinda de cultivadores de café para área, com a promessa de facilidade de escoamento através de cidades e vias planejadas, terras férteis e lotes baratos.

Maringá localiza-se no centro-norte do Estado do Paraná, mais especificamente na latitude 23°25'00'' S e na longitude 51°25'00'' W e tem importância regional a ponto de ser a cidade polo de sua Região Metropolitana (Figura 1).

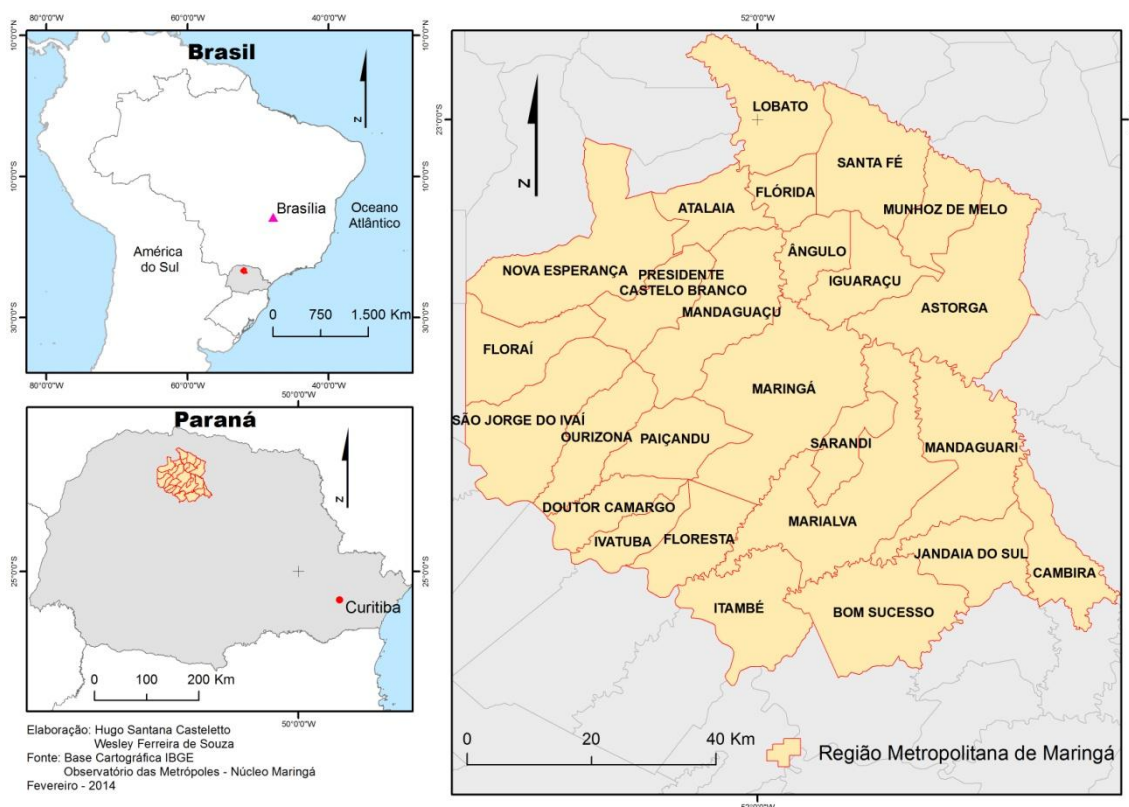


Figura 5 - Localização do município Maringá – PR e sua Região Metropolitana.

Dados do IBGE (2010) mostram que a cidade de Maringá tinha uma população total de 357.117, sendo 52% formada por homens, e uma população rural de 6.424, em um território de 487.730 km², portanto, com uma densidade populacional de aproximadamente 732 habitantes por km².

A cidade de Maringá há cinco anos, era considerada como uma das melhores cidades para se morar, desde sua qualidade de vida, tratada no Globo Repórter (Galvão 2007, p. 36), e sua dinamicidade, em 2004, veiculada pela Gazeta Mercantil (Galvão

2007, p. 36), bem como a “especial” segurança dos moradores, publicação da Revista Época, na edição nº. 359, de 2005. A pesquisa do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada) retrata, em 2005, a cidade de Maringá, como um grande polo de desenvolvimento do Norte do Estado do Paraná. De fato, dados da época apontavam Maringá como uma cidade com baixo índice de violência urbana comparando-se ao populacional, uma vez que os índices de criminalidades mostravam-se em patamar bem abaixo da média nacional, alimentando a ideia de uma cidade segura.

Com os índices positivos apontados, parte da população de Maringá passava a ver o município como um lugar onde não havia violência. Contudo, isso não refletia a realidade dos fatos, uma vez que o aumento do espaço urbano da RMM (Região Metropolitana de Maringá) trouxe a segregação, tornando a população maringaense “cega” perante a criminalidade da cidade, “culpando” as cidades em torno da sede da região (Maringá) pelos crimes ali cometidos, sempre com o reforço da condição de que a cidade foi e é planejada, o que transmite uma ideia de controle.

O fato é que desde seu planejamento, Maringá tendeu a ser uma cidade segregada, sendo clara a tentativa de separar as classes sociais em bairros, dando uma forma centralizada ao alto escalão da sociedade separando-os por dois parques (hoje, Parque do Ingá e Bosque II), com uma via de acesso rápido ao centro, que é uma parte destinada ao comércio. As demais áreas seriam destinadas à classe média e ao proletariado (como mostra a Figura 2, que apresenta o plano piloto da cidade de Maringá, onde podemos ver os bairros separados pelos dois bosques da cidade):

Neste contexto, um lote de terras na zona 2, custava 10 vezes o valor de um lote de igual tamanho na zona 3 (Vila Operaria); os bairros zona 4 e a zona 5 eram destinados aos proprietários rurais, em sua maioria fazendeiros; a zona 1 era destinada ao comércio e na zona 7 a colônia japonesa e aos trabalhadores braçais (GALVÃO 2007, p. 36).

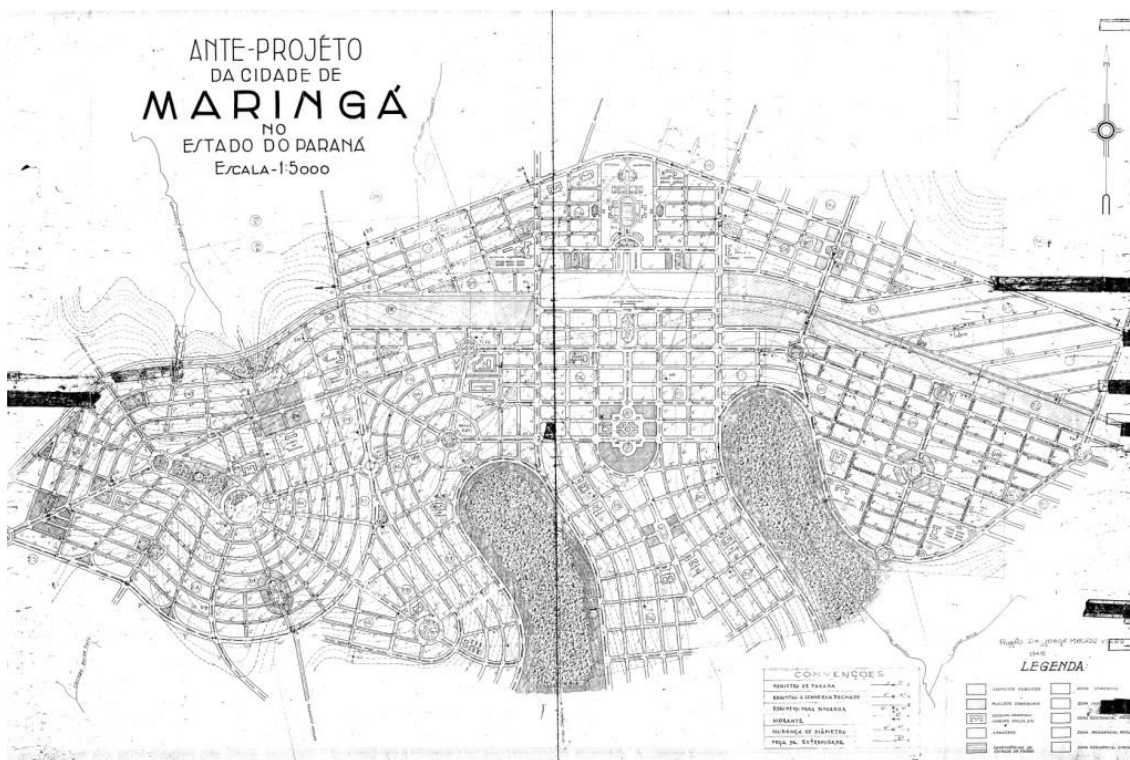


Figura 6 - Projeto Piloto da cidade de Maringá e sua divisão por bairros.

Com o passar dos anos, o crescimento demográfico e a distribuição maior da população fez com que bairros considerados de classes mais pobres, fossem cada vez mais ocupados pela parcela mais rica da população, pressionadas pelo mercado imobiliário e pela demanda de lotes, tornando cada vez mais caros os terrenos de bairros próximos ao centro, fazendo com que a população menos favorecida, de certa forma, fosse “relocada” em áreas periféricas, o que acabou tornando cada vez mais característica a identificação da pessoa através do bairro:

Por exemplo, quando alguém identifica como endereço o Bairro Santa Felicidade ou o Conjunto Requião (bairros a nordeste do município) está se declarando e sendo reconhecido como alguém cuja renda é muito baixa. E, o contrário, ao se declarar morador da Zona 2 ou Zona 5, é imediatamente reconhecido como alguém pertencente as camadas de alta renda (RODRIGUES, 2004, p. 56-57)

A “relocação” da população de renda mais baixa ocorreu principalmente pela alta valorização do centro, onde houve uma redução da população residente, ocorrendo uma migração desta população para áreas onde os terrenos estavam se valorizando, deixando o território central de Maringá praticamente para a atividade comercial, cujas atividades terciárias provocam uma valorização dos imóveis. Com isso, os proprietários procuraram aumentar suas rendas, elevando o preço do aluguel e/ou venda (Mendes &

Grzegorzcyk, 2003, p. 107) o que dificultou boa parte da população de permanecer no local, sendo obrigada a migrar para novas áreas criadas, em sua maioria, com baixa infraestrutura, além de dificuldades de acesso e viabilidade de acesso às demais áreas.

Portanto, no caso maringaense, o planejamento urbano em seu início fez com que a distribuição geográfica da cidade tendesse à “periferização” da população de menor renda, associada em seu início, principalmente pela pressão do mercado imobiliário que procurou alocar a atividade comercial no centro de Maringá, o que aumentou a valorização da área, fazendo com que ficasse inviável a residência no centro. Assim, o processo citado foi um dos pontos principais para a “relocação” das pessoas de renda mais baixa para áreas de valor de mercado mais baixo, consequentemente, áreas mais periféricas. Desse modo, a segregação já prevista para o município foi um dos fatores que fizeram com que, a partir de 2008, por exemplo, a taxa de homicídios em Maringá mais que dobrasse, passando de 7,8 homicídios para cada 100 mil habitantes em 2004, para 15,7 homicídios por 100 mil habitantes em 2011, como é apontado por Casteletto (2012). Em 2012 a taxa superou em muito capitais como São Paulo, que é de 10,3 homicídios por 100 mil habitantes.

5. INDICADORES SOCIAIS; DE INFRA-ESTRUTURA; E CRIMINAIS DOS TERRITÓRIOS DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ

5.1. Indicadores Sociais e de Infraestrutura para Qualificar as APOND's

Nesta seção, abordaremos quais indicadores foram levados em conta para que fosse possível mostrar a diferença entre o acesso a serviço público urbano e renda entre as APOND's estabelecidas no presente trabalho. Para isso foram analisados dados do Censo Demográfico 2010, realizado pelo IBGE. Tais dados referem-se a: número de moradores por domicílio; tipos de domicílios mais presentes; renda per capita dos domicílios; forma de esgotamento e número de banheiros por domicílio; número de moradores alfabetizados; tipo de coleta de lixo por domicílio; número de domicílios com energia elétrica, entre outros dados que nos pudessem mostrar se existe grande diferença socioeconômica e de acesso a infraestrutura, nos diferentes territórios do município, e posteriormente compará-las a dados sobre a criminalidade na próxima seção deste trabalho.

Primeiramente, abordaremos: o contexto de surgimento do município de Maringá, e conseqüentemente como se formou o espaço urbano; como é esse espaço urbano hoje em relação a sua importância econômica, diante do que já foi exposto por Corrêa (1995) quando disserta sobre a atuação dos agentes produtores do espaço; e como agiu e age o mercado imobiliário criando essa diferença entre regiões, dotando determinados territórios de mais amenidades que outras, seguindo as características mostradas por Souza (2008) quando mostra como se configura a segregação residencial das cidades.

A Região Norte do Estado do Paraná, onde se insere o município de Maringá, segundo Mendes (1990), desenvolveu-se primeiramente a partir da iniciativa de produtores de café, paulistas e mineiros, em busca de novas terras onde pudessem explorar seu produto. Segundo o autor, a empresa britânica, *Paraná Plantations Company*, por meio de sua subsidiária no Brasil, conseguiu a concessão para exploração de terras em quase todo o norte paranaense, a partir do momento em que a estrada de ferro Ourinhos-Cambará expandiu-se próxima ao Rio Tibagi, viabilizando o transporte de pessoas, bens e serviços para a região paranaense. Com isso, fazendeiros mineiros e paulistas, que estavam proibidos de plantar café nos respectivos Estados, percebem no norte paranaense uma nova frente para seu produto: o loteamento de pequenos módulos

rurais, por parte da empresa britânica, para que tais fazendeiros pudessem vir ao Paraná para cultivar o café.

Contudo, em 1929, com a crise global, um grupo brasileiro comprou as terras do Norte do Paraná dos britânicos passando a denominar-se Companhia Melhoramentos do Norte do Paraná (CMNP). Milano (1998) cita, em seu trabalho, quais os três aspectos fundamentais do processo de colonização do norte do Paraná, que fizeram com que essa região pudesse ser ocupada por fazendeiros, principalmente os paulistas e os mineiros:

1º a construção de um eixo rodo-ferroviário de penetração que facilitasse tanto o acesso às novas terras como o escoamento da produção; 2º o assentamento de núcleos básicos de colonização ao longo desse eixo, estabelecidos progressivamente a uma distancia media de 100km (Londrina, Maringá, Cianorte, Umuarama) cidades principais e entre estes, pequenos núcleos a cada 15 km; 3º a divisão da zona rural em áreas com tamanho não superior a 34 ha, ajustados à cultura cafeeira e servida na sua porção mais alta da estrada e na mais baixa de curso d'água (MILANO, 1988, p. 27)

No que concerne ao território maringaense, em 1938 começava a se especular a vinda de fazendeiros paulistas e mineiros para a região em busca de terras férteis para a produção do café. Não demorou muito para que isso ocorresse, pois em 1942, como afirma Mendes (1990) a Companhia já havia efetuado 496 transações imobiliárias na região, num total de 12,2% só na zona rural, fazendo o papel de agente promotor imobiliário e fundiário ao mesmo tempo, o que na maioria dos casos estavam interligados, como explica Corrêa (1995).

Deste modo, instalaram-se os primeiros estabelecimentos na cidade de Maringá, na chamada Maringá Velha. Tais estabelecimentos iam desde hotéis, bares, restaurantes, farmácias, etc., à zona rural já bastante ocupada e oferecendo colheitas abundantes para seus proprietários.

Em 1946, segundo Mendes (1990), foram loteadas cerca de 202 datas ao norte da cidade (as chamadas Vila Progresso e Vardelina); contudo, é apenas em 1947 que Maringá de fato é fundada, como Distrito do Município de Mandaguari.

Assim, a Companhia continuou sua atuação na venda de lotes e atração de investimento e mão de obra para a região, e em 1951 o então Distrito de Maringá foi elevado a Município de Maringá, devido a sua alta concentração populacional e urbana.

A proposta da CMNP para o município de Maringá era que ela se tornasse de fato um polo regional, no intuito de comercializar bens e serviços que conseguissem atender à demanda de consumo dos produtores de café e das famílias que viessem

produzir na região de Maringá, o que acarretou uma rápida ocupação do município. Isto é claramente observado quando buscamos o primeiro Censo Demográfico realizado no município, em 1950, pelo IBGE, quando foi apontado que havia 38.588 habitantes em Maringá, sendo que 80% da população vivia na zona rural, isto apenas três anos após sua fundação.

Este crescimento acelerado da população de Maringá está relacionado, não só, mas principalmente, pela expansão da fronteira agrícola proporcionada pela CMNP. Contudo, com o passar dos anos, e com o fim do ciclo do café, Maringá acelera seu processo de urbanização, demonstrando uma alta taxa de crescimento da população urbana, como é demonstrado na tabela 1 e gráfico 1.

Tabela 1 - Evolução da População Urbana e Rural de Maringá.

Ano	População Total	População Urbana	População Rural	Taxa de Urbanização % (Pop. Urb/Pop.)
1950	38.588	7.270	31.318	18,84
1960	104.131	47.592	56.539	45,70
1970	121.374	100.100	21.274	82,47
1980	168.239	160.689	7.550	95,51
1990	240.292	234.079	6.213	97,41
2000	288.653	283.978	4.675	98,38
2010	357.077	350.653	6.424	98,20

FONTE: IBGE e PLHIS Maringá. Elaboração: Casteletto, 2012.

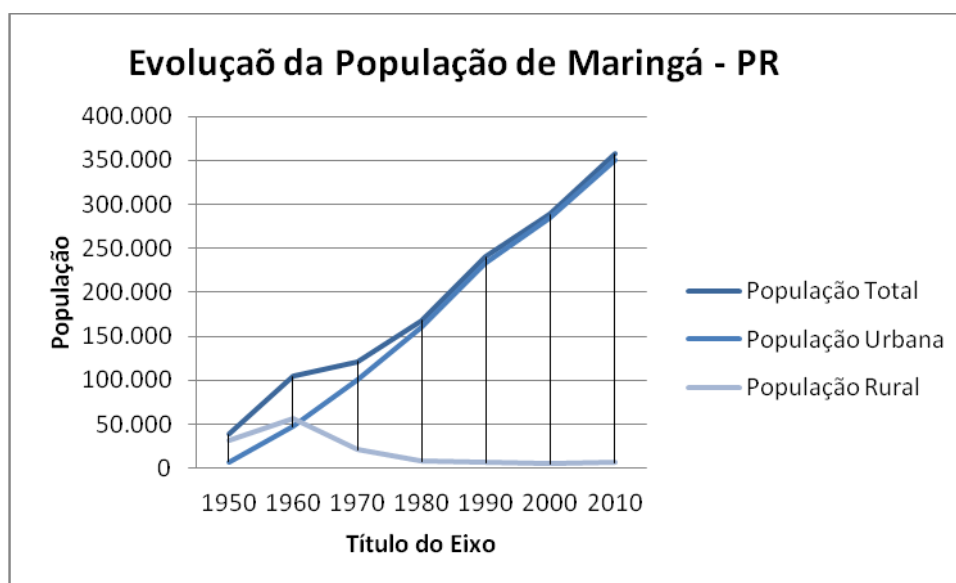


Gráfico 1 - Evolução da população de Maringá (Elaboração: Casteletto, 2012).

FONTE: IBGE e PLHIS Maringá. Elaboração: Casteletto, 2012.

Desde os primeiros anos de sua história, Maringá já demonstrava tendências uniformes em sua expansão, dado o fato de, desde o princípio, o município ter sido criado na tentativa de torná-lo um território controlado e planejado. Em seu estudo realizado na década de 90, no Município de Maringá, Mendes (1990) já identificava a uniformidade de como se deu a expansão territorial urbana no período de 1947 a 1987.

Segundo o autor, entre 1954 a 1963, o município expandiu-se cerca de 10,72 km², e no período, essa expansão se deu em todos os sentidos, sendo mais marcante a oeste, sudoeste, sudeste, nordeste, ocorrendo sempre próxima às áreas centrais do município, seguindo a direção das principais vias de transporte: a Avenida Colombo (BR 376) e a Ferrovia. Havia apenas uma área destinada à indústria, sendo as demais, áreas residenciais. O autor ainda ressalta que esse período foi marcado por uma ocupação “a redores” da área central.

Nos nove anos que se seguem, no período de 1964 a 1973, Mendes (1990) observa que o município tende a uma ocupação mais setorizada, com tendências maiores a Nordeste e a Sudoeste (fora o Parque Industrial a Leste que teve uma ocupação significativa, o que já na época gerava um adensamento, ainda que pouco, de residências). Contudo, esse crescimento denota uma continuidade da ocupação de residências do período anterior. A Nordeste destaca-se o Jardim Alvorada, maior bairro do município de Maringá nos dias atuais (cerca de 70.000 mil habitantes), além do restante da atual Vila Santo Antônio, um bairro tradicional na cidade, e já sendo notada a ocupação de toda a Vila Morangueira, bairro que está no entroncamento entre a Avenida Morangueira e a Avenida Colombo, duas entradas da cidade. Já a Sudoeste, é observada uma ocupação acentuada da Zona 5 e todas as áreas próximas ao Horto Florestal e Bosque 2, áreas de alto valor de solo urbano, logo reduto das classes mais altas.

Já nos nove anos seguintes, podemos ver tendências de crescimento bem uniformes nas áreas periféricas do município. No período entre 1974 a 1983, Maringá possuía 168.239 mil habitantes, o que na época representava um número significativo de moradores e logo demonstrava que o município podia se tornar de grande importância no Estado do Paraná. Segundo Mendes (1990) esse foi o período em que o município mais cresceu no que consiste à construção em Km². Dados da época demonstram que o município cresceu 28,60 Km², o que comparado às demais décadas era uma grande área de expansão; em alguns casos, as residências chegavam aos limites da área urbana.

No período seguinte, entre 1984 a 1987, vemos uma menor ocupação, em áreas bem afastadas da área central, em locais onde não há continuidades, tendo destaque a ocupação residencial próxima à zona industrial, acarretando, em muitos casos, a falta de infraestrutura adequada para a instalação de residências e comércios.

Nos dias atuais, vemos que a malha urbana do município de Maringá esáa consolidada. Neste sentido, o preço do solo urbano maringaense, na atualidade, torna-se ponto principal dos estudos urbanos correlacionados a sua expansão territorial, dado o seu alto valor, principalmente próximo às áreas centrais pela atuação dos agentes produtores do espaço (CORREA, 1995). Podemos destacar também que mesmo sem poder construir na área central pela falta de espaço, os promotores imobiliários acabam agregando valor a suas terras que ficam na periferia ou não tão distantes da área central, através da construção de condomínio vertical exclusivo e condomínios horizontais, legitimado pelo Governo Municipal através de implantação de infraestrutura nestes locais. De fato, é essa legitimação do Estado perante os agentes produtores privados que faz do espaço urbano um conjunto de usos do solo, sobrepostos, que, segundo Corrêa (1995), acabam definindo áreas como centro, comerciais, industriais, residenciais, entre outros territórios dentro do urbano que vai se diferenciar em forma e conteúdo.

Excetuando alguns entraves urbanos (caso do bairro Santa Felicidade que ocupava uma área “nobre” da cidade), os promotores imobiliários reagem muito bem ao induzir as mais diferentes classes sociais do município na direção que o mercado de imóveis deseja. Temos tendência a ocupações de menor valor na direção do município de Sarandi - PR (município com o qual Maringá está conurbada a leste) dado principalmente pelo fato da “fama” de “município violento” que Sarandi possui. No oposto, vemos na direção de Paiçandu – PR (a oeste de Maringá), uma valorização dos lotes, com a construção de um Shopping o que acaba por atrair mercado imobiliário de residências e comércio. Ao Norte vemos um entrave na expansão pelo fato do mau planejamento na construção do Contorno Norte da cidade (cujo término se arrasta por longos 23 anos) o que acabou por dividir a cidade, dificultando o acesso para além dele, o que também dificulta o investimento por parte do mercado imobiliário, dadas a localização e a mobilidade urbana estarem prejudicadas. Assim, é possível observar que o município possui um crescimento territorial urbano com base quase que exclusiva, nos desejos dos promotores imobiliários que dotam determinada localidade de amenidades, enquanto outras acabam com dificuldades de implantação de infraestrutura. Então há

um aumento da segregação intraurbana, através do aumento das distâncias percorridas, como Souza (2008) já apontava.

Já é compreendido que o crescimento urbano na atual fase do capitalismo deu-se pela forma como a população rural se transferiu para as aglomerações urbanas. Segundo Mendes (1990), em uma concepção clássica, esse êxodo teve como pano de fundo a indústria. Ainda segundo o autor o comportamento da população da Região Sul reflete tais transformações, tendo destaque a intensa transformação e maior diversificação da divisão social do trabalho, com a transferência de uma população tipicamente agricultora para uma população ativa do setor manufatureiro.

Contudo, para compreendermos como se deu a expansão do urbano na Região Sul e no caso, em Maringá, devemos lembrar que a indústria foi o início das migrações para os centros urbanos, porém foi necessariamente a economia de serviços que “[...] acaba por organizar e constituir a aglomeração urbana e dar sentido à própria existência” (MENDES, 1990, p. 31). Ainda segundo o autor, a malha urbana é estritamente constituída por uma rede de serviços e não por indústrias, o que mostra como essa rede de prestação de serviços molda os grandes centros urbanos. Assim, podemos dizer que as tendências de aglomeração por parte do comércio de serviço é muito maior que o da indústria, no que concerne principalmente à Região Sul.

Por ser um município cujo solo urbano tem alto valor, Maringá também se destaca em sua economia, destacando-se a sua atuação no campo do comércio e serviços, sendo considerada uma das cidades mais importantes no processo econômico do Estado do Paraná. Dados do IPARDES (2010) mostram uma noção de como a atividade de comércios e serviços têm importante atuação na economia municipal, seguido das indústrias, e por último, a importância do agronegócio. Segundo o instituto, no ano de 2011, Maringá possuía cerca de 15.746 estabelecimentos no município, isso incluindo todas as indústrias, todos os comércios e serviços e todos os estabelecimentos de Agricultura, Silvicultura, Criação de Animais, Extração Vegetal e Pesca. Deste total, cerca de 5.244 estabelecimentos são para fins de comércio; 4.249 são estabelecimentos que oferecem serviços em geral; apenas 1.669 estabelecimentos para fins industriais; e uma soma de 293 estabelecimentos no município inteiro de Maringá praticava atividades de Agricultura, Silvicultura, Criação de Animais, Extração Vegetal e Pesca. Em valores, podemos ver que no Valor Adicional Fiscal do município de Maringá, a maior contribuição parte do setor terciário, como mostra a tabela 2, (Plano Habitacional Local de Interesse Social de Maringá, 2010). Ainda sobre a economia maringaense,

vemos que no total do PIB do município (R\$ 8.352.180), mais da metade (78,41%) vem diretamente do setor de serviços, enquanto a indústria representa 20,92% e o setor agropecuário somente com 0,67% de contribuição (Gráfico 2).

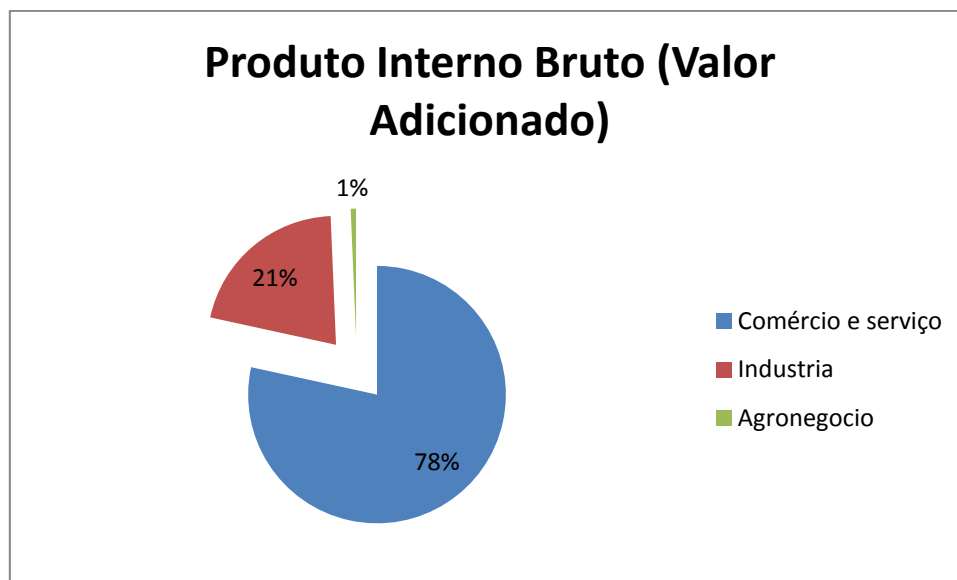


Gráfico 2 - Produto Interno bruto (Valor Adicionado) de Maringá.
FONTE: IPARDES

Tabela 2 - Valor Adicionado Fiscal Segundo os Ramos da Atividade de Maringá - 2008.

Ramo de atividade	Valor (R\$ 1,00)	%
Produção Primária	122.848.263	3,36
Indústria	1.135.709.600	31,07
Indústria – Simples Nacional	147.960.282	4,05
Comércio / Serviços	1.856.014.680	50,78
Comércio – Simples Nacional	381.933.180	10,46
Recursos / autos	9.822.141	0,28
Total	3.654.288.146	100,00

FONTE: IPARDES

Isto demonstra a força do comércio e dos serviços que Maringá presta, não apenas no intraurbano, como também na região que circunscreve o município, tendo alta relação principalmente com os municípios de Sarandi e Paiçandu. Destaca-se também a pouca contribuição da agroindústria na economia maringaense. Segundo dados da Prefeitura de Maringá, a contribuição bruta deste setor seria de 0,67% do total do produto interno do município, denotando alto poder aquisitivo da população residente e da população flutuante dado o fato da intensa dinâmica do setor de serviços na cidade.

Mesmo o município de Maringá demonstrando, através de dados o quanto sua dinâmica no comércio e serviços acaba por atrair investimentos para o setor imobiliário

e ampliação territorial para a região, é possível identificar no município um déficit habitacional relevante, quando observamos os dados absolutos. Segundo o estudo realizado para elaboração do Plano Habitacional de Interesse Social de Maringá, temos no município um total de 32.836 mil habitações que possuem algum tipo de inadequação em sua moradia. O estudo mostra que cerca de 1.620 mil habitações possuem algum tipo de inadequação fundiária, 1,95% em domicílios urbanos; 2.046 mil habitações possuem um adensamento excessivo, cerca de 2,47% do total de domicílios urbanos; cerca de 628 dos domicílios não possuem banheiro ou 0,76% do total de domicílios de Maringá; e um total de 28.542 mil domicílios possuem algum tipo de carência de infraestrutura desde iluminação elétrica, rede geral de abastecimento de água, rede geral de esgotamento sanitário ou fossa séptica, ou coleta de lixo, representando 3,40% dos domicílios de Maringá. Isto nos mostra que uma boa parcela da população possui algum tipo de carência habitacional, seja por falta de regularização, seja por falta de infraestrutura adequada.

Podemos observar que uma parcela dos domicílios de Maringá, possuem problemas quanto a sua infraestrutura. Dados do Censo 2010 realizado pelo IBGE, nos mostram que o município possui 357.077 mil habitantes e que de certa maneira as APOND's consideradas neste trabalho possuem grande volume de população (Figura 7), tendo destaque o Jardim Diamante - Zona Rural Nordeste, onde há o maior número de moradores, com cerca de 7,6% da população total de Maringá, provavelmente por englobar um território maior e uma área de menor poder aquisitivo, o que denota um alto adensamento. Ainda na figura 7, vemos que o Jardim Alvorada – Liberdade (Foto 1 e 2), possui também boa parcela da população. Isso se explica pelo fato dessas APOND's serem compostas pelos primeiros bairros populares que foram ocupados no município, sendo altamente adensados, devido seu histórico de ocupação.



Foto 1 - Foto tirada do Jardim Alvorada, onde é possível ver duas casas ocupando mesmo lote.
FONTE: Arquivo Pessoal



Foto 2 – Foto da casa no Jardim Alvorada, onde podemos ver uma outra casa ao fundo.
FONTE: Arquivo Pessoal

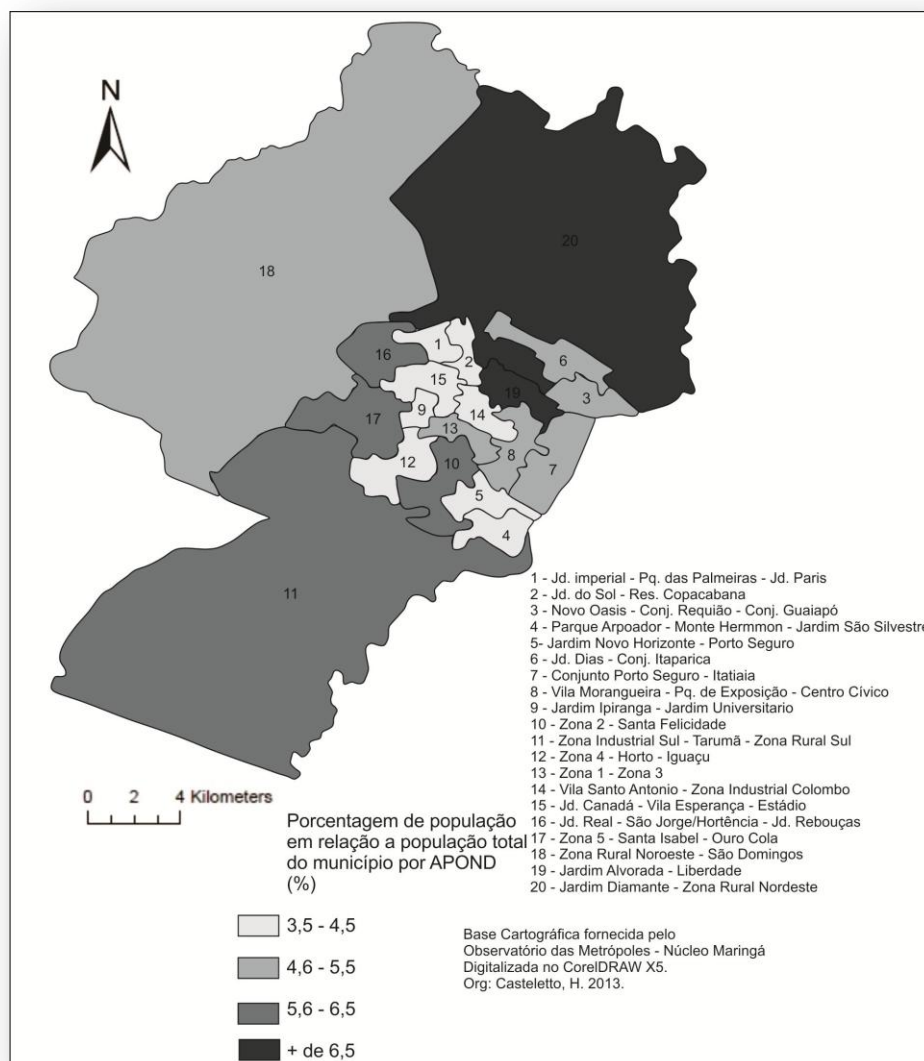


Figura 7 – Porcentagem de Moradores por APOND, em Maringá.
 FONTE: Dados do Universo do Censo Demográfico de 2010.

Na figura 8 é possível notar que em sua maioria os habitantes do município de Maringá estão em moradias do tipo casa, sendo o apartamento o segundo tipo de imóvel mais adquirido. Nas figuras 8 e 9, será possível observar como o centro de Maringá vem se verticalizando, denotando grande atuação dos promotores imobiliários, que segundo Corrêa (1995) tendem a buscar empreendimento de alto valor. Observemos que as APOND's que compõe o centro de Maringá possuem maior adensamento de apartamentos, do que de casas; ao inverso, as APOND's mais afastadas do centro, possuem maiores áreas de expansão, sendo predominante o domicílio do tipo casa (Foto 3 e 4).



Foto 3 - Padrão das casas no Jardim Alvorada, bairro que compõe a APOND Jardim Alvorada - Liberdade.

FONTE: Arquivo Pessoal



Foto 4 - Casa localizada no bairro Jardim Alvorada.

FONTE: Arquivo Pessoal

Concluimos que o centro de Maringá possui uma alta verticalização, possuindo pouco espaço urbano livre (Foto 5 e 6); o foco da atuação dos promotores imobiliário do município na atual fase são as áreas periféricas, isso dependendo do que Corrêa (1995) chama de “estudo técnico” que seria a verificação da viabilidade da obra que depende dos parâmetros que o incorporador deseja (empreendimento de luxo ou de parâmetros menores).



Foto 5 - Verticalização no Novo Centro de Maringá, bairro que compõe a APOND Zona 1 - Zona 3
FONTE: Arquivo Pessoal



Foto 6 - Avenida Horácio Racanello Filho, próximo ao Novo Centro, área que compõe a Zona 1 - Zona3. Vemos a alta verticalização desse território.

FONTE: Arquivo Pessoal

Isso também dependeria da implantação de amenidades em territórios onde existem ainda carências, como as APOND's periféricas ao centro de Maringá. Neste caso, esses agentes contariam com a ajuda do Estado, e segundo Corrêa (1995), é através da implantação de infraestrutura e de serviços públicos como sistema viário, água, esgoto, iluminação entre outras amenidades, que o Estado se faz mais presente no espaço urbano. A exemplo, temos a tentativa de se criar por parte do mercado imobiliário, um “Novo Centro” no município, produzindo “habitações com inovações, com valor de uso superior as antigas, obtendo-se, portanto, um preço de revenda cada vez maior” (CORREA, 1995, p. 21).

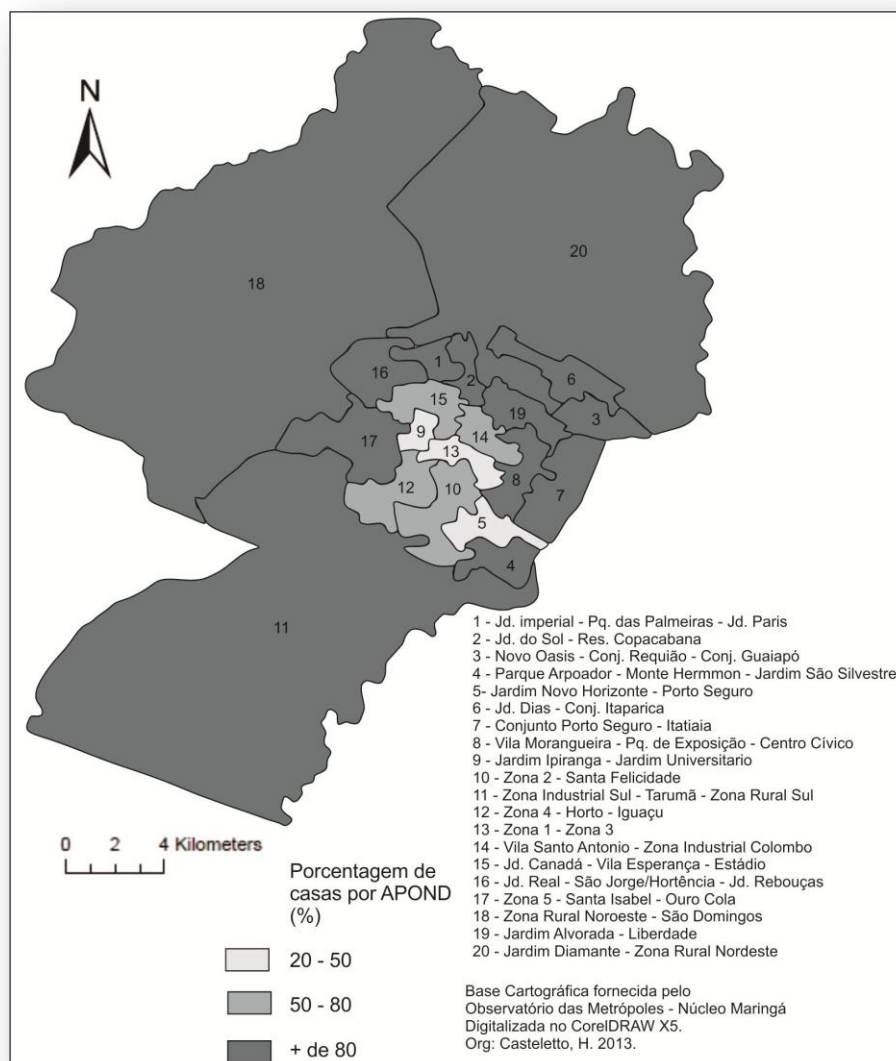


Figura 8 – Porcentagem de Casas por APOND, em Maringá.
 FONTE: Dados do Universo do Censo Demográfico de 2010.

É possível observar, considerando as figuras, um adensamento populacional principalmente nas APOND's Jardim Diamante - Zona Rural Nordeste; Jardim Alvorada – Liberdade, localizados na região nordeste do município, pois é evidenciado alto grau de ocupação (número de moradores e número de casas), havendo poucos apartamentos, denotando serem territórios onde o solo urbano está altamente ocupado, característica de áreas de menor investimento imobiliário. Também é característica desses territórios a construção própria de habitações, ou seja, casas são construídas pelos próprios moradores ao longo dos anos e geralmente não estão ligadas a nenhum tipo de empreendimento (Foto 7). Durand-Lasserve (1980) lembra que isso se justifica pelo fato das camadas mais populares não terem casas produzidas para seu tipo de

renda, o que leva a maioria dessa população a procurar territórios onde existem menores preços de solo urbano, independente da localização desses lotes.

Henri Coing comenta que a produção no mercado de casas do tipo “popular”, apenas ocorre quando existe ao menos uma de três características, que segundo eles são: se a construção for de péssima qualidade, baixando o custo e aumentando o lucro; quando existe escassez de casas, deixando até a produção de casas populares encarecidas; e também, como no caso do Jardim Diamante - Zona Rural Nordeste; Jardim Alvorada – Liberdade, quando existe uma ocupação por várias famílias próximas umas das outras e com muitos familiares numa mesma casa, como vimos nas fotos 1 e 2 com duas ou mais casas ocupando o mesmo lote.



Foto 7 - Padrão de algumas casas encontradas no Bairro Liberdade, que compõe a APOND Jardim Alvorada - Liberdade.

FONTE: Arquivo Pessoal

Quanto à atuação do Estado nessas áreas, segundo Oliveira (2009) e Lencioni (2007), existe uma espera por parte do capital corporativo para que o estado qualifique essas áreas, no que consiste implantação de infraestrutura mínima a partir do fundo público, para que assim esses agentes produtores privados possam fazer uso desses territórios para a criação de novos empreendimentos.

Ao contrário, a área central possui número menor de população e uma verticalização acentuada, o que nos mostra que a atuação dos promotores imobiliários e de terras concentra-se em sua maioria no centro (Figura 9). Assim, podemos dizer que as áreas centrais nos parecem ser onde a população de maior poder aquisitivo reside, enquanto as áreas mais periféricas e sem investimento por parte do Estado e do mercado de terras e imóveis são aquelas onde talvez a renda per capita declarada das famílias não seja alta. Isso denota claramente a estratégia de atender primeiramente à população que possui renda alta, e em segundo plano, com ajuda do Estado, a de atender o mercado de casas onde a renda é baixa. Corrêa (1995) aponta a incorporação, que nada mais é que o capital em sua fase de transformação, como uma das formas de atuação desses agentes. São eles que levam em conta o tamanho das unidades, a qualidade, propaganda e venda de imóveis, dependendo de qual faixa de renda eles pretendem atender e, segundo o próprio autor, que tendem a privilegiar empreendimentos de alto padrão.

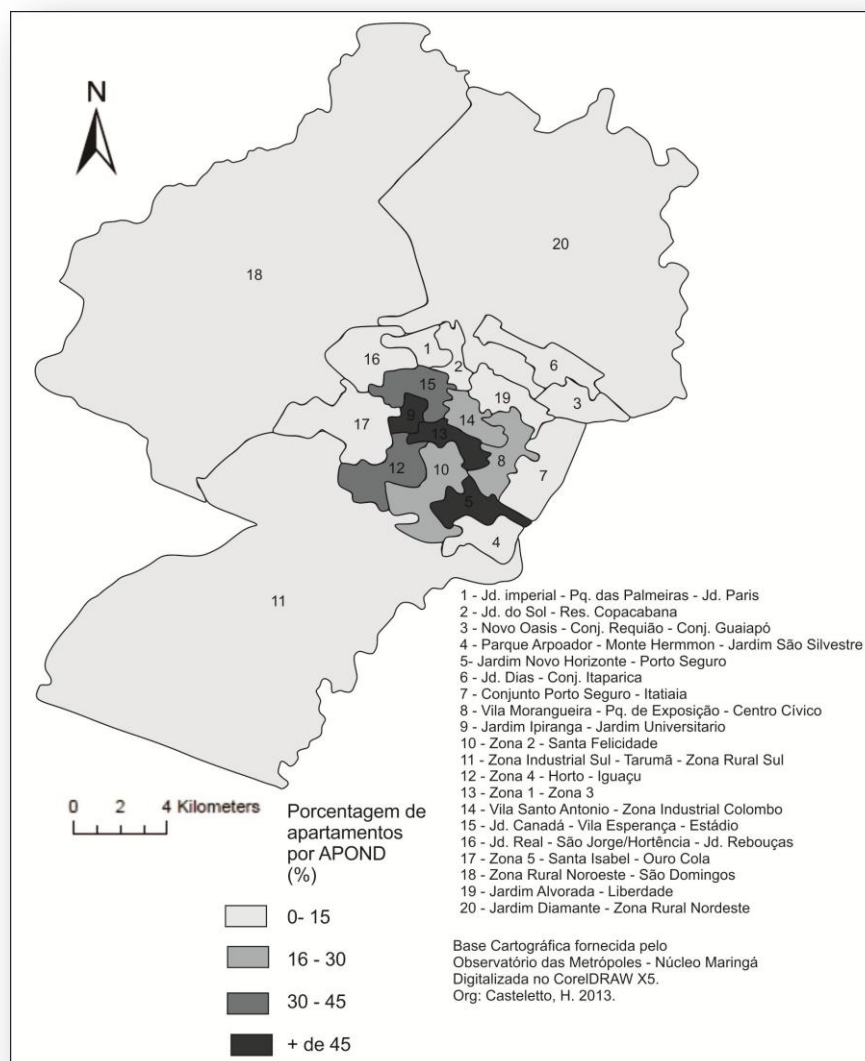


Figura 9 – Porcentagem de Apartamentos por APOND, em Maringá.
 FONTE: Dados do Universo do Censo Demográfico de 2010.

Do total de domicílios distribuídos pelo município de Maringá (lembrando que foram apenas contabilizados os domicílios permanentes) vemos que determinadas APOND's possuem grande número de moradores, dado principalmente pelo fato histórico que levou a cidade a crescer para determinada direção, como por exemplo, o Jardim Diamante – Zona Rural Nordeste e o Jardim Alvorada - Liberdade onde observamos que seu grande número populacional denota momentos passados, como no período de 1964 a 1973, quando houve acentuado crescimento no sentido Nordeste do município, demonstrado no estudo de Mendes (1990). É claro que em grande parte eram ocupações com padrões mais baixos de construção (Foto 8), pela facilidade do acesso à terra neste local e neste período.



Foto 8 - Padrão de algumas casas encontradas no Bairro Jardim Alvorada, que compõe a APOND Jardim Alvorada – Liberdade.

FONTE: Arquivo Pessoal

Percebemos isso quando vemos dados do Censo 2010, nos quais a renda per capita de grande parte da população nos mostra que a periferia norte do município apresenta o maior numero de moradias que declararam possuir renda per capita de 1/8 de salário mínimo até 2 salários mínimos, o que coloca parte dessa população nos degraus mais baixos da escala social. São essas APOND's: Jardim Alvorada – Liberdade; Novo Oasis – Res. Copacabana; Jd. Dias – Conj. Itaparica; Zona Rural Noroeste – Ouro Cola; e Jardim Diamante – Zona Rural Nordeste. Em valores, podemos observar que de 8.689 mil domicílios, cerca de 6.280 mil estão nesta situação; isso no Jardim Diamante – Zona Rural Nordeste. Já no Jardim Alvorada – Liberdade, do total de 7.838 mil domicílios, 6.050 mil declararam estar nessa faixa de renda (figura 10), o que reflete no padrão e no adensamento das casas (Foto 9).



Foto 9 - Casa localizada no Jardim Alvorada onde há existência de mais de uma família ocupando o mesmo lote.

FONTE: Arquivo Pessoal

A renda dessa população, reflete-se na atuação dos promotores imobiliários no centro, pelos condomínios verticais fechados, segregando a população de alta renda nestes territórios, colocando assim a população de baixa renda nas áreas periféricas a esses “grandes empreendimentos” (Foto 10 e 11), o que tanto Souza (2008) como Correa (1995) chamaram de autoss segregação das elites da sociedade. Segundo Souza (2008), é uma das formas de segregação “criadas” por parte das elites das cidades. Segundo Corrêa (1995), é através do financiamento que os agentes produtores do espaço vão facilitar ou dificultar o acesso de parte dessa população a determinados tipos de moradias, dotando determinados territórios de mais, ou menos amenidades.



Foto 10 - Grandes empreendimentos se localizam na Zona 1 - Zona 3. Na foto vemos a construtora WEGG - CCII e ao lado o Hipermercado Angeloni.
 FONTE: Arquivo Pessoal



Foto 11 - Foto que mostra outro grande empreendimento localizado na Zona 1 - Zona 3, o Shopping Center Avenida.
 FONTE: Arquivo Pessoal

Ainda segundo os indicadores as APOND's centrais mostraram que são as que possuem maior número de domicílios que declararam ter rendimento per capita que vão desde 3 salários mínimos até 10 salários, possuindo também o maior número de domicílios que possuem renda per capita acima de 10 salários mínimos (são elas: Zona 1 – Zona 3; Zona 2 – Santa Felicidade; Zona 4 – Horto – Iguaçu; e jardim Ipiranga – Jardim Universitário), situação contrária a observada nas APOND's que se situam na periferia de Maringá (Figura 11 e 12), corroborando com os estudos também já citados demonstrando no padrão dos condomínios que se localizam nesta APOND (Foto 12). Por exemplo, na passagem de Galvão (2006) vemos claramente como esta área, principalmente parte do Bairro Vila Operária, que integra a Zona 1 – Zona 3, era desvalorizada em um contexto de formação do município. Contudo, se olharmos dados do IBGE 2010, veremos que hoje o bairro está ocupado por uma classe que possui uma boa faixa de renda per capita.



Foto 12 - Foto em que podemos observar os condomínios verticais mais luxuosos de Maringá, que se localizam na Zona 1 - Zona 3.

FONTE: Arquivo Pessoal

Em um contexto histórico, é possível observar que a Zona 1 – Zona 3 está situada na parte central do município nos dias de hoje. Contudo, essa localidade, na década de 60 era considerada periferia e reduto de operários; logo, local de classes

sociais mais baixas. Com a evolução do espaço urbano maringaense e a consequente demanda por lotes urbanos de acesso rápido ao centro, esta localidade antes ocupada por uma classe mais baixa sentiu-se pressionada pelo mercado imobiliário e cedeu esse espaço para que fosse adquirido pela classe mais alta da sociedade que se instalava cada vez mais no município. Isso ocorre porque, segundo Corrêa (1995), a classe dominante atua indiretamente na localização das mais variadas rendas que existem na cidade, criando territórios onde se observa homogeneidade com relação a esses fatores, pois também controla o mercado de terras, além da incorporação imobiliária, direcionando a localização dos demais grupos.

Analisando dessa forma, vemos que Maringá segue um modelo “centro-periferia” onde a população de maior poder aquisitivo ocupa as áreas centrais do município, enquanto os moradores que possuem menos renda ocupam áreas que ficam mais distantes do centro. Isso acaba por representar um espaço urbano segregado, em que, segundo Melara (2008), as áreas de centro acabam por se distinguir em características das áreas de periferia, principalmente quando abordamos o tema pelo viés judicial ou até quando abordamos a infraestrutura implantada nos dois locais.

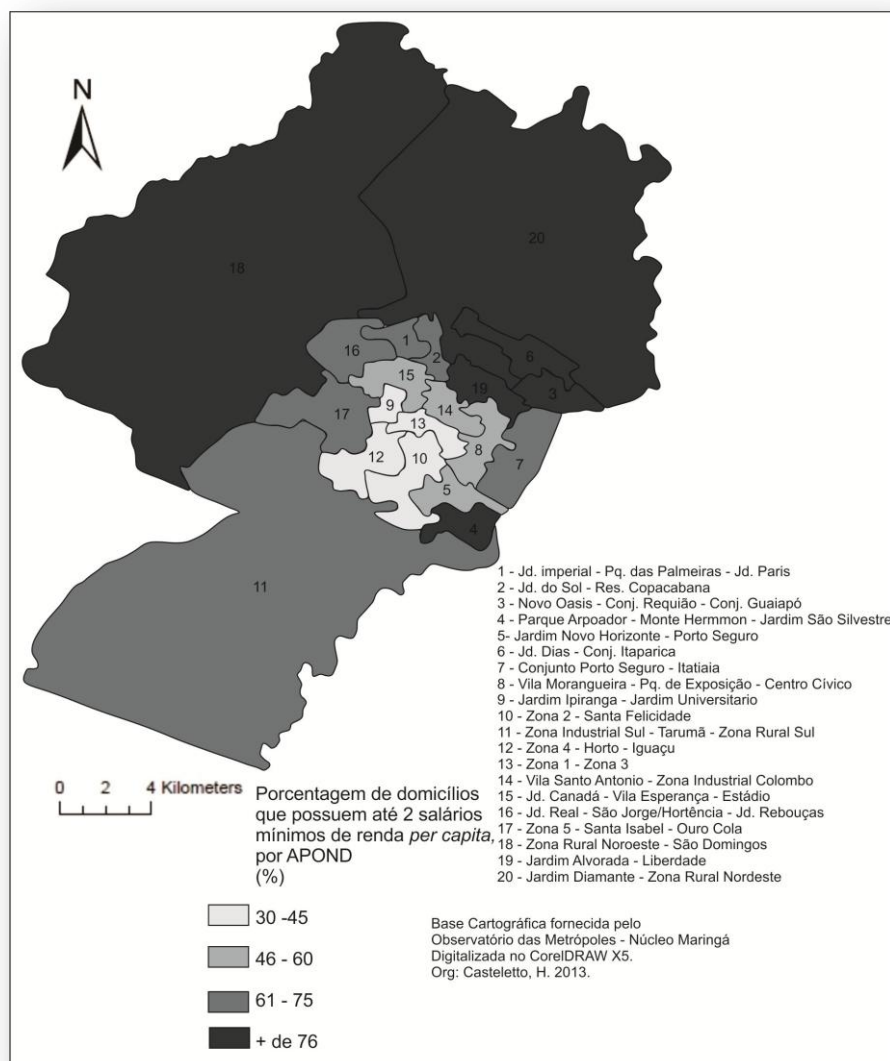


Figura 10 – Porcentagem de Domicílios que Possuem Renda Per Capita de 1/8 de Salário Mínimo até 2 Salários Mínimos, por cada APOND proposta, em Maringá.
FONTE: Dados do Universo do Censo Demográfico de 2010.

Quanto ao nível de renda, é possível observar que as APOND's Jardim Alvorada – Liberdade; Jardim Diamante – Zona Rural Nordeste; possuem menor nível, confirmando a hipótese de que o investimento dos promotores imobiliários nessas áreas de baixa renda é sempre reduzido. São provavelmente áreas de casas com baixo padrão e de pouca visibilidade midiática, e que, segundo Souza (2008), têm papel importante na percepção a respeito do sentimento de medo que determinados segmentos da população têm de determinadas áreas da cidade.

Já no centro, as APOND's Zona 4 – Horto – Iguaçu; Zona 2 – Santa Felicidade; Jardim Ipiranga – Jardim Universitário; e principalmente Zona 1 – Zona 3 destacam-se pelo alto rendimento per capita declarado, sendo áreas de provável valor maior de solo,

com visibilidade passível do investimento dos promotores imobiliários, de terras, e até do Estado, que nesse caso, segundo Souza (2008), deixa que a atuação desses promotores até mesmo desrespeitem determinadas leis, no sentido de mudá-las, para que determinado empreendimento possa se localizar na área escolhida por quem comanda esse capital imobiliário.

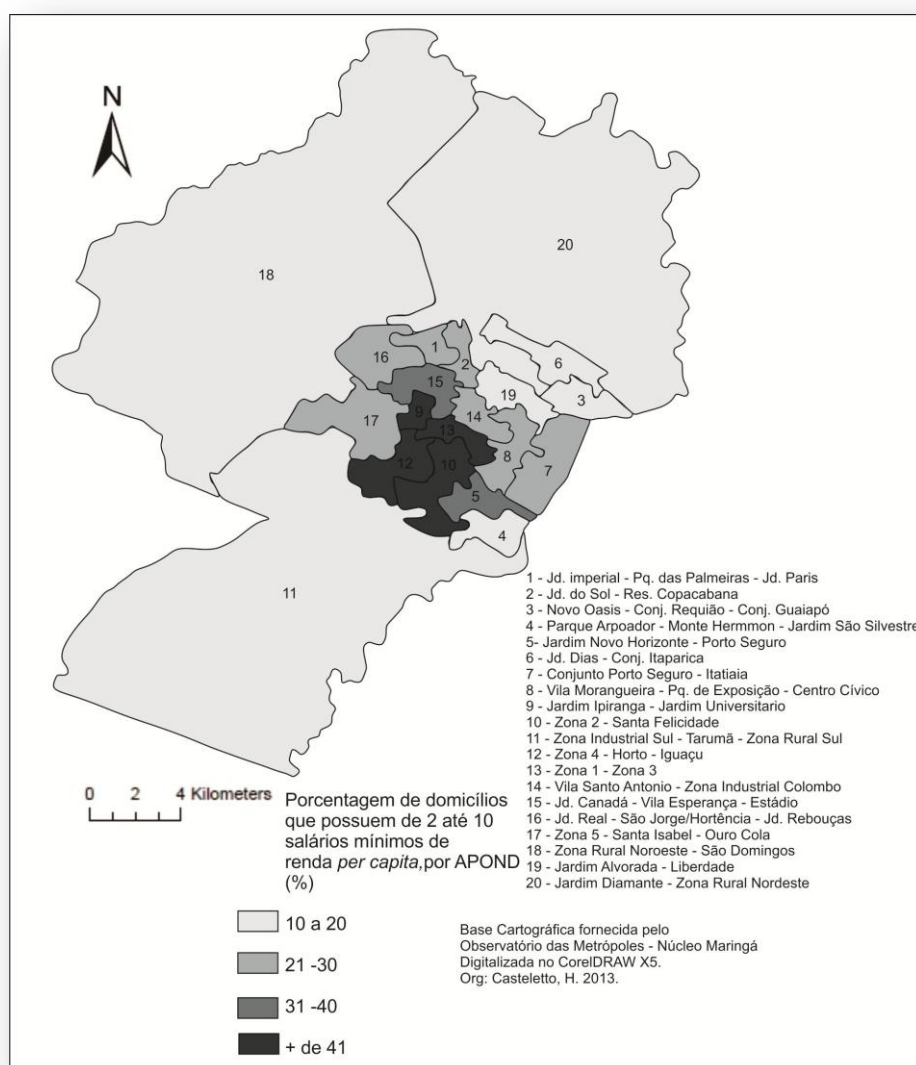


Figura 11 - Porcentagem de Domicílios que Possuem Renda Per Capita mais que 2 de Salário Mínimo até 10 Salários Mínimos, por cada APOND proposta, em Maringá.
FONTE: Dados do Universo do Censo Demográfico de 2010.

Ainda para Souza (2008), o valor de determinados empreendimentos depende do valor da terra urbana, ou seja, o centro de Maringá possui alto valor de solo urbano o que corrobora a entrada de empreendimentos de luxo e também da parcela da população que possui maior nível de renda, formando territórios com características econômicas

elevadas. Já o Estado, para Souza (2008), atua de forma direta na construção de casas populares em territórios onde o solo urbano não é muito valorizado, ou de forma indireta, através de financiamento de construção de casas populares.

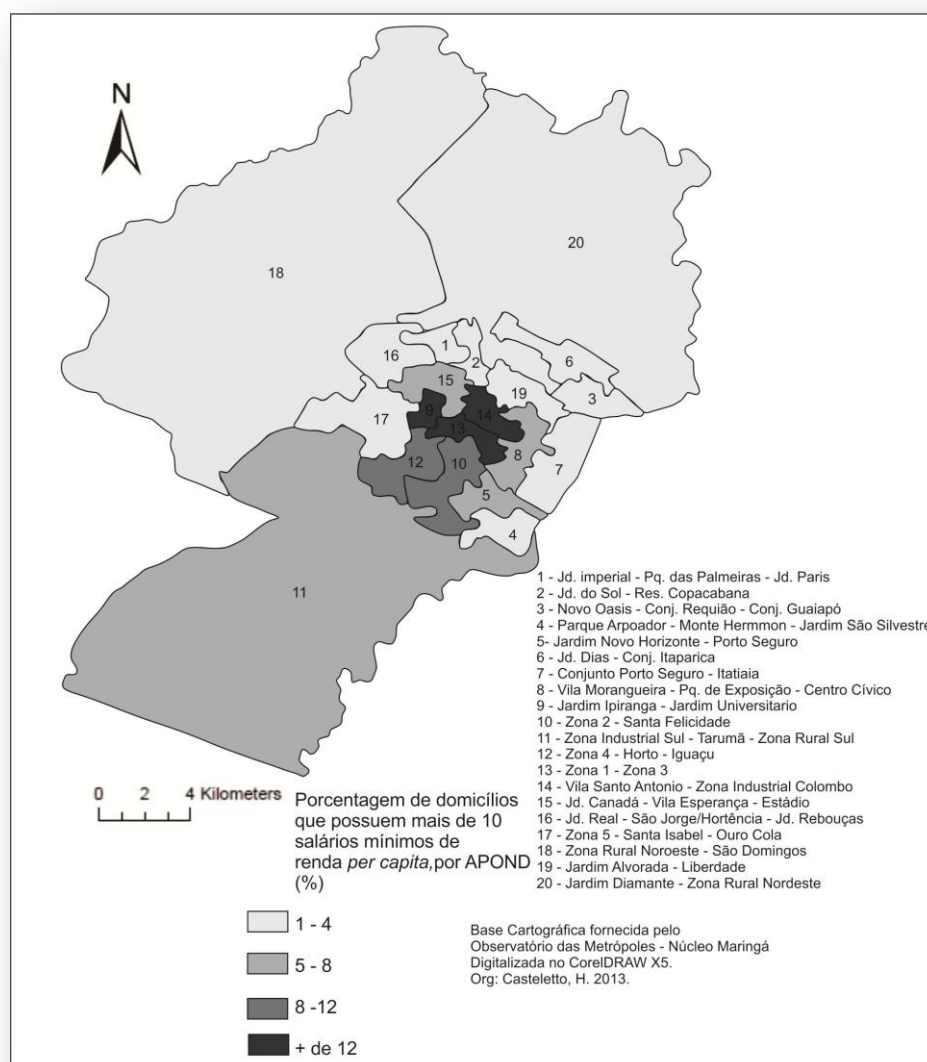


Figura 12 – Porcentagem de Domicílios que Possuem Renda Per Capita mais que 10 de Salários Mínimos, por cada APOND proposta, em Maringá.

FONTE: Dados do Universo do Censo Demográfico de 2010.

Para termos ideia de quanto à renda influencia diretamente na localização da infraestrutura urbana, como Corrêa (1995) ressalta em seu estudo, tem-se a seguir a figura 13, referente às formas de esgotamento que foram identificadas nas APOND's propostas. Segundo dados do IBGE de 2010, do total de 116.453 mil domicílios que possuem banheiro de uso exclusivo de moradores, cerca de 88.780 mil ou 76% possuem esgotamento adequado via rede geral de esgoto ou pluvial. Os outros 24% se dividem

entre destinação em fossa séptica, fossa rudimentar, vala etc. Temos o destaque para Conjunto Porto Seguro – Itatiaia, onde foi observado o maior número de esgotamento por fossa rudimentar: cerca de 19% do total desse tipo de destinação no município se concentra nessa APOND. Também a Zona Rural Noroeste - São Domingos possui grande número de esgotamento irregular, sendo predominante que mais de 45% não fazem destinação correta dos resíduos, provavelmente devido ao fato de ser uma área rural em boa parcela. (Figura 13).

Podemos ver que a atuação do Estado no sentido de criar benfeitorias nessas áreas periféricas acaba esbarrando na “vontade” do capital corporativo, que prefere investimentos nas áreas centrais do município. Segundo Oliveira (2009) e Lencioni (2007), o capital corporativo pressiona o Estado no sentido de qualificar as áreas com infraestrutura adequada. Assim, quando for de interesse dos mesmos atuar na área periférica de Maringá, o Estado terá que reproduzir equipamentos (Foto 13) e até mesmo força de trabalho, para que a área tenha valor de uso e troca alto, para o capital imobiliário.



Foto 13 - Recapeamento sendo feito no Jardim Alvorada, próximo a Avenida Alexandre Rasgulaeff.
FONTE: Arquivo Pessoal

Denota-se que todas as APOND's que se localizam na área central possuem quase 100% de infraestrutura de esgotamento adequado (Figura 13), e que já

observamos possuir maior número de moradores com renda per capita alta; ao mesmo tempo, os maiores números de esgotamento “irregular” se concentra na periferia do município de Maringá (Figura 14), áreas caracterizadas pelo alto número de moradores, e pelo baixo nível de renda per capita. Mais uma vez lembramos como é característica a estrutura “centro-periferia” no espaço urbano de Maringá, onde os melhores serviços se encontram no centro da cidade.

Percebemos neste momento que em Maringá a atuação do Estado segue o que Oliveira (2009) já apontava: pressionado, ele deixa que o capital corporativo dos agentes produtores do espaço vinculados à elite faça qualquer tipo de política pública, gerando, segundo o autor, indiretamente, problemas nas relações de trabalho, criando desemprego, precarização da contratação, informalidade, entre outros problemas que a falta de acesso a infraestrutura mínima do Estado pode trazer a parte da população.

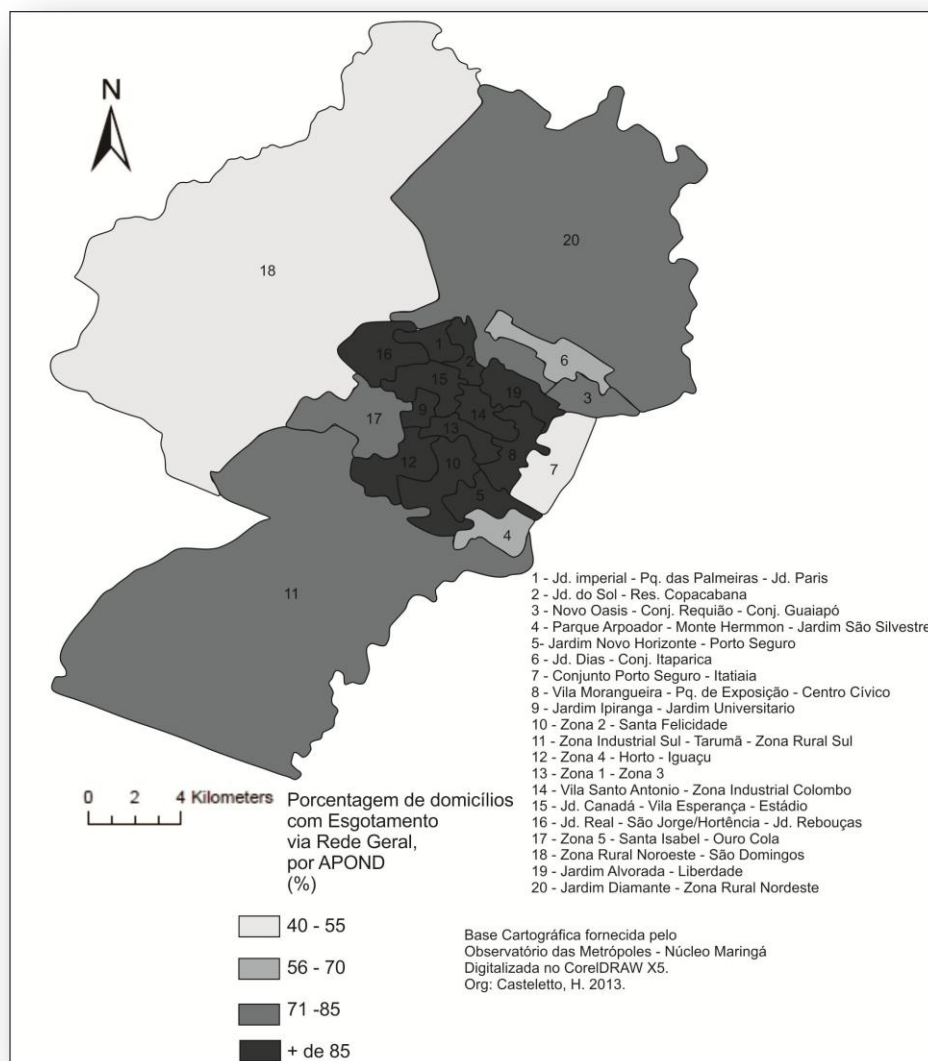


Figura 13 – Porcentagem de Domicílios com Esgotamento Via Rede Geral de Esgoto, por APOND, em Maringá.

FONTE: Dados do Universo do Censo Demográfico de 2010.

Com relação à infraestrutura, vemos que no geral o município de Maringá fornece acesso, por exemplo, ao esgotamento adequado. Porém, ao observarmos mais fundo, veremos que a região leste, mais especificamente a APOND Conjunto Porto Seguro – Itatiaia e a Noroeste com a Zona Rural Noroeste - Liberdade possuem grande porcentagem de domicílios sem acesso a esgotamento adequado, mostrando a falta de infraestrutura e de investimento, principalmente por parte do Estado.

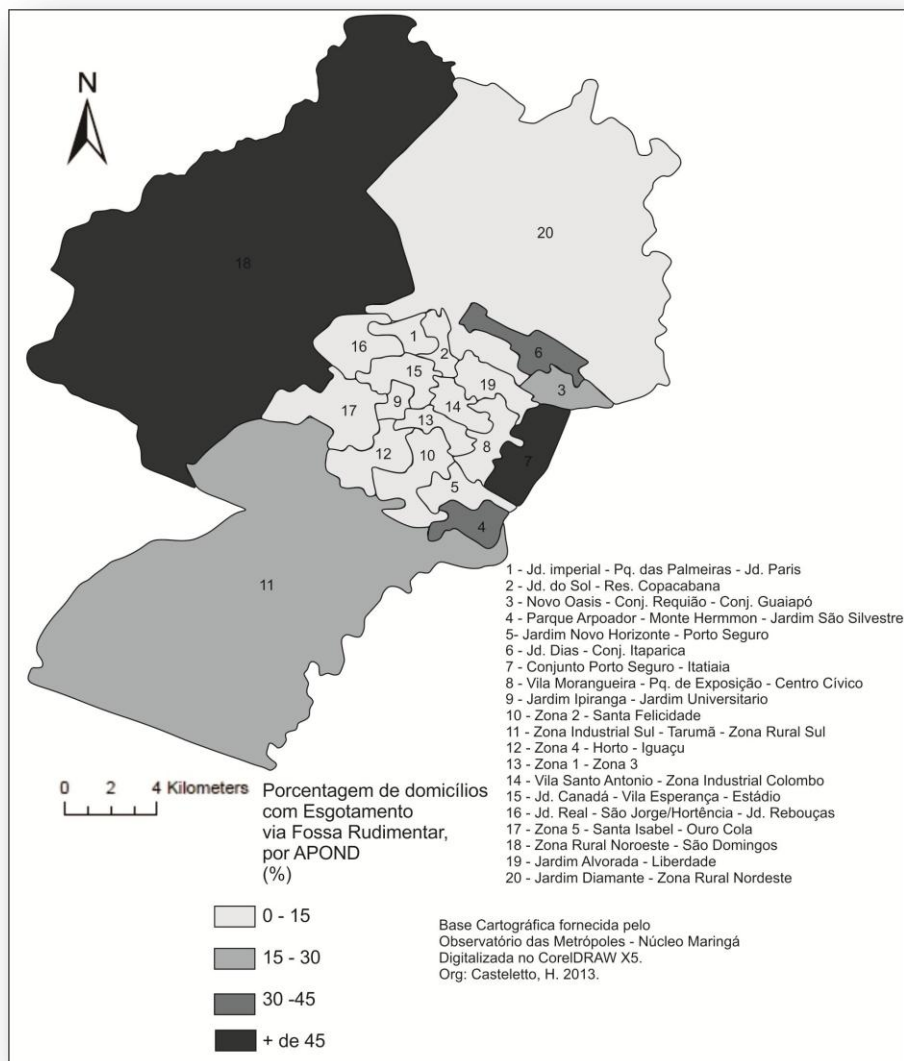


Figura 14 – Porcentagem de Domicílios com Esgotamento em Fossa Rudimentar, por APOND, em Maringá.

FONTE: Dados do Universo do Censo Demográfico de 2010.

Segundo Melara (2008), carência de infraestrutura geralmente está ligada à renda da população, principalmente pelo fato de serem localidades mais baratas, portanto, com poucos equipamentos públicos; ou até mesmo pelo fato dessa parcela da população não possuir condições para construção de uma simples fossa séptica, sendo utilizadas as formas mais inadequadas possíveis:

A periferia da cidade, além de possuir uma maior quantidade de pessoas de baixa renda, apresenta ainda inúmeras carências no que tange à questão da infraestrutura urbana, e umas destas carências vincula-se ao escoamento sanitário. Em muitas áreas periféricas da cidade ainda não foi construída a rede geral de esgotos, e, como a maior parte das pessoas que moram nestas áreas caracterizam-se por apresentar um reduzido rendimento salarial mensal, muitas vezes não possuem condições econômicas para a construção de fossas sépticas para o escoamento do esgoto. (MELARA, 2008, p. 76)

Isso acaba sendo bem observado quando vemos que a área central de Maringá, que possui grande infraestrutura para sua população residente, tem boa parte dessa população com uma faixa de renda considerada alta (Foto 14). Segundo Melara (2008), em um município cuja estrutura é de “centro-periferia”, a área central também irá reunir as pessoas que apresentam um grau de instrução maior.

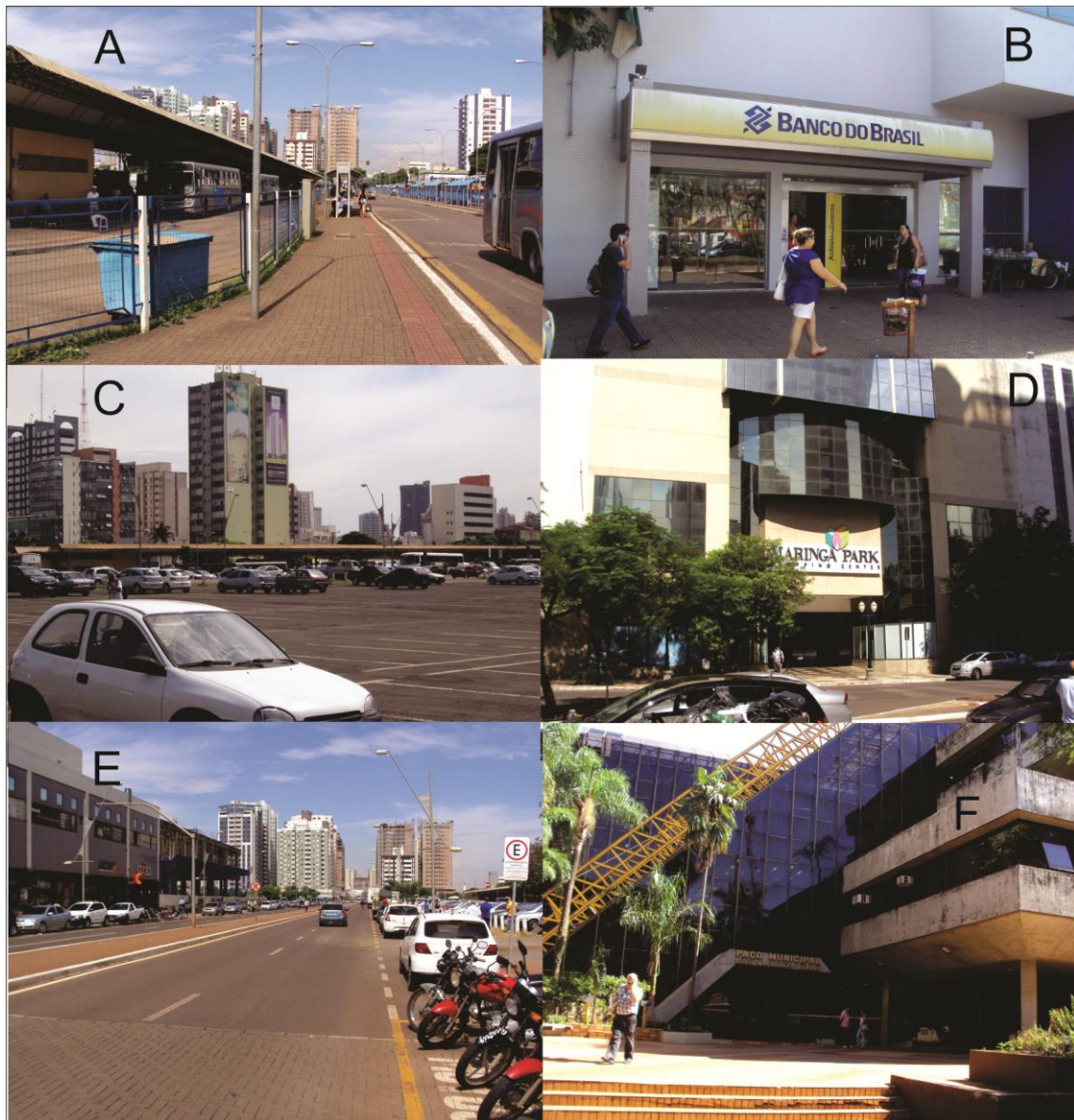


Foto 14 - Foto-montagem ilustrando o acesso a uma urbanização de qualidade nos territórios centrais de Maringá. (A) Terminal Rodoviário Urbano (B) Bancos das maiores agências bancárias (C) Verticalização e demanda por espaços vazios (D) Shopping Maringá Park (E) Avenida Horário Racanello Filho totalmente reformada (F) Paço municipal.

FONTE: Arquivo Pessoal

Ainda segundo o IBGE, é possível identificar o quanto cada APOND possui em termos de moradores alfabetizados. Vemos que todas as APOND's possuem uma média de 86% de moradores com mais de 10 anos de idade que foram alfabetizados, sendo possível o cruzamento com dados referentes à renda per capita para que possamos observar o quanto essa população de maior poder aquisitivo tem um nível de instrução maior.

Segundo os dados, destaca-se a Jardim Ipiranga – Jardim Universitário, como reduto de universitários, uma vez que a Universidade Estadual de Maringá está localizada nesta APOND, justificando o alto número de moradores alfabetizados; e a Zona 4 - Horto - Iguaçu onde o número de alfabetizados passa de 90% do total de moradores. Denota-se que nesta APOND os moradores possuem alto poder aquisitivo, remetendo ao passado histórico da década de 60, quando os lotes que ali se localizam valiam dez vezes mais que a mesma área de terreno no Bairro Vila Operária. Dados do IBGE nos mostram que a Zona 4 - Horto – Iguaçu é a segunda APOND que possui maior número de moradores que declararam estarem na faixa de renda per capita acima de 10 salários mínimos.

Ao inverso, vemos a Novo Oasis - Conj. Requião - Conj. Guaiapó apresentar uma porcentagem menor de moradores alfabetizados, cerca de 82%. Contudo, entendemos que esse valor não representa um nível de instrução considerado baixo, porém, em um processo histórico, como já foi explicado acima, esta APOND se localiza na direção da cidade de Sarandi, onde já foi verificado que o mercado imobiliário que atua na região é praticado para famílias de baixa renda, ao inverso da direção oeste do município onde a valorização do solo está em processo, devido ao fato da construção de um novo “*Shopping Center*”. A tabela 3 apresenta o número total de moradores em cada APOND e o número de moradores que foram alfabetizados.

Na figura 15 podemos observar exatamente como se dá essa relação entre o nível escolar e renda. Vimos nas figuras 13 e 14 que a área central possui o maior número de bens e serviços, maior nível de renda, e maior infraestrutura. Somando-se a isso, vemos, na figura 15, que a maior porcentagem média de moradores alfabetizados também se concentra no centro do município, característica principal de municípios com estrutura “centro-periferia”. Tais relações também são descritas nos trabalhos de Correa (1995), Souza (2008), Oliveira (2009), Felix (1996), Francisco Filho (2004) e Melara (2008), trabalho este ao qual a presente dissertação mais focou.

Tabela 3 - Número de Moradores por APOND e o Numero de Moradores Alfabetizados em Cada APOND, em Maringá.

AED	Moradores em domicílios particulares permanentes	Moradores com 10 anos ou mais de idade e alfabetizadas	%
Jardim Imperial – Laranjeiras	13324	11348	85,16
Parque das Grevíleas - Jardim do Sol	13467	11737	87,15
Conjunto Requião – Guaiapó	19213	15761	82,03
Jardim São Silvestre - Monte Hermon	13887	11531	83,03
Jardim Novo Horizonte - Porto Seguro	12994	11324	87,14
Jardim Licce - Itaparica – Paulista	17070	14054	82,33
Conjunto Porto Seguro – Itatiaia	19346	16543	85,51
Vila Morangueira - Condomínios Aero Porto Antigo	17391	15134	87,02
Jardim Ipiranga - Jardim Universitário	15500	14459	93,28
Zona 2 - Santa Felicidade	20198	17469	86,48
Zona Industrial Sul - Tarumã - Zona Rural	19840	17319	87,29
Zona 4 - Horto – Iguaçu	12847	11569	90,05
Zona 1 - Vila Operária	18485	16589	89,74
Vila Santo Antônio - Zona 7 - Zona Industrial Colombo	13639	12195	89,41
Alto da Boa Vista - UEM - Estádio	15589	13870	88,97
Jardim Real - Hortência – Rebouças	22018	18457	83,82
Zona 5 - Santa Isabel - Ouro Cola	20572	17819	86,61
Zona Rural Noroeste - São Domingos	17276	14222	82,32
Jardim Alvorada – Liberdade	24224	20654	85,26
Jardim Diamante - Zona Rural Nordeste	27109	22663	83,59
Total	353989	304717	86,08

FONTE: Dados do Universo do Censo Demográfico de 2010.

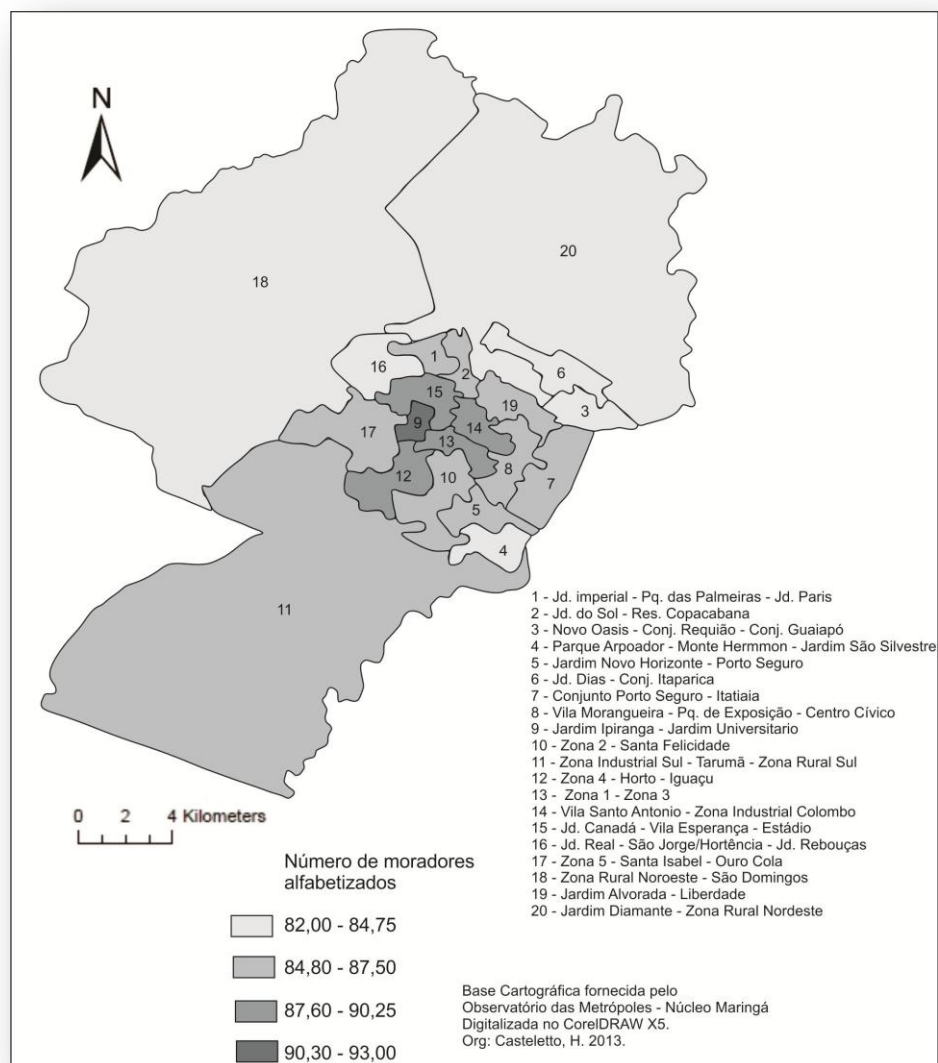


Figura 15 - Porcentagem de Moradores Alfabetizados em Cada APOND, em Maringá.
 FONTE: Dados do Universo do Censo Demográfico de 2010.

Ainda no sentido de apresentar como é a diferença de infraestruturas instaladas no município de Maringá, a tabela 10 demonstra qual o destino do lixo ali produzido. Do total, cerca de 98% dos domicílios instalados no município de Maringá possuem uma coleta de lixo realizada pela empresa contratada pelo município, seja por coleta direta, seja pela coleta em caçambas. Desse total, destacamos a Zona Rural Noroeste - São Domingos que possui um total de 4.897 mil domicílios, e cerca de 430 domicílios que não possuem coleta adequada do lixo que tem como destino lagos, rios, terrenos baldios, e até a incineração. É a APOND que possui maiores problemas com relação a esse tipo de serviço, provavelmente pelo fato de abranger uma área rural, onde geralmente a coleta de lixo não chega ou é de difícil acesso.

Destaque positivo para a Zona 1 – Zona 3 e o Jd. do Sol - Res. Copacabana, áreas mais abastadas da cidade que possuem 100% de coleta de lixo realizada pela empresa contratada; e também a Vila Morangueira - Pq. de Exposição - Centro Cívico, localidade de bairros que foram dos primeiros a serem loteados em Maringá, e que possuem também 100% de coleta adequada de lixo.

Até o presente momento, vemos que grande parte da infraestrutura mínima adequada para que se possa morar com qualidade é encontrada quase que em 100% de todos os domicílios localizados no centro de Maringá; em oposição, os maiores problemas são encontrados na periferia da cidade. Contudo os indicadores negativos relacionados a este tipo de serviço não representam grandes problemas. Esses indicadores sobre coleta de lixo espacializada podem ser identificados na figura 16, ou seja, a periferia é a área que mais sofre com relação à coleta de lixo.

Isso é reflexo da relação existente entre o capital corporativo dos promotores imobiliários e fundiários, que corrompem o Estado no sentido de sempre privilegiar os detentores do capital, como já foi apontado por Oliveira (2009).

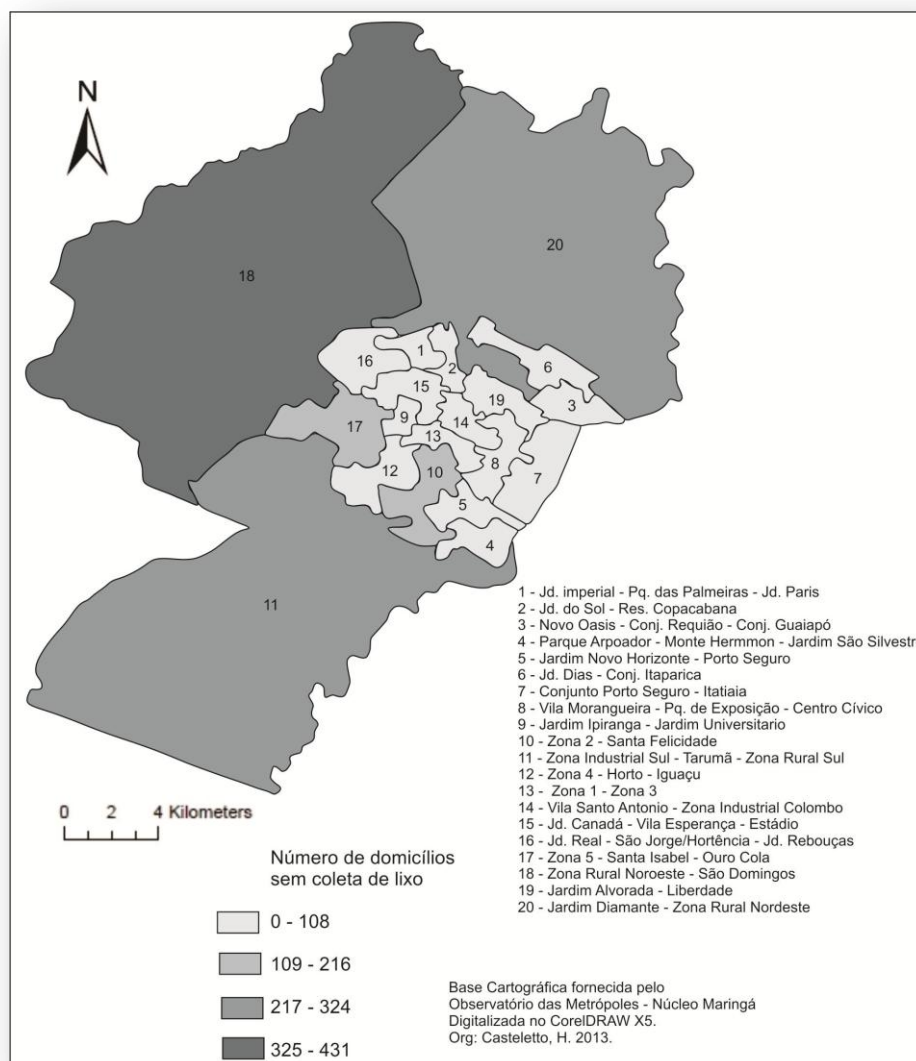


Figura 16 - Domicílios Particulares Permanentes que Não Possuem Algum Tipo de Coleta de Lixo, Realizado por Empresa de Coleta de Lixo, por APOND, em Maringá.
FONTE: Dados do Universo do Censo Demográfico de 2010.

Destacamos ainda o fornecimento de energia elétrica (Tabela 4) no município de Maringá. Segundo dados do Censo 2010 realizado pelo IBGE, do total de 116.399 mil domicílios particulares e permanentes do município, apenas 27 não possuem nenhum tipo de fonte de energia; 56 domicílios usam outras formas de fonte que não a distribuída pela COPEL (Companhia Paranaense de Eletricidade). Podemos concluir que em sua maioria, os domicílios usufruem este tipo de infraestrutura, abrangendo quase que 100% de toda a população.

Podemos destacar a Zona 2 – Santa Felicidade que se mostrou a APOND que possui maior número de domicílios sem nenhum tipo de energia elétrica, por mais que o dado no geral se mostre não relevante (apenas 5 domicílios não possuem energia

elétrica). Contudo, vemos que um bairro, em específico o que compõe esta APOND, o Santa Felicidade, apresenta um histórico de lutas e palco de conflitos por parte do setor imobiliário que tem interesse econômico nesta área. Ele fica próximo ao centro do município e é considerado reduto de pessoas de classe baixa. Com a nova empreitada do mercado imobiliário em direção à região sul, parte das casas foram desocupadas com a justificativa de estarem clandestinamente construídas, tudo fruto de um novo empreendimento que se instalaria no local. Talvez isso explique o motivo da Zona 2 – Santa Felicidade ter o maior número de domicílios sem energia. Neste caso, os grupos sociais excluídos dessa localidade, não conseguiram o seu objetivo de ali ficar, tendo que se submeter ao capital e ao Estado. Assim, segundo Correa (1995), essa é a forma de atuação dos grupos sociais excluídos: a de se contrapor às ações do Estado, que geralmente são para prejudicá-los. No entanto, poucas vezes se vê uma “vitória” desses grupos, como ocorreu em Maringá.

Generalizando, esses indicadores são reflexos do que ocorre no Brasil. Segundo o Governo Federal, cerca de 98% da população brasileira já tem acesso ao serviço de energia elétrica. Em Maringá os dados são bem parecidos. No município 99% dos domicílios possuem tal serviço, o que nos leva a considerar que esse indicador não representa um dado negativo para o município.

Assim, Oliveira (2009) nos mostra que cada vez mais a atuação do Estado se resume a regulamentar o sistema, sem preocupar-se com a integração, uma vez que não quer “formalmente” tomar partido pelo capital corporativo ou pelos grupos sociais excluídos, apesar de deixar que os detentores do capital façam qualquer tipo de política no urbano.

Tabela 4 - Domicílios com Energia Elétrica e Domicílios Sem Energia Elétrica, por APOND, em Maringá.

AED	Domicílios com Energia Elétrica	Domicílios com Distribuição Pela Companhia Elétrica	Domicílios sem energia elétrica
Jardim Imperial – Laranjeiras	4249	4248	0
Parque das Grevíleas - Jardim do Sol	4331	4330	1
Conjunto Requião – Guaiapó	5688	5687	4
Jardim São Silvestre - Monte Hermon	4388	4385	0
Jardim Novo Horizonte - Porto	4810	4799	2
Jardim Licce - Itaparica – Paulista	5204	5203	1
Conjunto Porto Seguro – Itatiaia	6061	6061	2
Vila Morangueira - Condomínios Aero Porto Antigo	5870	5869	0
Jardim Ipiranga - Jardim Universitário	6243	6242	1
Zona 2 - Santa Felicidade	6585	6582	5
Zona Industrial Sul - Tarumã - Zona Rural	6122	6118	2
Zona 4 - Horto – Iguacu	4251	4248	0
Zona 1 - Vila Operária	6852	6851	3
Vila Santo Antônio - Zona 7 - Zona Industrial Colombo	4769	4768	1
Alto da Boa Vista - UEM - Estádio	5533	5533	1
Jardim Real - Hortência – Rebouças	6921	6921	0
Zona 5 - Santa Isabel - Ouro Cola	6650	6631	3
Zona Rural Noroeste - São Domingos	5327	5327	0
Jardim Alvorada – Liberdade	7921	7919	1
Jardim Diamante - Zona Rural Nordeste	8678	8677	0
Total	116453	116399	27

FONTE: Dados do Universo do Censo Demográfico de 2010.

Em Maringá, é notável a diferença existente entre os territórios destacados no que consiste às questões econômica, social e estrutural. Isso é decorrente da ação dos agentes produtores do espaço urbano na tentativa de “separar” as diferentes faixas de renda dentro de um espaço, criando assim a chamada segregação residencial, o que para

Corrêa (1995) nada mais é que uma estratégia para se criar “bairros” homogêneos e segregados como, por exemplo, os bairros considerados de operários e os bairros de diretores de empresas que são formados dentro do espaço urbano. Já para Shevky & Bell, esses territórios têm tendência de serem uniformes em outros três aspectos: nível socioeconômico, como destacado em Maringá; nível de urbanização como também mostrado nesta seção; e também de etnia, o que não foi considerado neste trabalho uma vez que a discussão teria que ser mais aprofundada com relação a esse tema. Entretanto, são APOND’s homogêneas e que se caracterizam principalmente pela diferença em nível de renda e nível social, pois em relação ao nível de urbanização vemos que Maringá tem um patamar elevado de infraestrutura urbana em comparação com outras cidades no Brasil.

Portanto, a população que mais sente carência por serviços públicos, em um município com estrutura “centro-periferia”, é a população que vive exatamente na periferia, pois geralmente são pessoas que possuem menor poder aquisitivo e possuem maior dificuldade de ter acesso ao centro. Ou seja, segundo Castells (1983), a segregação residencial gera esses territórios muito homogêneos internamente e heterogêneos externamente, sendo um produto da diferença de renda que existe no espaço urbano. Para Corrêa (1995), o resultado disso são as diversas formas que alguns grupos têm de resolver o problema “onde morar?”.

Em Maringá vemos que a dificuldade de adquirir capital para poder entrar no mercado imobiliário dificulta ainda mais o acesso à moradia legal, obrigando pessoas de menor poder aquisitivo a ocupar as periferias da cidade, onde os serviços básicos de infraestrutura são precários. Assim, seja pela atuação dos promotores imobiliários, ou pela atuação do Estado, é visível que no espaço urbano as ações/operações que esses agentes realizam levam a uma segregação residencial e social em territórios dentro do espaço urbano, como já destacado por Souza (2008). Ainda segundo Oliveira (2009), isso acarreta consequências nas relações de trabalho como precarização na contratação, desemprego, dificuldade no aperfeiçoamento, entre outros fatores que, nas palavras de Benko (1996), nada mais são que uma exploração da força de trabalho dado o fato de haver diferenças tanto em estudo como em faixa de renda dos diferentes territórios que integram uma cidade.

Destacamos nesta parte do estudo as APOND’s Jardim Alvorada – Liberdade; Jardim Diamante – Zona Rural Nordeste como bairros com os maiores problemas em relação à infraestrutura e renda (Foto 15), ao contrário do que vemos nas APOND’s

centrais tais como Zona 1 – Zona 3 Foto 16); Zona 4 – Horto – Iguaçu; Zona 2 – Santa Felicidade; Vila Morangueira - Pq. de Exposição - Centro Cívico; Jd. Canadá - Vila Esperança - Estádio; com superior infraestrutura instalada e principalmente uma população com renda per capita alta. No entanto, a questão da segregação espacial é mais bem observada nas APOND's que se localizam ao nordeste de Maringá, pois existe uma dificuldade e certa distância desses territórios com o centro da cidade, área de comércio e com grandes empreendimentos imobiliários. Para Souza (2008), isso acarreta a “imobilidade espacial intraurbana – tanto dos pobres [...] quanto da classe média (que vai deixando de frequentar vários espaços por medo da violência)” (SOUZA, 2008, p. 59) criando ainda mais exclusões e autoexclusões no espaço urbano, caracterizando territórios com ocorrência de determinados tipos de crimes (por exemplo, furtos que ocorrem, em sua maioria, em territórios de concentração de renda; e homicídios ocorrendo em territórios onde existe menor concentração de renda).



Foto 15 - Foto-montagem ilustrando o padrão das casa, a situação de alguns lotes, empreendimentos e asfalto sendo recapeado no Jardim Alvorada - Liberdade.

FONTE: Arquivo Pessoal



Foto 16 - Foto ilustrando o padrão dos condomínios verticais, dos parques e das avenidas com corredor verde, localizadas na Zona 1 - Zona 3.

FONTE: Arquivo Pessoal

Após a análise do espaço urbano maringaense e, consequentemente, a análise da infraestrutura e da condição social de seus moradores, vamos analisar agora os dados referentes aos crimes cometidos no município, para que assim possamos compará-los com dados referentes à questão socioeconômica e então mostrar como eles se dão em Maringá e quais áreas são mais expostas a determinados tipos de criminalidade.

Os indicadores apontados até o presente momento nos deram uma noção de como existem territórios que se diferenciam em Maringá principalmente com relação à questão econômica e social. Ao compararmos com os indicadores criminais, veremos como a diferenciação no espaço urbano pode gerar tensão entre os diferentes grupos que compõem o urbano, abrindo portas para o alavancamento da criminalidade, pois segundo Rolnik (2009), se fôssemos apontar apenas uma característica que pudesse nos

mostrar como são as cidades brasileiras, isso seria a existência de desigualdades profundas que culmina na relação direta entre Estado, grandes empresas e violência.

5.2. Indicadores Criminais para Qualificar as APOND's

Neste tópico desta seção abordaremos a criminalidade identificada em Maringá, através de dados obtidos a partir do banco de dados do 4º Batalhão da Polícia Militar desta cidade (RECOP 2). Para isso, foi realizada a espacialização dos dados criminais da cidade, tendo buscado estabelecer relações com os dados socioeconômicos e de acesso à infraestrutura nos diversos territórios (APOND's), já mostrados. Os atos criminais espacializados são os seguintes: furtos (simples e qualificados); roubos; lesões corporais; homicídios; e prisões feitas por uso, porte ou tráfico de drogas.

Segundo Melara (2008), por mais que pareça correto o caminho de demonstrar a relação entre estrutura socioespacial e criminalidade a partir de dados socioeconômicos e estruturais, ainda assim, na literatura da Geografia, irão ocorrer divergências entre autores a respeito do uso de tais dados para se entender tal questão. Melara (2008) cita Francisco Filho (2004) como autor que defende a importância da análise desses padrões sociais, para posteriormente poder entender essa relação, sendo que esses padrões estão “[...] vinculados aos níveis de renda, infraestrutura e educação, os quais podem estar associados a outras questões de qualidade de vida” (Melara, 2008, p. 84), denotando, de certo modo, insatisfação com algumas questões como, por exemplo, a segurança.

Ao contrário, Melara (2008) lembra que Cerqueira e Lobão (2004) afirmam que essa relação pode não ser verdadeira, pois em suas pesquisas acabam evidenciando a existência de outras variáveis que melhor podem definir os tipos e quantidade de crimes. São elas: densidade demográfica das áreas; desigualdade de renda entre os espaços; renda esperada no mercado de trabalho legal; e por fim, a eficácia e poder da polícia e o tipo de punição possível.

Contudo, para Francisco Filho (2004), os espaços segregados estão relacionados primeiramente à ação imobiliária que leva as pessoas que não possuem condição de acesso a solos urbanos mais caros (como Corrêa (1995) e Souza (2008) mostraram), a buscarem novas formas de moradia tais como as periferias e em casos mais extremos a formação de favelas, muitas delas irregulares. Assim surge o elemento que está relacionado a esses espaços segregados, a mídia. É a partir dela que surge uma

visibilidade criminosa dessas áreas, responsabilizando determinadas áreas por todo crime que ocorre no espaço urbano, denotando, certas vezes de forma errônea, que pessoas que moram longe dessas áreas estão isentas de crimes cometidos nesse espaço. Porém, Melara (2008) lembra que essa segregação é apenas um dos fatores que podem gerar violência, e também um dos exemplos de como determinadas variáveis podem nos responder como é a relação entre os crimes e a estrutura socioespacial do espaço urbano.

Francisco Filho (2004) percebeu como se dava a criminalidade em Campinas – SP. O trecho a seguir, do trabalho do autor, denota o quanto determinados tipos de crimes estão relacionados a áreas onde existem renda elevada e excelente acesso a infraestrutura. São os chamados crimes contra o patrimônio, que geralmente estão ligados a bens de alto valor “os crimes contra pessoa, por exemplo, tendem a ocorrer com maior frequência nas áreas periféricas, enquanto os crimes contra o patrimônio tem sua ocorrência aumentada nas áreas centrais, onde a riqueza está concentrada” (Francisco Filho, 2004, p. 66). O autor ainda conclui que isso é decorrente da estratificação imposta pela segregação, isolando alguns territórios, fazendo com que o crime se adapte a cada realidade, se adéque a cada território, como ocorre no estudo de Souza (2008) a respeito da segregação gerada a partir da formação de favelas.

Em Maringá, os dados espacializados mostram-nos que a área central, mais especificamente a Zona 1 – Zona 3, é a porção do espaço urbano que mais se destacou durante a pesquisa, tendo a maior quantidade de ocorrências em todos os tipos de crimes pesquisados, principalmente pelo fato de ser a área mais central da cidade, local de concentração de bares, lojas, bancos, além de ser local de encontro de todas as classes sociais.

Crimes contra o patrimônio tais como furtos simples e qualificados, e roubos ocorrem no geral nas áreas centrais, onde já foi apontado, na seção anterior, serem áreas onde o nível de renda é maior e o padrão de habitação é melhor, demonstrando-se como espaços onde o furto ou o roubo “compensariam” mais. Tais áreas são principalmente a Zona 1 – Zona 3, área mais central do mapa, e as APOND’s Vila Morangueira - Pq. de Exposição - Centro Cívico; e Zona 2 – Santa Felicidade e a Zona 4 – Horto – Iguaçu, que fazem parte também do centro. No entanto, temos destaque também para as áreas periféricas, já apontadas na seção anterior como de baixo investimento por parte dos agentes do espaço urbano e com índices menores de renda per capita. São elas as

APOND's: Jardim Alvorada – Liberdade e Zona Industrial Sul – Tarumã – Zona Rural Sul.

Já crimes contra a pessoa, tais como homicídios e lesão corporal, ocorrem no geral nas áreas em que foi identificada, na seção anterior, um menor índice de renda per capita, uma ocupação acentuada e baixo investimento do mercado de terras e do Estado, caracterizando serem áreas mais pobres do município de Maringá (salvo a Zona 1 – Vila Operária que, como já foi dito, destacou-se durante a pesquisa por seu alto número de ocorrências, sendo, de fato, o centro da cidade). Aquelas áreas são caracterizadas principalmente por estarem na periferia do município de Maringá. Tais APOND's são principalmente Zona Industrial Sul – Tarumã – Zona Rural Sul e também o Jardim Alvorada – Liberdade e o Parque Arpoador - Monte Hermmon - Jardim São Silvestre, áreas em que já foram apontados problemas referentes ao acesso ao serviço público básico. Assim, segundo Souza (2008), essa diferença que existe em determinados territórios do espaço urbano nada mais são que a espacialização dos processos sociais criados pelos que produzem o espaço urbano, o que acaba diferenciando determinados territórios no que diz respeito à “divisão social do espaço” e não necessariamente a “divisão econômica do espaço”, ainda que, segundo o autor, essas mesmas não estejam desvinculadas.

Para o resultado final do trabalho, foi preciso fazer uso dos dados desagregados de crimes cometidos em Maringá, mapeando cada um deles separadamente. Para entender como podemos criminalizar determinadas áreas ao trabalharmos com dados agregados, a seguir temos a figura 17, com a espacialização do total de ocorrências registradas pelo 4º Batalhão da Polícia Militar de Maringá nos anos de 2011, 2012, e Julho de 2013. Para elaboração deste mapa, foi considerada a soma de ocorrências (furtos, roubos, lesões corporais, homicídio e tráfico, uso ou porte de drogas) para cada 1.000 habitantes de cada APOND.

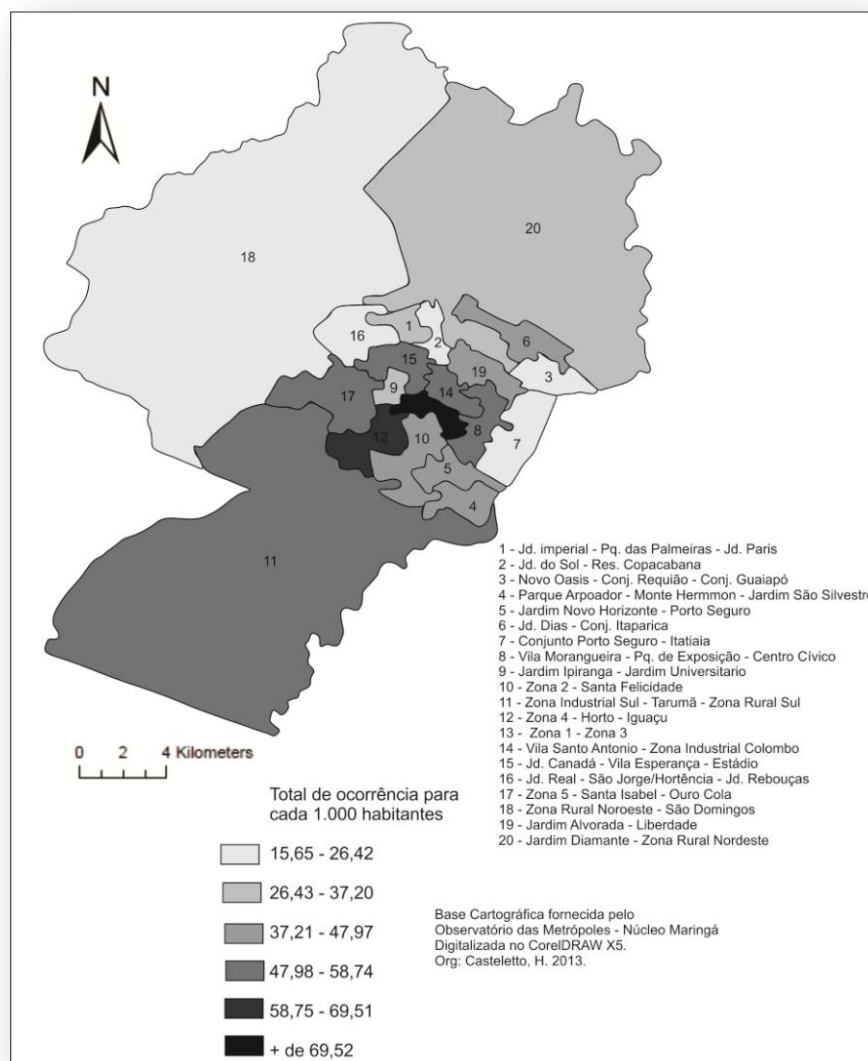


Figura 17 - Número de Total de Ocorrências por 1.000 Habitantes, de cada APOND de Maringá.
FONTE: 4º Batalhão da Polícia Militar de Maringá.

Segundo os dados espacializados, observamos que exceto a Zona 1 – Zona 3 e a Zona 4 – Horto - Iguaçu se destacaram por ter índice elevado de crimes por 1.000 habitantes. Além desta área central, outros territórios também se destacaram: Vila Morangueira - Pq. de Exposição - Centro Cívico; Vila Santo Antônio - Zona Industrial Colombo. Na periferia podemos apontar as APOND's Zona 5 – Santa Isabel – Ouro Cola; e Zona Industrial Sul – Tarumã – Zona Rural Sul, com grande números de ocorrências por 1.000 habitantes.

Mas o fato é que tais áreas foram principalmente caracterizadas durante o trabalho como as localidades onde crimes contra o patrimônio ocorrem com mais frequência. Tais crimes se destacam pelo maior volume de ocorrências que, quando somados os seus números, essas áreas acabam se destacando. Assim, podemos ter uma

percepção errônea, apontando aquelas áreas como “muito violentas”, sem ao menos investigar de forma mais aprofundada a causa dos números elevados. No estudo elaborado por Massena (1986), ela trabalha com dados agregados e conclui que “a periferia vem se tornando, contrariamente ao que se imaginava, uma área de menores riscos” (MASSENA, 1986, p. 305). Porém, ao trabalharmos com dados desagregados, vemos que crimes como homicídios ocorrem com maior frequência na periferia; e crimes contra o patrimônio, como furtos, ocorrem com maior frequência onde as classes mais abastadas residem.

Mapas criminais criados a partir de dados agregados podem, por exemplo, nos servir para mostrar onde vem atuando a Polícia Militar com maior frequência, pois percebemos onde foi atendida a maioria dos crimes em Maringá, denotando por outro lado, falta de acesso à segurança pública em outras partes da cidade; entretanto, isso é outra discussão que não será abordada neste trabalho.

Assim, para que pudéssemos apontar com maior precisão a relação entre estrutura socioespacial de Maringá e os territórios de criminalidade, foi mais conveniente trabalharmos com dados desagregados, ou seja, mapear dados segundo os crimes, e não generalizar todas as ocorrências. Foi feito então um mapa para cada tipo de crime: furtos simples e qualificados; roubos; lesões corporais; homicídios; e tráfico, uso ou porte de drogas, para que fossem comparados com dados referentes a indicadores sociais e econômicos, e assim compreendermos como se dá o crime em Maringá.

5.2.1. Tráfico, Uso e Porte de Drogas

Segundo Melara (2008), a análise da relação de determinado tipo de crime com as questões sociais e estruturais de determinado espaço urbano, deve começar pela análise espacial das ocorrências criminais geradas pelos crimes que são decorrentes do uso, porte ou tráfico de entorpecentes, pois segundo a autora, existem dois fatores que diferenciam a análise desse tipo de crime, podendo assim subsidiar o entendimento de outros.

O primeiro fator seria que o tráfico e consumo dessas drogas acabam influenciando outros tipos de crimes, tais como os furtos, roubos e até mesmo tráfico de pequenas quantidades. O segundo fator seria que, apesar de termos em determinadas cidades o intenso consumo e tráfico de drogas perceptível em certas localidades, vemos que esse tipo de crime acaba se distribuindo de forma “homogênea” na cidade, já que a

droga facilita a mobilidade e, segundo Melara (2008), fica difícil de ter uma relação com renda, nível de instrução ou infraestrutura urbana, por ser um tipo de crime que atinge todas as classes sociais e de diversas maneiras. A autora ainda acrescenta que “não é recomendado confiar totalmente nos registros de ocorrências criminais, pois o tráfico e o consumo de entorpecentes são crimes com muita mobilidade” (Melara, 2008 p. 91).

Contudo, para a autora, é certo dizer que o tráfico toma o espaço urbano de duas formas: a primeira seria o tráfico de “luxo”, quando a droga é vendida em baladas, centros de eventos, com drogas geralmente mais requintadas, as quais, entre outros fatores, só quem possui boa renda conseguiria possuir; a segunda seria quando o tráfico chega às localidades mais carentes da cidade, onde se observa que quase não existe rendimento mensal nas famílias, fazendo com que muitas vezes o tráfico de drogas seja a única solução de renda familiar, atraindo muito os jovens que estão sem perspectiva de emprego. Neste último exemplo, vemos muitos autores que têm suas pesquisas voltadas para as cidades metropolitanas, seguindo essa linha de pensamento, tentando mostrar como o tráfico busca essas áreas mais pobres das cidades. Podemos citar como exemplo Souza (1996), Francisco Filho (2004) e a própria Melara (2008) ao afirmar que a pobreza se torna funcional para o tráfico de drogas.

Na figura 18 é possível observar a distribuição desse tipo de crime no município de Maringá. É fácil ver que essa cidade aparece com uma lógica semelhante à observada pelos autores nas grandes metrópoles. Destaque para a Zona 1 – Zona 3 que se localiza na parte mais central da cidade, tendo expressivo índice desse tipo de crime. A explicação se dá pelo fato de ser um território de concentração de festas e eventos, ideal para consumo e tráfico de drogas entre jovens. Outro fator que colaborou para que essa localidade fosse apontada como a que possui maior índice desse tipo de crime é por ter concentradas na parte central da cidade muitas lojas e praças, tornando-se reduto de traficantes e usuários de drogas no período noturno, característica na maioria das regiões centrais das cidades médias e grandes, como destacou Souza (2008). Portanto, a Zona 1 – Zona 3 se caracterizou por apresentar elevados números de crimes por ser um território onde o crime de tráfico está implícito em outras pesquisas. Entretanto, vale ressaltar que esta APOND não apenas se destacou nesse tipo de crime como também em todos os outros pesquisados.

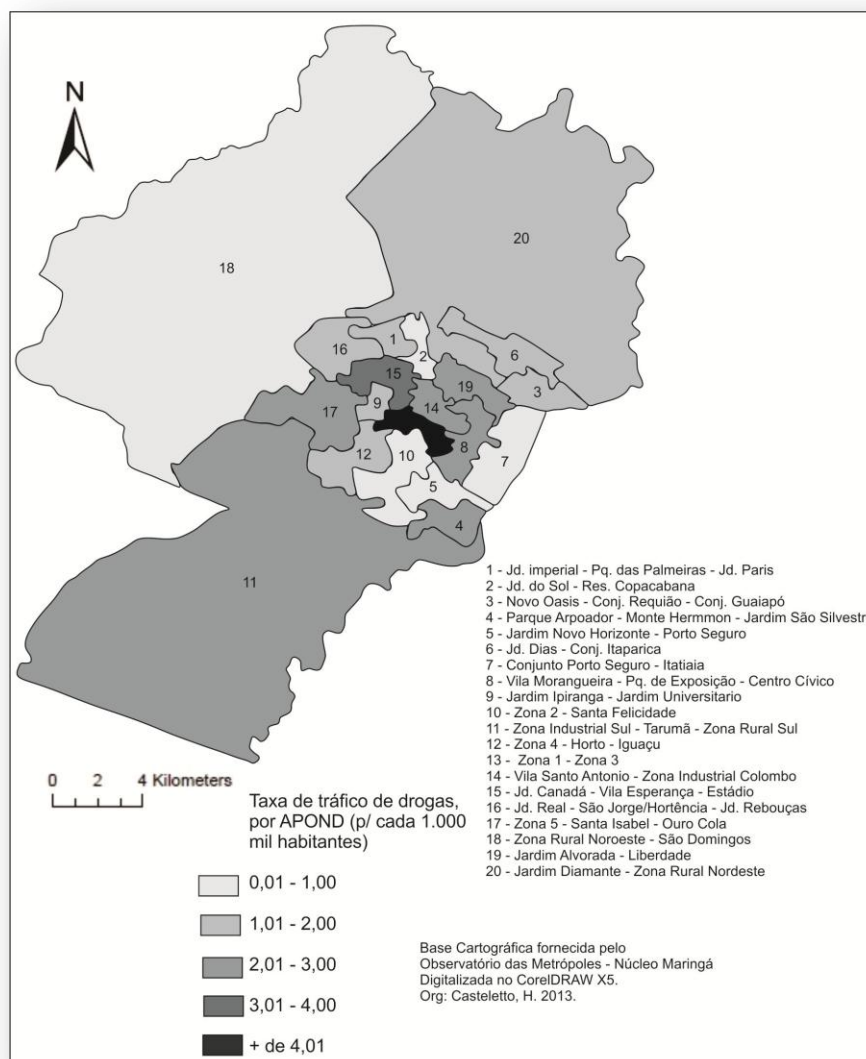


Figura 18 - Número Total de Ocorrências Registradas Pela Policia Militar de Maringá, Sobre Tráfico, Uso, ou Porte de Drogas, nos anos de 2011, 2012, até Julho de 2013, por cada APOND em Maringá.

FONTE: 4º Batalhão da Policia Militar de Maringá.

Como sabemos, o tráfico de drogas é um tipo de crime dificilmente comparável com dados socioeconômicos e de infraestrutura, pelo fato de ser um tipo de crime que não está relacionado diretamente com classes sociais. Melhor dizendo, este tipo de crime afeta tanto a população rica, como a população pobre, portanto, dificilmente conseguiríamos fazer um paralelo entre as questões socioeconômicas de Maringá e este crime espacializado em seus territórios. Assim, destacamos a Zona 1 – Zona 3 que se localiza no centro, um território característico desse tipo de crime, principalmente no período noturno quando se torna ponto de trafico e consumo de drogas, principalmente

o crack. Esse território acaba sendo tomado pelos usuários, que ocupam as praças centrais no intuito de usar a droga.

Outro destaque é a Jd. Canadá - Vila Esperança - Estádio, que também se caracteriza pela existência elevada de crimes desse tipo principalmente por abranger um território onde grande parte dos estudantes universitários residem, o que facilita a venda e o tráfico. Ou seja, esse tipo de crime que no município de Maringá – PR, pouco tem a haver com a segregação espacial de Maringá, muito menos com a dimensão econômica e política dos territórios, contudo o tráfico e consumo de drogas pode nos subsidiar para o entendimento de outros tipos de crimes, como o furto, roubo e lesões corporais, por estarmos falando de um tipo de crime que leva a outros crimes.

O Jardim Alvorada – Liberdade e a Zona Industrial Sul – Tarumã – Zona Rural Sul já foram apontadas na seção anterior como APOND's que possuíam menor acesso a renda, serviços públicos e infraestrutura urbana, se caracterizou por ter alta taxa desse tipo de crimes, mesmo sendo um território considerado pobre. Para Melara (2008), esse tipo de crime, como tráfico de drogas, se adapta com mais facilidade em áreas onde fica fácil explorar sua funcionalidade, como territórios mais pobres. Assim, surgem como forma de “emprego”.

Ainda temos a Vila Morangueira - Pq. de Exposição - Centro Cívico como territórios que se mostravam estarem em um nível médio/alto de vida, com renda per capita em torno de 2 a 10 salários mínimos e com acesso a infraestrutura urbana de qualidade. Tais territórios se destacaram por serem localidades com expressivo número de ocorrências de uso, porte ou tráfico de drogas. Segundo Souza (2008) essas localidades acabam sendo afetadas à medida que a criminalidade toma conta das áreas mais pobres e a população abastada se concentra em “condomínios fechados”. Assim, essas áreas ficam expostas a criminalidade um vez que não contam com a segurança pública e muito menos com segurança privada.

Assim temos em Maringá uma região bem central (Zona 1 – Zona 3) e uma região universitária (Jd. Canadá - Vila Esperança - Estádio) com elevados índices desse tipo de crime. Tanto leste como a oeste existem territórios que possuem grau elevado de ocorrências deste tipo de crime provavelmente por ser uma área de concentração ao mesmo tempo de dinheiro, em suas boates e festas noturnas; como de pobreza, quando ao anoitecer as praças centrais ficam cheias de usuários de traficantes de drogas; além de algumas áreas de nível de vida médio que se encontram desprotegidas perante a esse tipo de crime.

5.2.2. Crimes Contra Pessoa

Segundo Melara (2008), existem tendências a que crimes contra pessoa, tais como lesões corporais e homicídios, abordados neste trabalho, ocorram, em sua maioria, em regiões onde se observa uma homogeneidade populacional de baixa renda e acesso precário a serviços públicos.

Apesar da maioria dos estudos relacionados ao tema criminalidade apontar para esta direção, como já foi dito nas seções anteriores, a questão de a maioria das ocorrências partirem de locais mais pobres, “pode estar relacionada à questão da omissão de informações” (Melara, 2008, p. 113). Pessoas de classes mais altas tendem, em sua maioria, a esconder determinadas ocorrências, seja por “vergonha, por preservação ou reputação” (Melara, 2008, p. 113), enquanto as classes sociais mais baixas tendem a registrar mais os ocorridos em relação aos crimes contra pessoa. Com isso, segundo a mesma autora, não é possível afirmar ao certo, se de fato bairros ocupados por uma população de menor renda sejam os locais com os maiores índices de crimes contra pessoa.

Porém, no estudo elaborado por Melara (2008) em Santa Maria – RS, a autora identificou que os crimes contra pessoa ficaram mais evidentes nos bairros periféricos. Esses bairros tinham uma população jovem, com baixo grau de escolaridade e renda per capita baixa, além de também serem bairros com os maiores problemas municipais com relação a saneamento básico.

Em Maringá, podemos observar uma relação bem parecida com a ocorrida em Santa Maria – RS. Segundo os dados fornecidos pela Polícia Militar de Maringá, observamos que, em sua maioria, os crimes contra pessoa ocorrem na periferia da cidade, local onde existe baixo nível de vida.

Segundo o mapeamento feito às APOND's periféricas Jardim Alvorada – Liberdade e Zona 5 – Santa Isabel – Ouro Cola, territórios que não possuem nível de renda per capita elevada acabaram se destacando com relação a lesões corporais. Outrossim, algumas APOND's consideradas de alta renda também obtiveram alta taxa de lesão corporal, tais como a Zona 4 – Horto - Iguaçu e principalmente a Zona 1 – Zona 3. Contudo, em sua maioria, esse tipo de crime concentra-se nos territórios com pior nível de renda e escolaridade, que em Maringá estão presentes principalmente na área mais periférica do município. As figuras 19 e 20 mostram que as APOND's

identificadas com baixo nível de renda e escolaridade estão em cores mais escuras que a maioria dos territórios que possuem nível de vida melhor.

Já as APOND's periféricas Jd. Real - São Jorge/Hortência - Jd. Rebouças, Jardim Alvorada – Liberdade, e Jd. Dias - Conj. Itaparica e principalmente Zona 5 – Santa Isabel – Ouro Cola foram apresentaram as maiores taxas com relação aos homicídios. Nas análises, Melara (2008) lembra que esse tipo de crime é comum nessas localidades pelo fato de serem territórios de menor proteção pública, o que facilita a ação de muitos criminosos que sentem a impunidade presente em determinados territórios. Tais localidades acabam se justificando por si só tais tipos de crimes, o que não comove determinados segmentos da sociedade e do próprio município.

A seguir, destrincharemos um pouco mais a relação que cada um desses crimes (lesão corporal e homicídios) tem com o espaço urbano de Maringá, detalhando, de forma mais precisa, os dados.

5.2.2.1. Lesões Corporais

Segundo o exposto, na cidade de Maringá as tendências de ocorrência de lesões corporais estão nas APOND's consideradas de nível baixo de vida, com exceção da Zona 1 – Zona 3 (Figura 19) que apresentou taxa elevada desse tipo de crime por ser um território tomado por uma série de outros crimes, principalmente na parte noturna do dia. O mapeamento dos dados mostrou-nos que a APOND Zona Industrial Sul – Tarumã – Zona Rural Sul, que se localiza na periferia sul do espaço urbano, foi a que apresentou maiores taxas desse crime. Juntamente com este território de baixo nível de vida é possível observar que outros dois territórios de características diferentes também se caracterizaram pela alta taxa de lesões corporais: a Vila Morangueira - Pq. de Exposição - Centro Cívico, onde foi mostrado que a renda per capita fica entre 2 a 10 salários mínimos e o nível de escolaridade da população é razoável; e a Zona 1 – Zona 3 que possui altos índices de renda e escolaridade. Na segunda escala elaborada no mapa, foram destacadas em sua maioria as APOND's consideradas de nível baixo e médio. Tais territórios são principalmente o Jardim Alvorada – Liberdade; Jardim São Silvestre – Monte Hermon; e em um nível médio de vida a Zona 5 – Santa Isabel – Ouro Cola. São territórios caracterizados pelos altos índices de crimes contra pessoa, como destacado por Francisco Filho (2004) em seu trabalho sobre a cidade de Campinas – SP. Nele o autor identifica altas taxas de crimes que envolviam algum tipo de lesão física.

Ele observou que em Campinas – SP esse tipo de crime ocorria com maior frequência nas áreas onde o nível de vida era pior, como ocorre em Maringá – PR.

Segundo Francisco Filho (2004) e Souza (2008), a autoss segregação das pessoas com maior renda afeta diretamente os territórios de classes baixas e médias. Tais problemas são gerados pelo fato de que essa autoss segregação acaba excluindo parte da população abastada desse tipo de crime, criando uma segregação entre espaços, o que reforça a ideia de que a única parcela da população vulnerável ao referido tipo de crime é quem não possui aparatos de segurança privada, que seria a população de nível de vida médio e baixo. Isso porque a população abastada não se apresenta tão afetada por esse tipo de crime enquanto a maior parte da população, a população “pobre”, fica exposta a ele.

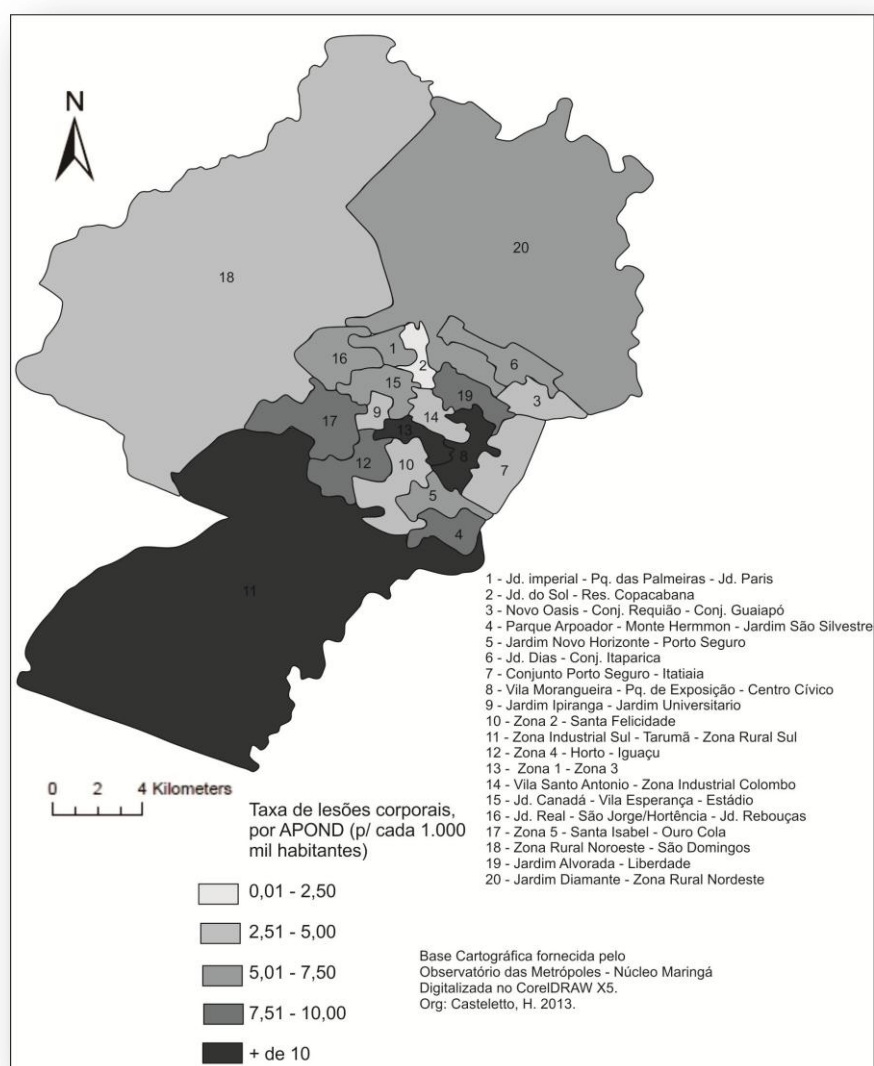


Figura 19 - Número Total de Ocorrências Registradas Pela Polícia Militar de Maringá Sobre Lesões Corporais, nos anos de 2011, 2012, até Julho de 2013, por cada APOND em Maringá.
FONTE: 4º Batalhão da Polícia Militar de Maringá.

Quanto às lesões corporais, é possível observar que os territórios periféricos, cuja renda e escolaridade são consideradas os mais baixos do município de Maringá, são as áreas que possuem maiores taxas para esse tipo de crime. APOND's como o Jardim Alvorada – Liberdade; Parque Arpoador - Monte Hermmon - Jardim São Silvestre; Zona Industrial Sul – Tarumã – Zona Rural Sul, que possuem as características citadas, foram as que apresentaram maior taxas de lesão corporal. São áreas caracterizadas por conflitos, sejam internos ou externos aos seus domicílios, principalmente pelo sentimento de que a justiça nunca foi feita para pessoas de baixa renda. Assim, são territórios cujas dimensões econômicas, políticas e educacionais são precárias, o que leva parte dessa população para a criminalidade.

No outro extremo, quando falamos de dimensões políticas e econômicas dos territórios de Maringá, vemos que a APOND Zona 1 – Zona 3 e Zona 4 – Horto – Iguaçu foram marcadas também pela alta taxa desse tipo de crime, apesar de apresentarem indicadores positivos com relação à questão socioeconômica e estrutural. São territórios que estão ligados diretamente com o centro, não havendo qualquer tipo de segregação espacial com as áreas mais abastadas e frequentadas da cidade. Assim, são territórios em que esse tipo de crime está geralmente ligado à vida noturna, seja pelos usuários de drogas que tomam as praças centrais durante a noite, seja pelas brigas entre jovens, decorrentes do uso de álcool, por se tratar de territórios que comportam as casas noturnas mais tradicionais da cidade.

Vemos que a segregação espacial interfere de diferentes formas, tanto em territórios cuja renda e a escolaridade são baixas, como em áreas mais abastadas do município; tanto na dificuldade das pessoas de renda mais baixa frequentarem o centro, estando sempre atrelados diretamente ao território em que nasceram, como as pessoas que possuem maior renda e que, diferente das áreas periféricas, se vê praticamente cercado por uma zona central, cuja vida noturna lhes cria grandes problemas. Em meio a esses dois extremos temos também as APOND's Zona 5 – Santa Isabel – Ouro Cola e principalmente a Vila Morangueira - Pq. de Exposição - Centro Cívico, que possuem características de territórios com pessoas de nível médio de vida, territórios esses que, segundo Souza (2008), ficam expostos a determinados crimes pelo fato de não contar com segurança privada e nem terem características das localidades em que o crime “comanda a segurança”; são espaços desprotegidos por não estarem “diretamente

territorializados por nenhum grupo social” (SOUZA, 2008, p.72), ficando mais expostos a diversos tipos de violência criminal.

Porém, na maioria dos territórios em que foram identificados esse tipo de crime, é possível observar que do total das ocorrências policiais feitas sobre qualquer tipo de lesão corporal, a maioria foi localizada na periferia da cidade, espaço considerado reduto de pessoas com baixo nível de escolaridade e principalmente de renda. Para Corrêa (1995), essa diferença existente para com os tipos de crimes e os territórios mais ou menos abastados, está na forma como os agentes produtores do espaço criam um zoneamento que acaba por privilegiar determinadas camadas da sociedade, sendo que a parcela não atingida por determinado benefício acaba sendo segregada e se segregando no espaço urbano, o que abre margem para a violência, dada a diferença de tratamento da população como um todo.

Segundo Melara (2008), muitos desses crimes estão relacionados vezes ao uso de álcool, o que pode nos apresentar o que ocorre principalmente na Zona 1 – Zona 3, e também com o alto adensamento populacional, seja num mesmo domicílio, seja num mesmo bairro, como já foi apontado nos capítulos anteriores a respeito do Jardim Alvorada - Liberdade, que possuem um número elevado de população num mesmo espaço, agravado ainda pela situação da dificuldade de acesso a serviço público de qualidade.

Melara (2008), através de Francisco Filho (2004), diz que é esse adensamento que mostra de fato como se dá o comportamento urbano, criando um ambiente tenso, onde um fica muito próximo do outro, criando comportamentos “estranhos a nossa lógica perceptiva” (Francisco Filho, 2004, p. 15).

5.2.2.2. Homicídios

Ao olharmos os dados absolutos de crimes de homicídios cometidos em Maringá, veremos que nos últimos três anos Maringá apresentou um número expressivo deles. Contudo, vemos que dado ao número elevado de população, o número de homicídios acaba sendo não tão expressivo. Por exemplo, é o que acontece se compararmos o fato com outras cidades da sua região, e até mesmo se o compararmos a outras cidades do Estado.

Para termos uma ideia, a região de Maringá, do ano 2000 até 2010, ou seja, em uma década, aumentou em apenas 7 o número de homicídios por cada 100 mil

habitantes (Casteletto, 2012). Maringá, no ano 2000, possuía 7,3 homicídios para cada 100 mil habitantes, e em 2010 possuía apenas 14,3 homicídios para cada 100 mil habitantes. Se compararmos Maringá com Sarandi – PR, cidade esta que fica conurbada com Maringá, essa evolução passou de 37,3 homicídios para cada 100 mil habitantes, mesmo com a cidade tendo pouca evolução no que consiste ao número de habitantes. Segundo Casteletto (2012)², dentre as cidades que fazem parte da Região Metropolitana de Maringá, apenas Sarandi possui taxa de homicídio³ maior que a média nacional, enquanto em Paiçandu – PR, cidade a Oeste de Maringá, a taxa fica em torno de 21, sendo a média nacional. No entanto, segundo o autor, isso pode ser decorrente da observação em vários estudos a respeito da interiorização dos homicídios, havendo certa transferência desse tipo de crime, que antes era típico de cidades grandes, para as cidades de pequenas e médias localizadas no interior.

Vemos que nos dados fornecidos pela Polícia Militar, que em Maringá, nos anos de 2011, 2012 e Julho de 2013 houve 15 casos relacionados a homicídios. Na figura 20 vemos como se distribuíram esses crimes no espaço urbano de Maringá nesses últimos três anos.

² Artigo “Evolução dos Homicídios na Região Metropolitana de Maringá” publicado na revista, Geoiंगा: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia volume. 4, n. 1, p. 28-47, 2012.

³ A taxa de homicídio é calculada a partir do total de homicídios cometidos em determinado município, dividido para cada 100.000 habitantes.

Tabela 5 - Taxas de Homicídios (Apenas em Municípios com mais de 10.000 hab.) dos Municípios da Região de Maringá).

Município	UF	População Média nos três anos.	Homicídios			Taxa média	Posição	
			2008	2009	2010		Nac.	Est.
Sarandi	PR	83.167	28	21	39	35,3	417	37
Paiçandu	PR	36.136	6	8	9	21,2	937	83
Maringá	PR	344.245	58	56	51	16	1295	124
Mandaguari	PR	32.817	2	6	4	12,2	1625	150
Santa Fé	PR	10.328	0	2	1	9,7	1891	165
Marialva	PR	31.565	5	2	2	9,5	1926	167
Mandaguaçu	PR	19.420	2	1	1	6,9	2243	182
Astorga	PR	24.870	1	3	0	5,4	2436	185
Jandaia do Sul	PR	20.200	1	2	0	5	2478	186

FONTE: Casteletto, 2012.

Segundo dados do 4º Batalhão de Maringá, as áreas mais afetadas por esse tipo de crimes são principalmente as áreas periféricas, com destaque apenas da APOND central Zona 1 – Zona 3, que teve o maior número de homicídios. Mas também percebemos que Maringá não possui grande taxa desse tipo de crime, pois se separarmos os seus territórios e observarmos a taxa de homicídios por APOND para cada 1.000 habitantes, veremos que os territórios que compõem o centro da cidade praticamente não possuem altas taxas, salvo a Zona 1 – Zona 3 que se caracterizou por ter alto índice, devido ao fato de ser local de encontro de pessoas de todas as rendas e de vida noturna ativa. Os territórios que mais se caracterizaram por possuir taxa elevada desse tipo de crime foram os que se localizam na periferia, onde as características infraestruturais, de renda e de escolaridade ainda são precárias em comparação com as áreas centrais. Segundo Corrêa (1995), esses territórios se caracterizam dessa forma principalmente pela falta de atuação dos agentes produtores do espaço, tanto os imobiliários, que preferem as áreas centrais para seus investimentos, o que atrai de certa forma capital para esses territórios centrais, quanto o Estado que deixa de investir nas áreas menos abastadas do município, tanto em educação como em infraestrutura, o que reflete também na renda real desses moradores. Outra característica dessas localidades é a segregação espacial e residencial que elas sofrem, tanto no que diz respeito às distâncias percorridas para se chegar às áreas centrais, como a qualidade das casas que

ali se localizam, sendo em sua maioria construídas próximas umas as outras, denotando um uso intensivo do solo.

Outro destaque é a renda per capita declarada pela população do Jardim Alvorada – Liberdade e Zona 5 – Santa Isabel – Ouro Cola, duas APOND's que mostraram ter uma maior parcela da população com salários em torno de 1/8 de salário até 2 salários, corroborando com o que Francisco Filho (2004) e Felix (2006) apontaram quanto à relação entre crime e estrutura socioespacial identificada na maioria das cidades brasileiras, onde homicídios costumam ocorrer com maior frequência nessas localidades. São áreas onde se identificam problemas com relação ao acesso à infraestrutura e à renda, devido principalmente às tensões ali geradas por causa do intensivo uso do solo urbano.

A seguir, mostramos como é a relação crimes relacionados a roubos e furtos com a estrutura socioespacial, crimes que são muito mais frequentes no espaço urbano da maioria das cidades brasileiras.

5.2.3. Crimes Contra o Patrimônio

Os chamados crimes contra o patrimônio são, com certeza, o maior problema relacionado à violência e insegurança na maioria das cidades de todo Brasil. É por causa desse tipo de crime que a violência está estritamente ligada a qualquer agenda política de qualquer sociedade nos dias de hoje. Isso se reflete no medo que a população tem de andar nas ruas, de ser assaltada, além, como lembra Melara (2008), da “pequena dose” de violência física e psíquica que a vítima desse tipo de crime acaba sofrendo. Portanto, ao falarmos de crimes contra o patrimônio estamos falando da maior parcela dos crimes que ocorrem no urbano; é por ele que toda a nossa segurança pública mais trabalha.

Para compreensão desse fenômeno, vamos considerar Francisco Filho (2004) que nos mostra que esse tipo de crime está relacionado diretamente às desigualdades sociais, sendo que o sistema econômico que nós vivemos acaba levando determinada parte da população a localidades insalubres, dificultando o seu acesso ao que o mercado capitalista oferece, fazendo com que esses cidadãos procurem outros meios de adquiri-los, pois “vive-se numa sociedade onde o valor do ser humano é medido pelo que ele consome ou acumula” (Melara, 2008, p.101).

Podemos destacar também Felix (2002), ao acrescentar ainda que nesse tipo de crime praticamente não existe ligação entre o autor e a vítima, pois é um crime que

acontece entre pessoas de status desiguais, até pelo fato econômico de um “ter” e outro “não ter”. Melara (2008) ainda acrescenta que o crime contra o patrimônio está relacionado diretamente aos territórios mais atrativos da cidade, ou seja, às localidades com maior nível de renda, pois se pressupõe que ali existam bens de alto valor. Portanto, ocorrem geralmente nas áreas mais nobres das cidades, apesar de não ser uma regra geral, uma vez que no estudo elaborado por ela, o bairro Juscelino Kubitschek, na cidade de Santa Maria -RS foi apontado com grave problema com relação furtos e roubos, apesar de ser um bairro com problemas quanto a economia, infraestrutura e educação.

A autora ainda ressalta que a renda baixa pode acarretar a exclusão social e o nível de educação baixo pode trazer essa renda baixa, e vice-versa. Contudo, baixo nível de renda e baixo nível de escolaridade levam determinadas populações à segregação nas áreas periféricas, e muitas dessas áreas com problemas sérios de infraestrutura. Assim, a autora relembra Francisco Filho (2004) ao falar da relação da violência com a infraestrutura:

A infraestrutura é um elemento definidor da qualidade do solo urbano, pois aqueles dotados da melhor condição são mais valorizados. A segregação urbana reserva os solos mais valorizados para as classes com maior renda e empurra para as periferias as classes com renda mais baixa, que ocupam os solos de menor valor e, em muitos casos, com problemas de segurança, salubridade e desprovidos de serviços e infraestrutura. Portanto, o conhecimento de como essas áreas sem infraestrutura estão correlacionadas com o crime contra o patrimônio é imprescindível para que se possa estabelecer um modelo consistente de potencialidade para ocorrências criminais (FRANCISCO FILHO, 2004, p.175).

Fica evidente, nesta parte, que diferente do crime de tráfico, porte ou uso de drogas o crime contra o patrimônio está relacionado diretamente a variáveis socioeconômicas e de acesso a serviços públicos de qualidade, uma vez que representa a diferença social existente no urbano, onde uns têm muito e outros têm pouco, refletindo assim no número de furtos e roubos, em detrimento de uma sociedade cada vez mais injusta. Para Oliveira (2009), o Estado deveria atuar de duas formas no combate à violência: primeiramente através da produção de condição para que a população consiga emprego; depois, através de uma gestão democrática que faça com que a população opine com relação ao zoneamento da cidade. Contudo, segundo o mesmo autor, em sua maioria, o Estado acaba atuando no sentido de investir em aparatos de segurança, tais

como armas, novas viaturas, presídios, entre outros, ao invés de combater o problema direto na raiz.

Em Maringá, é possível observar elevado número de crime contra o patrimônio. É também evidente, no município, que esse tipo de crime, em sua maioria, fica localizado nas APOND's centrais, região bem estruturada e de alto valor de solo urbano. Entretanto, é possível observar que APOND's periféricas também possuem alto índice desse tipo de crime, principalmente quando apenas contabilizados os roubos. Se olharmos apenas esses dados, veremos que praticamente todas as APOND's centrais, cujas dimensões econômica e estrutural são de alto nível, possuem altos índices de crimes contra o patrimônio.

Podemos destacar então a Zona 1 – Zona 3 que possui números fora do padrão das demais APOND's, como a área que possui os maiores índices de crimes desse tipo. Na região central, de onde se concentra a maior parte da população de poder aquisitivo alto, podemos destacar também as APOND's Vila Morangueira - Pq. de Exposição - Centro Cívico, Vila Santo Antônio - Zona Industrial Colombo, Zona 4 – Horto - Iguaçu, e Jd. Canadá - Vila Esperança - Estádio, que estão diretamente ligadas ao centro da cidade, sendo então “corredores” por onde os crimes realizados no centro se estendem. Na periferia, destacamos as APOND's Jardim Alvorada – Liberdade e a Zona Industrial Sul – Tarumã – Zona Rural Sul, que curiosamente contrariando a maioria das pesquisas já realizadas sobre esse tema, apresentaram elevado nível de crimes contra o patrimônio, mesmo sendo território que sofre com relação à infraestrutura urbana, renda per capita baixa e grau de escolaridade baixo.

A seguir, mostraremos mais a fundo como se dá cada um dos tipos de crime contra o patrimônio: os Furtos (simples e qualificados) e os Roubos, escolhidos para este estudo no município de Maringá.

5.2.3.1. Furtos Simples e Qualificados

Analisando os dados referentes aos furtos simples e qualificados, foi possível observar que mesmo com a tendência da maioria das pesquisas em afirmar que este tipo de crime ocorre em sua maioria em localidades onde há principalmente alta concentração de renda, Maringá mostrou-se uma cidade em que este tipo de crime também afeta os territórios considerados de nível baixo de vida; contudo, em sua maioria, esses crimes afetam os territórios mais abastados da cidade (Figura 21).

A Zona 1 – Zona 3, foi a APOND em que foi possível observar uma diferença enorme com relação aos outros territórios. Na estatística, esta APOND e todas suas variáveis destoam das demais. Para termos uma noção, ela possui o dobro de crimes relacionados a furto, mais do que a Zona 4 – Horto - Iguaçu, segunda localidade que apresenta maior número desse tipo de crime. Isso ocorre por ser uma área de concentração de renda, ou seja, apenas pessoas com alto padrão financeiro podem adquirir um pedaço de terra no local; e também por ser local de comércio durante o dia, ou seja, um local onde existe circulação intensa de dinheiro e bens de valor alto, fato que nos leva a crer ser uma área onde ocorre grande número desse tipo de crime.

Além da Zona 1 – Zona 3 que é caracterizada por ter alto padrão de infraestrutura e renda, vemos também que a Zona 4 – Horto – Iguaçu, em uma segunda escala (Figura 21), acabou se destacando pela alta taxa. Segundo os indicadores que qualificaram as APOND's em infraestrutura, renda e educação no capítulo anterior, é possível ver que essa área se configura como uma localidade onde existe pouca população, vivendo sua maioria em prédios, o que denota alto investimento por parte do mercado imobiliário e de terras; também possui grande parte da população com renda per capita declarada de mais de 10 salários mínimos, além de possuir uma das maiores porcentagens de população alfabetizada. Assim, vemos que a Zona 4 – Horto - Iguaçu configura-se como uma parte da cidade em que existe alta concentração de renda, um dos atrativos já apontados por Melara (2008), Felix (1996) e Francisco Filho (2004) para os criminosos que praticam os crimes contra o patrimônio.

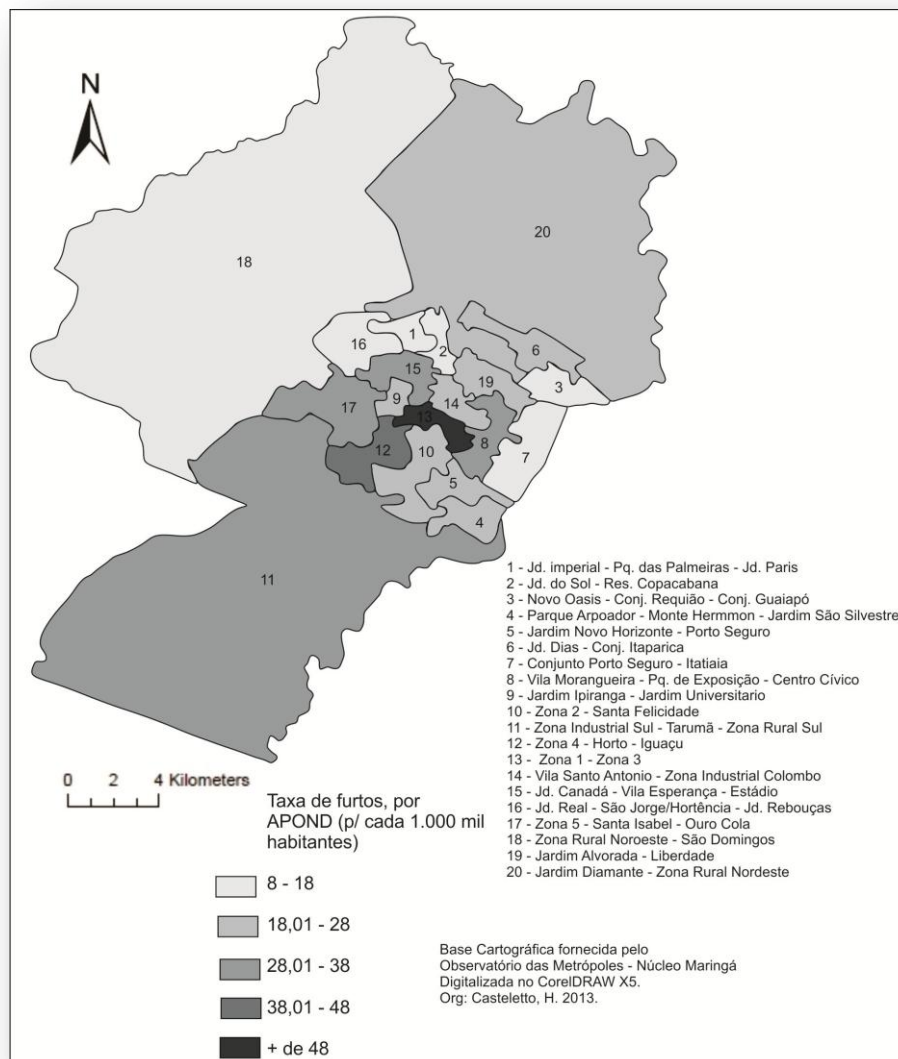


Figura 21 - Número Total de Ocorrências Registradas Pela Polícia Militar de Maringá Sobre Furtos Simples e Qualificados, nos anos de 2011, 2012, até Julho de 2013, por cada APOND em Maringá.

FONTE: 4º Batalhão da Polícia Militar de Maringá.

Contudo, não é apenas nas localidades onde existe concentração de renda que ocorre a maioria dos furtos. Segundo os dados fornecidos pela Polícia Militar de Maringá, as APOND's Zona Industrial Sul – Tarumã – Zona Rural Sul, e a Zona 5 – Santa Isabel – Ouro Cola, apresentaram alta taxa desse tipo de crime. Ainda é possível dizer que essas duas APOND's possuem esse destaque na figura 21 pelo fato de serem territórios tão protegidos como as localidades em que se observa grande concentração de renda.

Na segunda classe estabelecida no mapa, vemos que as APOND's que se ligam ao centro e de certa forma, consideradas centrais, também aparecem com destaque, devido ao fato principal de serem territórios onde os criminosos encontraram

provavelmente mais objetos de valor, por serem áreas de alta concentração de renda. São as APOND's Vila Morangueira - Pq. de Exposição - Centro Cívico, e Jd. Canadá - Vila Esperança - Estádio.

Assim, temos ocorrência desse tipo de crime em sua maioria na Zona 1 – Zona 3 que é justificável pelo fato de ser a parte central de um município de estrutura centro periferia. No mais, vemos que os territórios que se ligam ao centro também possuem elevada taxa. A Zona 4 – Horto - Iguaçu é reduto de moradores que possuem renda per capita alta, o que viabiliza maior volume de dinheiro, quando falamos de furtos. Temos também os territórios que ligam a zona leste ao centro, a Vila Morangueira - Pq. de Exposição - Centro Cívico que é um território considerado de pessoas de media/alta renda, apesar de num passado antigo ter sido local onde moravam os operários, ou seja, era reduto de pessoas de baixa renda. A oeste temos a Jd. Canadá - Vila Esperança - Estádio que está ligada à rodovia Colombo, local de muita movimentação e também local de pessoas de renda alta.

Já nas áreas onde não há renda alta, temos as Zona 5 – Santa Isabel – Ouro Cola e Zona Industrial Sul – Tarumã – Zona Rural Sul que se caracterizaram na terceira escala proposta na figura 21 no que se refere aos furtos. São territórios marcados por desigualdades, principalmente no que consiste à renda. Entretanto, quando falamos de furtos, vemos que tanto a Vila Morangueira - Pq. de Exposição - Centro Cívico como Jd. Canadá - Vila Esperança - Estádio, territórios centrais e de características de melhor renda, como a Zona Industrial Sul – Tarumã – Zona Rural Sul e Zona 5 – Santa Isabel – Ouro Cola que têm características mais parecidas com habitantes de classe média/alta, possuem a mesma escala do mapa, no que se refere a furtos. Ou seja, são territórios em que suas dimensões econômica e cultural são totalmente diferentes, mas possuem taxas de crimes parecidas. Fato é que, segundo Melara (2008), muitas vezes os aparatos de segurança são tão grandes em determinados territórios ocupados por pessoas de alta renda, que o crime de furto acaba se inviabilizando nessas localidades. Assim, segundo a autora, em determinadas localidades, tal tipo de crimes acaba migrando para áreas onde os aparatos de segurança privada são menores, como os territórios ocupados por população de média/baixa renda, tais como a Zona 5 – Santa Isabel – Ouro Cola e Zona Industrial Sul – Tarumã – Zona Rural Sul.

Para Souza (2008), estes altos índices desse tipo de crime, nada mais são que uma reação de parte da população contra a segregação imposta pelo grupo mais abastado do espaço urbano. Segundo o autor, a segregação por parte das elites da cidade

acaba reduzindo a mobilidade da população mais pobre, no espaço urbano. Assim, para Corrêa (1995), esta autossegregação das elites (no caso de Maringá, uma segregação onde a elite se concentra no centro da cidade em condomínios verticais exclusivos) não só acaba com o sentido coletivo do espaço urbano como também acaba criando condições para um maior preconceito entre os ricos e os pobres, dado o fato de esses dois extremos quase não terem contato um com o outro, o que reforça o preconceito. Daí o motivo de Melara (2008) acreditar que a violência criminal está diretamente ligada às condições de cada território no espaço urbano, seja ela de dimensão econômica, social ou estrutural.

Importante lembrar que as APONDS consideradas de baixo nível de vida, também se classificaram como territórios com altos índices desses crimes, mesmo sendo locais considerados de baixo nível de infraestrutura e renda, contrariando o que a maioria dos estudos sobre o tema traz sobre esse tipo de crime, e corroborando com o estudo realizado por Melara (2008) no espaço urbano de Santa Maria – RS, onde foi identificado que o bairro periférico Juscelino Kubitschek apresentava altos índices de crimes contra o patrimônio, apesar de ser classificado como um bairro de baixo nível socioeconômico.

5.2.3.2. Roubos

Ao analisarmos dados referentes aos roubos cometidos no espaço urbano de Maringá, é possível observar que apenas a Zona 1 – Zona 3 se encaixa na classe mais alta definida na figura 22. Os dados mostram que esse território teve mais que o dobro de roubos em relação ao Jardim Alvorada - Liberdade, segunda localidade que possui o maior número de crimes desse tipo.

Isto está relacionado ao fato da Zona 1 – Zona 3 ser uma localidade onde há grande acesso a serviços públicos, renda per capita alta, e ser alto o valor do solo urbano nessa área devido ao alto investimento do mercado de terras e imobiliário, o que nos mostra ser um espaço da cidade onde o crime de roubo “compensaria”. A isso aliamos ao fato de essa área estar localizada no centro da cidade, local onde há o encontro de todas as classes sociais, pois também é um local de compras tanto para o mercado informal como para o mercado formal, o que de certa forma, atrai esse tipo de crime como já foi descrito nos capítulos anteriores.

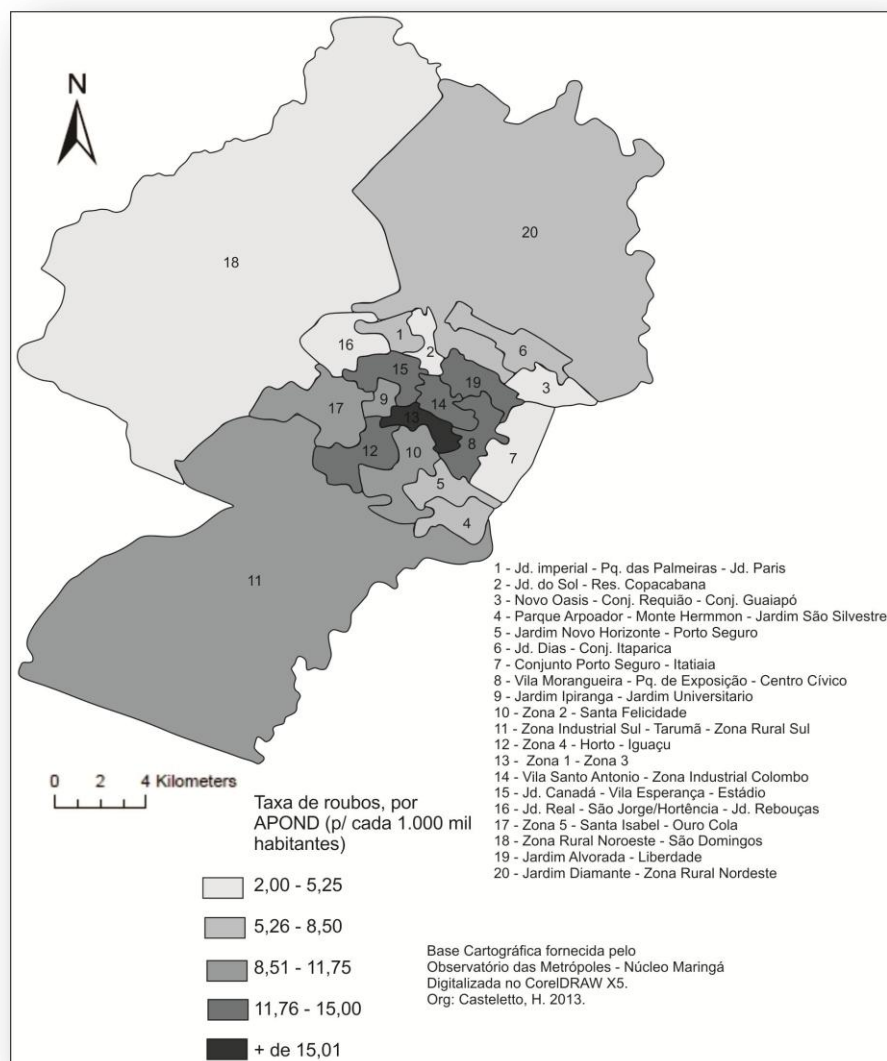


Figura 22 - Número Total de Ocorrências Registradas Pela Polícia Militar de Maringá Sobre Roubos, nos anos de 2011, 2012, até Julho de 2013, por cada APOND em Maringá.
 FONTE: 4º Batalhão da Polícia Militar de Maringá.

Na segunda classe estabelecida no mapa, é possível ver que contrariamente ao que os estudos mostram apontando as áreas de maior infraestrutura, renda e educação tenderem a serem áreas de maior volume desse tipo de crime, em Maringá é possível observar bairros periféricos, com baixa infraestrutura, renda e educação terem elevadas taxas desse tipo de crime, como já apontava Melara (2008) em seu estudo sobre Santa Maria – RS.

Vemos que os bairros próximos ao centro, tais como as APOND's Vila Morangueira - Pq. de Exposição - Centro Cívico, Zona 4 – Horto - Iguaçu, Jd. Canadá - Vila Esperança - Estádio obtiveram altas taxas de roubos, corroborando com estudos como o de Francisco Filho (2004) e Felix (2006) que apontam para essas áreas como as

que possuem maior número de crimes contra o patrimônio. Tais territórios são localidades que possuem alto grau de investimento por parte do mercado privado de terras e imóveis, denotando serem áreas onde o solo urbano é de valor alto, ou seja, áreas onde apenas pessoas com alto poder aquisitivo podem morar mostrando o quanto os crimes de roubo “compensariam” ser realizados ali devido ao alto valor dos bens roubados.

Contrariamente, vemos que um território considerado de baixo nível de vida, também possui alta taxa de roubo. Segundo os dados fornecidos pela Polícia Militar, a APOND Jardim Alvorada – Liberdade destacou-se nesse tipo de crime. Esse território é local onde foi identificado baixo nível de renda, alta concentração populacional e baixo nível de educação, mostrando que nem sempre as áreas onde há concentração de renda são as que sofrem com esse tipo de crime.

Segundo Melara (2008), “[...] pode-se dizer que existe uma tendência na ocorrência de roubos em locais mais privilegiados economicamente, isto é, com bons indicativos socioeconômicos e de infraestrutura” (Melara, 2008, p. 109). Porém, não se pode tomar essa afirmação como regra geral. Mas, ainda segundo a autora, existe sim uma tendência de que a prática desse crime seja realizada por pessoas de baixa renda, pois segundo a autora, são crimes de “baixo prestígio”. Também não podemos criminalizar pessoas de renda baixa pelos crimes cometidos no urbano, pois a segregação imposta a essa população é considerada de certa forma uma violência, uma “ação preconceituosa ao taxar todos os moradores [de áreas de baixa renda] de criminosos” (Melara, 2008, p. 112).

Temos uma tendência de ocorrência desse tipo de crime nos territórios de Maringá cuja dimensão econômica se caracteriza por ser de alta renda. Mais uma vez vemos as APOND’s Jd. Canadá - Vila Esperança - Estádio, Vila Morangueira - Pq. de Exposição - Centro Cívico, Zona 4 – Horto – Iguaçu que são ligadas a Zona 1 – Zona 3 com características de alta criminalidade. São territórios onde existem produtos de roubos de alto valor, o que compensaria esse tipo de crime.

Um território caracterizado por ter baixa renda, a Jardim Alvorada - Liberdade, também se mostrou com altos índices de crime contra o patrimônio, igualando-se aos territórios centrais que possuem uma dimensão econômica muito diferente dessa área. Contudo, para Souza (2008), a facilidade para se cometer crimes nos territórios que não são protegidos por segurança privada, induz esse tipo de crime para os territórios que não têm características de alta renda. Ainda segundo Souza (2008), na dimensão

política, quando falamos de crimes contra o patrimônio, podemos afirmar que as áreas onde existem pessoas que possuem alta renda são privilegiadas, tanto com a instalação de segurança pública, como com segurança privada, além de serem áreas que possuem maior investimento por parte de agentes que produzem o espaço, e que, segundo Corrêa (1995), acabam buscando sempre locais considerados seguros pelo fato de ser uma das características principais na hora da venda. Assim, vemos diferença clara na atuação política desses territórios mais centrais e dos territórios mais periféricos em um município de estrutura centro-periferia. Desta forma, áreas periféricas ficam segregadas tanto no que diz respeito ao acesso ao serviço público, como também segregada fisicamente do centro, dificultando o acesso dessa população às áreas que possuem renda mais alta.

Apesar de ser verídico o fato de a maioria desses tipos de crimes ocorrerem em localidades de classe média alta, é possível observar que nem sempre são esses locais que mais sofrem esse tipo de crime no urbano, dado o fato de nem sempre o roubo procurar objetos de alto valor, e sim a facilidade. Dessa forma, é mais fácil cometer um roubo em uma localidade onde não há segurança pública e privada, como as áreas de baixo nível de renda, do que nas áreas de classe média alta com grande aparato de segurança, principalmente privada, o que dificulta a ação dos criminosos.

Ao final da descrição de todos os dados propostos à análise de como se dá a relação da estrutura socioespacial de Maringá com os territórios de criminalidade, foi possível inferir algumas conclusões a respeito das APOND's que mais demonstraram possuir ocorrências criminais. Com exceção da Zona 1 – Zona 3 que é sim caracterizada como centro, local de encontro de classes, bares e baladas, centros financeiros, moradias mais caras, entre outros fatores que fazem com que o centro de quase todas as cidades seja reduto da maioria dos crimes cometidos no urbano, algumas outras APOND's se destacaram com relação a determinados tipos de crimes.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mais uma vez nos permearemos em destacar o que foi de suma importância para a conclusão do trabalho. Para que fossem feitas as análises foi priorizado, assim como Melara (2008), o conceito de violência criminal. Segundo a autora, esse termo não impede que sejam utilizados ou criados outros; contudo, o que nos leva à utilização do termo violência criminal é o fato de que tanto a violência como a criminalidade são termos de difícil conceituação, o que nos leva a entender que quase tudo o que ocorre na sociedade e que afeta uma parcela da população ou um indivíduo, é considerado violência, por mais que isso não conste no Código Penal. Assim, para Melara (2008), a segregação socioespacial no espaço urbano é violência, assim como agressão, furto ou homicídio também são, ou seja, são violências que geram violências. Segundo Chagas Rodrigues (2006), a complexidade de se conceituar tal fenômeno é tão grande que devemos falar de violências, assim como Moser (2006) que prefere falar de “tipos de violência”, tais como violência social, violência econômica, entre outros. Para esse estudo priorizou-se o que Melara (2008) chamou de violência criminal, que nada mais são que os crimes tipificados no Código Penal, em relação aos diferentes territórios que constituem um espaço urbano, ou seja, crimes como furto, roubo, lesão corporal, homicídio, entre outros, em relação aos diferentes territórios no que consiste a renda, grau de instrução, acesso a infraestrutura, entre outras variáveis que possam servir para mensurar a qualidade de determinados territórios do espaço urbano.

Desse modo, na perspectiva geográfica, foi preciso espacializar as ocorrências criminais constantes no Código Penal da cidade de Maringá, a partir das Áreas de Ponderação mapeadas através dos dados do Censo Demográfico de 2010, realizado pelo IBGE.

Mesmo em seu estudo realizado na cidade de Santa Maria – RS, Melara (2008) ainda ressalta que existem inúmeras dificuldades de se explicar a violência no espaço urbano, devido a uma série de fatores que dificultam a compreensão desse fenômeno tão dinâmico. Para Cerqueira & Lobão (2004) a dificuldade de se construir modelos que possam padronizar esse fenômeno é difícil, pois se trata de um fenômeno de múltiplas faces e que independente da espacialização, acaba se dando de formas variadas nas várias cidades brasileiras. E segundo Melara (2008), duas cidades diferentes podem apresentar a mesma quantidade de crimes, contudo suas causas e efeitos com certeza serão diferentes. Para esses autores, tanto para Melara (2009) como para Cerqueira &

Lobão (2004), os vários fatores que causam essa dificuldade estão relacionados diretamente à precariedade das informações, à dificuldade de acesso a dados, a falta de confiabilidade nos mesmos, além dos desafios metodológicos que os pesquisadores enfrentam, fazendo com que as análises dos crimes das cidades acabem se tornando simplória, sendo muitas das vezes apenas uma espacialização dos crimes ao invés de se procurar as causas e consequências de determinado território ser ou não mais criminalizado que outros.

Para o estudo realizado em Maringá, alguns entraves com relação à disponibilidade de informação foram constatados, desde a dificuldade de se conseguir os dados com relação aos crimes, até a forma pelas quais eles poderiam ser disponibilizados pela Polícia Militar. Afinal, para o comando da polícia, a justificativa ao disponibilizar os dados é que quando o estudo fosse publicado poderia existir chance de se atrapalhar qualquer tipo de investigação. Além disso, foi possível observar na coleta de dados que existem pelo menos três bancos de dados de crimes em Maringá. Então se optou pelo banco de dados que tivesse menos problemas em relação à veracidade dos mesmos (RECOP 2) e, conseqüentemente, que não afetasse as investigações da Polícia Militar.

Com base nas análises feitas a respeito da violência criminal de Maringá é possível observar que de modo geral os crimes se distribuem de forma heterogênea na cidade. Assim se afirma pelo fato de tanto os crimes contra o patrimônio como os crimes contra pessoa seguem tendências já apontadas por outros estudos de outros autores que tratam da temática da violência. Assim, é possível observar que crimes como furtos e roubos têm tendências de ocorrências em territórios onde existe um maior acúmulo de renda e um maior acesso a infraestrutura e educação, dado o fato de serem localidades que apresentam viabilidade para esse tipo de crime, pois nota-se que alguns bens subtraídos desses territórios possuem maior valor de venda.

Já crimes contra a pessoa, como os homicídios e principalmente a lesão corporal, possuem tendências de ocorrência em territórios onde existe carência de infraestrutura urbana e principalmente há renda per capita baixa. Segundo Melara (2008), tal fato se apresenta desta forma por existirem nessas localidades conflitos internos, além, é claro, de a maior parte dessa população buscar proteção de determinadas ameaças junto à Polícia Militar, o que geralmente não ocorre com a parcela da população que possui maiores poderes aquisitivos.

Para Francisco Filho (2004), Felix (2006), Melara (2008), apesar de em seus estudos terem sido identificados tais padrões, é possível que tanto os crimes contra o patrimônio como os crimes contra pessoa possuam problemas quanto a sua estatística. Assim, enquanto um item de valor, roubado em território onde existe uma população mais abastada se torna uma estatística pelo fato dessa população procurar as autoridades para o registro de ocorrência, alguns itens subtraídos de localidades de menor poder aquisitivo podem não entrar nas estatísticas, porque muitas vezes essa população deixa de registrar o ocorrido. Da mesma forma ocorre quando falamos principalmente de lesão corporal: enquanto os territórios mais precários no que consiste a infraestrutura, renda e escolaridade procuram as autoridades quando afetados por esse tipo de crimes, as localidades mais abastadas muitas vezes deixam de procurar seus direitos, por vergonha, para evitar um constrangimento social, e assim acabam não revelando determinados acontecimentos.

Para o trabalho realizado em Maringá, foi de suma importância considerar as questões socioeconômicas e estruturais dos mais diversos territórios que compõe o espaço urbano da cidade. Maringá é uma cidade média, com mais ou menos 357 mil habitantes de estrutura centro-periferia, onde existe uma concentração de melhores equipamentos urbanos, melhor renda e melhor escolaridade para seus habitantes no centro, e menos destaque com relação a esses indicadores na periferia. Assim, nos territórios centrais são encontrados estabelecimentos de lazer, de serviços, financeiros e comerciais, onde existe uma população residente com maior poder aquisitivo, com elevado nível de instrução e acesso a equipamentos públicos satisfatórios. No lado oposto vemos os territórios que se formam na periferia onde existem carências tanto de renda como em parte a certos serviços de infraestrutura, indo na contramão do que foi encontrado nas Áreas de Ponderação centrais. Mediante ao que foi exposto até o presente, e considerando os dados criminais espacializados, é possível inferir neste momento a relação entre a estrutura socioespacial do município de Maringá e os territórios de criminalidade.

Do total de ocorrências em relação ao número de habitantes, é possível observar que a Zona 1 – Zona 3 foi o território que possuiu maiores taxas de crimes de todo o município. Trabalhos realizados com essa temática mostram que, em sua maioria, os territórios melhores equipados do espaço urbano, onde pessoas que possuem maiores condições econômicas e intelectuais são caracterizadas por possuírem maior número de ocorrências com relação aos crimes contra o patrimônio, tais como furtos e roubos. A

Zona 1 – Zona 3, como foi apontado no trabalho, é um território onde existe grande número de população com este tipo de características, o que corrobora parte dos estudos realizados, tais como os de Francisco Filho (2004), Felix (2006) e Melara (2008).

Ao longo do estudo foram levantados algumas hipóteses sobre qual seria o motivo de tantas ocorrências na Zona 1 – Zona 3. Chegou-se a conclusão que os fatores são inúmeros para que essa APOND apresenta-se altos índices de crimes. Segundo as discussões, os motivos vão desde a população flutuante, que de dia se locomove até o centro para fazer compras, gerando grande volume de furtos e roubos; outro fator quando o comércio no centro fecha, sendo este território tomado por usuários de drogas que cometem todos os tipos de crimes, desde furtos e roubos, até lesões corporais e homicídios; outro fator também apontado durante as discussões foi o fato de já haver previamente um monitoramento mais ostensivo da polícia neste território, o que claramente gera maior volume de ocorrências, além da apreensão de drogas ser também mais comum nesta localidade. Ou seja, na Zona 1- Zona 3 fica claro os motivos que devem ser pesquisados mais a fundo para que seja melhor entendido a questão dos altos índices de crimes neste território.

Além desta APOND, ainda destacamos outros territórios que durante o estudo se caracterizaram por serem localidades onde existe maior parcela da população com renda alta, infraestrutura satisfatória, grau de instrução alto e, conseqüentemente, altas taxas de crimes contra o patrimônio. Tais territórios são a Vila Morangueira - Pq. de Exposição - Centro Cívico, Zona 4 – Horto – Iguaçu, Jd. Canadá - Vila Esperança - Estádio. Contudo, como no estudo elaborado por Melara (2008), existem territórios em Maringá que se caracterizam por serem áreas de carência quanto aos indicadores socioeconômicos e estruturais, e que possuem alta taxa desse tipo de crime, tais como a Zona Industrial Sul – Tarumã – Zona Rural Sul e o Jardim Alvorada – Liberdade, além da Zona 5 – Santa Isabel – Ouro Cola que se mostrou ser um território de características intermediárias quando comparados às APOND's mais e menos bem avaliadas. Assim, a lógica apontada tanto por outros autores, como no estudo de Melara (2008), não pode ser aplicada a todos os territórios do município de Maringá, uma vez que áreas consideradas carentes com relação aos indicadores socioeconômicos e estruturais foram cotadas como áreas que possuem altas taxas de crimes contra o patrimônio.

Quanto ao crime de tráfico de drogas vemos que diferente de estudos elaborados em outros municípios, a maior parte deste tipo de crime ocorreu na Zona 1 – Zona 3, território considerado reduto de pessoas de alta renda. Segundo Melara (2008), este tipo

de crime tende a ocorrer nos territórios do urbano que são considerados localidades de “pobreza”, pois para ela, esse tipo de crime “constitui um elemento funcional ao sistema do tráfico de drogas, que tende a multiplicar a criminalidade, já que muitos crimes, especialmente os furtos e roubos, podem ser decorrentes desse sistema ilegal” (Melara, 2008, p. 166). Tal característica no município de Maringá se dá pelo fato de o centro se tornar, principalmente durante o período noturno, ponto de tráfico e consumo de drogas nas praças que existem na região central, tendo relação clara com a renda baixa da população que consome principalmente o “crack” neste território.

Quanto aos crimes contra pessoa, a Zona 1- Zona 3 também se caracterizou por ter alta taxa desse tipo de crime, apesar de ser território considerado de população favorecida economicamente. Estudos apontam que este tipo de crime geralmente ocorre em áreas onde existem problemas com relação à renda e à infraestrutura. No entanto, o que foi observado é que este tipo de crime ocorre neste território devido ao consumo e tráfico de drogas, pelo fato de uma população mais carente ocupar este espaço no período noturno, existindo ali muitas brigas e acerto de contas, que na maioria dos casos tem a ver com o uso, porte e tráfico de drogas. Assim, mesmo com a população mais abastada vivendo no centro, vemos que este território acaba sendo ocupado por praticantes de crimes, principalmente pelo fato da elite se autossegregar em condomínios verticais fechados, o que lhes dá uma sensação de estarem seguros. Este exemplo de Maringá, onde a elite vive no centro se autossegregando mesmo com estes territórios se mostrando os mais criminosos, nos remete ao que Souza (2008) aponta como uma “fuga dos problemas”, ao invés do enfrentamento.

Para Souza (2008), a autossegregação das elites não é um enfrentamento eficaz contra a violência no espaço urbano, pois se de um lado promete solucionar o problema das elites com relação ao fato, de outro lado deixar de solucionar as causas da violência neste espaço urbano, e pior, acaba reforçando preconceitos que já existem na sociedade, uma vez que ao se sentir segura, esta parcela da população acaba acreditando que a cidade está segura, quando na verdade não está. Além disso, cria-se uma barreira real que impede que exista contato direto entre a população mais carente e a população mais abastada, gerando o que alguns autores chamam de “criminalização da pobreza”, quando se credita todos os crimes cometidos no urbano às pessoas pobres.

Assim, para Souza (2008), essa população tanto “pobre” como “rica” acaba não se “tocando” no espaço urbano, tanto pelo fato do autoenclausuramento por parte das elites, como pelo domínio de alguns criminosos de determinados territórios do espaço

urbano, o que gera uma segregação espacial, principalmente no que consiste às distâncias percorridas no espaço urbano. O autor ainda acrescenta que, mesmo que um indivíduo ascenda na sociedade, as oportunidades do mesmo sair do “gueto” é pequena, devido aos desajustes sociais e até mesmo por pressão, pois para o autor “a margem do livre arbítrio se circunscreve a limites bem estreitos, e de que fatores políticos, étnico-culturais e/ou econômicos, respondem por um quadro no qual nem todos possuem o mesmo poder, o mesmo prestígio e a mesma liberdade de morar onde desejarem” (SOUZA, 2008, p. 57). Assim se cria a segregação residencial, que segundo Robert Park, nada mais é que a concentração de tipo de população em determinados territórios do espaço urbano.

No mais, vemos que Maringá segue a tendência dos demais estudos realizados neste campo. Territórios considerados carentes com relação à renda se destacaram quanto aos crimes contra a pessoa. Foram espacializados crimes como homicídios e lesões corporais, e tal espacialização nos mostrou que a Zona Industrial Sul – Tarumã – Zona Rural Sul, Jardim Alvorada – Liberdade possuíram grande taxa desse tipo de crime, além da Zona 5 – Santa Isabel – Ouro Cola que possui características de população de classe média. E, segundo Souza (2008), são espaços que, por não serem territorializados, ou seja, não serem nem ocupados por grupos de “traficantes” nem possuírem características de áreas onde predominam as classes mais abastadas, e conseqüentemente os condomínios fechados, acabam ficando mais expostos a diversos tipos de criminalidade, uma vez que não contam com a proteção privada e nem a proteção por parte de grupos de traficantes.

Porém, é importante ressaltar neste momento que dentre todos os crimes estudados, a questão econômica esteve vinculada a quase todos os indicadores criminais. O exemplo vê que tanto os crimes contra o patrimônio como os crimes contra pessoa ocorreram em sua maioria na Zona 1 – Zona 3, contudo tiveram relação direta com a questão econômica. Assim, quando falamos de furtos e roubos, vemos que em sua maioria esse tipo de crime é cometido por pessoas que querem uma condição econômica melhor, tanto na Zona 1 – Zona 3 como nos demais territórios. Assim acontece com os crimes contra pessoa, que quando não ocorreram nas áreas mais carentes da cidade, ocorreram na Zona 1 – Zona 3 (território abastado da cidade) e tiveram relação direta com o consumo de drogas na área central da cidade por parte da população mais pobre.

Portanto, a percepção de que os crimes afetam mais diretamente a população mais pobre é visível neste estudo, uma vez que pessoas “ricas” também praticam crimes, contudo “existe dificuldade para identificá-los” (MELARA , 2008, p. 167).

Ao espacializarmos os dados, fica claro como o centro da cidade de Maringá, principalmente o território se compreende entre a Zona 1 – Zona 3, destacou-se por possuir grande número de ocorrência tanto de crimes contra o patrimônio como de crimes contra pessoa. Segundo Melara (2008), esse fato se dá principalmente pela quantidade elevada de pessoas que circulam pelo centro da cidade, tanto no período diurno como no período noturno. Assim, durante o período diurno existem tendências de ocorrências da maioria de crimes contra o patrimônio, como furtos e roubos, mesmo que as vítimas não residam neste território. No período noturno existem tendências a lesões corporais e homicídios pelo fato de ser um território que se torna dominado pelos traficantes e consumidores de drogas, predominantemente o consumo de “crack”. Além disso, para Melara (2008), o centro da cidade possui essa taxa elevada de crimes também pelo fato de ser local de presença de muitas casas noturnas, o que, segundo a autora, é propício para a ação de traficantes, além de brigas favorecidas pelo consumo excessivo de álcool.

No mais, as tendências já apontam em estudos realizados neste tema e nos mostram que áreas mais carentes são mais expostas a crimes como homicídios e lesões corporais como no Jardim Alvorada – Liberdade e Zona Industrial Sul – Tarumã – Zona Rural Sul, enquanto áreas mais abastadas são mais expostas a crimes como furtos e roubos como na Zona 4 – Horto - Iguaçu, salvo o território central que apresentou todos os tipos de crimes, tal como a Zona 1 – Zona 3.

Vale a pena neste momento fazer algumas indagações a respeito da relação da estrutura socioespacial de Maringá com os territórios de criminalidade. Certo é que os crimes se distribuem de forma heterogênea no município, seguindo alguns padrões já apontados em outros trabalhos sobre o tema. Porém vimos que determinados territórios fogem a padrões já apontados por outros estudiosos.

É o caso da Zona 1 – Zona 3, que se destacou pelo elevado número de ocorrência de todos os tipos de crimes. Talvez seja pelos fatos já apresentados durante o texto (população flutuante, atuação da polícia, tipos de crimes no período noturno e diurno, etc.), contudo gostaria de salientar que devemos estudar mais a fundo os reais motivos de tanto volume de ocorrência, pelo fato de ter ficado claro durante a pesquisa a dificuldade de se relacionar esse elevado número de crimes com a questão

infraestrutural e social. Parece-me que tem mais haver com a relação entre as classes sociais e a luta de classes, do que realmente com fatores de caráter social e estrutural. Outra localidade que merece atenção são as duas APOND's localizadas na região Nordeste do município (Jardim Alvorada – Liberdade; Jardim Diamante – Zona Rural Nordeste), que se destacaram com relação aos crimes contra o patrimônio (furtos e roubos) o que não é comum em territórios com menor nível de infraestrutura e renda. Talvez seja o fato dessas localidades serem muito antigas no município, havendo superpopulação (o bairro Jardim Alvorada, por exemplo, possui cerca de 60.000 mil habitantes, e é o maior bairro de Maringá) o que acaba nos parecendo que esse território tem um caráter de “sub-centro”, devendo ser investigado mais a fundo se há ou não formação de um “sub-centro” nessas localidades.

Outro fator que chamou atenção durante o trabalho, foi a clara tentativa do 4º Batalhão da Polícia Militar de Maringá ao criar o RECOP 2, que foi de tentar ao máximo separar as ocorrências geradas em Maringá das ocorrências geradas em suas duas cidades vizinhas (para não dizer conurbadas), Sarandi e Paiçandu. Fica evidente neste momento que ao longo do estudo é possível ver uma relação entre esses crimes e a população flutuante de Maringá, tendo que ser consideradas em uma análise posterior. Afinal, no momento em que duas ou mais cidades se conurbam, o que difere um o território de uma cidade da outra? Haja vista que não existem fronteiras naturais. Portanto, essa indicação poderá em um estudo futuro melhorar a qualidade das análises referentes aos territórios de criminalidade formados em Maringá.

7. REFERÊNCIAS

- ARENDT, Hannah. **Sobre a Violência**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. Trad. André Duarte.
- BENKO, George. **Economia, Espaço e Globalização na Aurora do Século XXI**. São Paulo, Editora Hucitec, 1996.
- BOBBIO, Norberto. **Estado, Governo, Sociedade: Para uma Teoria Geral da Política**. São Paulo: Paz e Terra, 1985.
- BOISTEAU, Charlotte. **Securite, Dynamiques Urbaines ET Privatisation de L'Espace a Johannesburg**, 2003. Diplôme d'études approfondies en etudes du développement deliver par l'université de Genève – Institut Universitaire d'Etudes du Développement, Genève, Ville France. Disponível em: http://lasur.epfl.ch/cahiers/cahierLaSUR07_johannesburg.pdf acesso em: 04/03/2013
- CALDEIRA, Teresa Pires. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Ed. 34, 2000.
- CANO, Ignácio (1997): **Análise Territorial da Violência no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: ISER.
- CASTELETTO, Hugo Santana. **Evolução dos Homicídios na Região Metropolitana de Maringá**. Geongá: Revista do programa de Pós-Graduação em Geografia. Maringá, v.4, n. 1, p. 28 – 47, 2012.
- CASTELLS, Manuel, org. **A questão urbana**. Trad. De Arlene Caetano, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.
- CEPAL (2007): **Panorama Social de America Latina (2006)**. Santiago do Chile: CEPAL.
- CERQUEIRA, Daniel. & LOBÃO, Waldir. **Determinantes da Criminalidade: Arcabouços Teóricos e Resultados Empíricos**. Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 47, nº 2, 2004.
- CHAGAS RODRIGUES, Tiago Nogueira Hyra. **Contando as Violências: Estudo de Narrativas e Discursos Sobre Eventos Violentos em Florianópolis (SC), 2006**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós Graduação em Antropologia Social, Universidade de Santa Catarina, Florianópolis.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 1997.
- DORNELLES, João Ricardo. **O Que É Crime**. 2ª Edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1992.

DURAND-LASSERVE, Alain, org. La croissance peripherique des villes du Tiers Monde. Le role de la promotion foncière et immobilière. **Travaux et Documents de Géographie Tropicale**, 40, Ceget, 1980.

EASTON, David. **A Framework for Political Analysis**. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1965.

FELIX, Sueli Andruccioli. **Geografia do Crime**. São Paulo. Revista de geografia: Editora UNESP, v. 13, 1996.

FISCHER, Tânia. **Poder Local: Um Tema em Análise**. Revista de Administração Publica. Rio de Janeiro, v. 4, 1992.

FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade**. Tradução Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 1975.

FRANCISCO FILHO, Lauro Luiz. **Distribuição espacial da violência em Campinas: uma análise por geoprocessamento, 2004**. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

GALVÃO, Altair Aparecido. **Condomínios horizontais fechados: segregadores ou segregados? – Um estudo de caso no município de Maringá – PR**: [s. n.], 2007. 140 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Maringá. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2007.

HARRISON, Philip (2003): Fragmentation and Globalisation as the New Meta-Narrative. In: HARRISON, Philip et al. (orgs.): **Confronting Fragmentation. Housing and Urban Development in a Democratising Society**. Cidade do Cabo: University of Cape Town Press.

HARVEY, David. **A Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo, Ed. Annablume, [1989] 2006.

IBGE (2010). **Censo Demografia do Brasil realizado em 2010**. Disponível em: www.ibge.com.br.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social: Base de Dados do Estado – BDEweb. Disponível em: <http://www.ipardes.pr.gov.br/imp/index.php>. Acesso em: 12/03/2013.

LASSWELL, Harold. **The Scope of Research on Propaganda and Dictatorship**. In: CHILDS, H. L. (org). Propaganda and Dictatorship: A Collection of Papers. Nova Jersey: Princeton University Press, 1936.

LENCIONI, Sandra. **Condições Gerais de Produção: um conceito a ser recuperado para a compreensão das desigualdades de desenvolvimento regional**. In: Revista Scripta Nova, Universidad de Barcelona, Vol. XI, núm. 245 (07), 1 de agosto de 2007.

LINDBLOM, Charles. **The Science of Muddling Through**. Public Administration Review 19, 1979.

_____, Charles. **Still Muddling, Not Yet Through**. Public Administration Review 39, 1979.

MASSENA, Rosa (1986): **A distribuição espacial da criminalidade violenta na Região Metropolitana do Rio de Janeiro**. Revista Brasileira de Geografia.

MELARA, Eliane. **A Dinâmica da Violência Criminal no Espaço Urbano de Santa Maria – RS**. 2008. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. (Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul).

MELGAÇO, Lucas Melo. **A Geografia do Atrito: Dialética Espacial e Violência em Campinas – SP**, 2005. Dissertação (Mestrado em geografia Humana) – Programa de Pós Graduação em geografia Humana, universidade de São Paulo, São Paulo.

MELLO JORGE, Maria Helena Prado; GAWRYSZEWSKI Vilma Pinheiro; LARORRE, Maria Rosário. Análise dos Dados de Mortalidade. **Revista Saúde Pública**. São Paulo, vol. 4, n. 31, 1997.

MENDES, César Miranda & BENADUCE Gilda Maria Cabral. **Diagnóstico das Tendências da Expansão Territorial Urbana de Maringá – PR**. Fundação Universidade Estadual de Maringá, departamento de Geografia. Maringá, Abril de 1990.

MENDES, Cesar Miranda & GRZEGORCZYK, Vanderlei. Centro, Centralidade e Verticalização em Maringá. In MORO, Dalton Aureo (org.) **Maringá Espaço e Tempo**. Ensaio de Geografia Urbana. Maringá: Programa de Pós Graduação em Geografia – UEM, 2003, p 89-126.

MORAIS, Regis. **O Que é Violência Urbana**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MOSER, Caroline. **Latin American Urban Violence as a Development Concern: Towards a Framework for Violence Reduction**. World Development, V. 34, Nº 1, p. 89-112, 2006. Disponível em: http://www.brookings.edu/articles/2006/01glovaeconomics_moser.aspx acesso em: 04/03/2013.

ODALIA, Nilo. **O Que é Violência**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

OLIVEIRA, Floriano José Godinho. **Estado e planejamento urbano: tendências conservadoras entre o planejamento estratégico e a reforma urbana**. In: 12º Encuentro de Geógrafos de América Latina, 2009, Montevideo. Caminando en una América Latina en transformación. Montevideo: Imprenta Gega, 2009. v. I.

OLIVEN, Ruben George. **Chame o Ladrão: As Vitimas da Violência no Brasil**. In Renato Raul Boschi *et al*. Violência e Cidade. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINGÁ: **Plano Local de Habitação de Interesse Social. Produto 5: Caderno de Diagnóstico Habitacional.** Novembro de 2010. Disponível em: <http://www2.maringa.pr.gov.br/sistema/arquivos/9d672a333a21.pdf>. Acesso em: 07/04/2013.

RIST, Gilbert. **The History of Development: From Western Origins to Global Faith.** London, New York: Zed Book, 1997.

ROCHA, Sonia (2003): **Pobreza no Brasil: afinal do que se trata?** Rio de Janeiro: Editora FGV.

RODRIGUESS, Ana Lucia. A pobreza mora ao lado: segregação socioespacial na Região Metropolitana de Maringá. Tese (doutorado em Ciências Sociais) – PUC – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2004.

ROLNIK, Raquel. **Exclusão Territorial e Violência.** In: Revista São Paulo em Perspectiva, v. 13, nº4, São Paulo, Out-Dez de 1999.

SANTOS, Milton. **O Espaço Dividido.** São Paulo: Edusp, 1979.

SIMON, Hebert. **Comportamento Administrativo.** Rio de Janeiro: USAID, 1957.

SOUZA, Marcel Lopes. Clima de Guerra Civil? Violência e Medo nas grandes Cidades Brasileiras. In: Edu Silvestre de Albuquerque (org.) **Que País é Esse? Pensando o Brasil Contemporâneo.** São Paulo: Ed. Globo, 2005.

SOUZA, Marcelo Lopes. **Fobópole: O medo generalizado e a militarização da questão urbana.** Rio de Janeiro, 2008. Editora Bertrand Brasil LTDA.

TONELLA, Celene & RODRIGUES, Ana Lucia. **Metrópole regional no contexto da dinâmica paranaense.** XXVII Encontro Nacional da ANPOCS. Caxambu – MG, 2003.

WEBER, Max. **Economia y Sociedad.** Fondo de Cultura Económica, Mexico (1984).